

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



**A COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DO
ENGENHO SIQUEIRA: CONHECIMENTO TRADICIONAL E
POTENCIALIDADE DA AGROECOLOGIA
NA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA**

MARLI GONDIM DE ARAÚJO

**Recife
2011**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

MARLI GONDIM DE ARAÚJO

**A COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DO
ENGENHO SIQUEIRA: CONHECIMENTO TRADICIONAL E
POTENCIALIDADE DA AGROECOLOGIA
NA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, como integrante dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientador: Profº Drº Caio Augusto Amorim Maciel

Recife

2011

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

A663c

Araújo, Marli Gondim de.

A comunidade remanescente de quilombo do Engenho Siqueira : conhecimento tradicional e potencialidade da agroecologia na zona da mata pernambucana / Marli Gondim de Araújo. – Recife: O autor, 2011. 149 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2011.

Inclui bibliografia e anexos.

1. Geografia. 2. Geografia humana. 3. Territorialidade humana. 4. Quilombolas - Pernambuco. 5. Ecologia agrícola. I. Maciel, Caio Augusto Amorim (Orientador). II. Título.

910 CDD (22.ed.)

UFPE (CFCH2011-77)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS - DCG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MARLI GONDIM DE ARAÚJO

Título: “A COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DO ENGENHO SIQUEIRA:
CONHECIMENTO TRADICIONAL E POTENCIALIDADE DA AGROECOLOGIA NA ZONA DA
MATA PERNAMBUCANA”

BANCA EXAMINADORA

TITULARES:

Orientador:

Prof. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel (UFPE)

1º. Examinador:

Prof. Dr. Marcos Antônio Bezerra Figueiredo (UFPE)

2º. Examinador:

Prof. Dr. Cláudio Ubiratan Gonçalves (UFPE)

APROVADA em 04 de julho de 2011.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho de pesquisa só foi possível ser realizado graças à disposição e entusiasmo de Cristiane e Moacir em colaborar com o acompanhamento e contato com os entrevistados, mulheres e homens do Engenho Siqueira.

Agradeço imensamente ao meu orientador, o Prof^o Caio Amorim, que não desistiu de me instigar a um aprofundamento e pesquisa nos temas da Geografia Cultural e da Antropologia, assim como em temas polêmicos e que, ao fim, foram fundamentais no entendimento da dinâmica sócio-cultural da Comunidade Remanescente de Quilombo do Engenho Siqueira e sua inserção produtiva.

A todas e todos entrevistados, especialmente aos remanescentes de Quilombo da Comunidade do Engenho Siqueira, que dedicaram seu tempo e sua atenção para responder às perguntas que deram vida a este trabalho.

A Girlan Cândido pelo “auxílio luxuoso” na confecção dos mapas, sem os quais este trabalho perderia um pouco de sua “referência no espaço”.

Aos colegas do Laboratório de Estudos sobre Espaço, Cultura e Política, (LecGEO), Robson Brasileiro, Antonielle Pinheiro, Plácido Júnior, João Ricardo e Luann Ribeiro e Mathieu Fruleux, pelas discussões riquíssimas sobre geografia e agroecologia, que em muito contribuíram com este trabalho. Aos colegas do núcleo urbano pelas conversas instigantes sobre os temas afins.

A Livia Miranda, Lady Selma e Solange Rocha, amigas que me incentivaram ao início dessa jornada no mestrado em Geografia.

Ao meu pai Luiz pelo incentivo ao gosto pela leitura. À minha mãe Luzia, pelas referências fortes de agricultora, que nunca me deixou tirar o pé do chão.

A Ana, companheira em todos os momentos desde o início deste trabalho, que ao final fez revisão minuciosa de todo o texto, sem esquecer vírgulas, pontos e referências essenciais. Minha gratidão.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de pesquisa, instigante a novos mergulhos no universo das populações tradicionais, aos moradores da comunidade negra, Remanescente de Quilombo do Engenho Siqueira, pela sua persistência em ser diferente.

Às mulheres e aos homens camponeses agroecológicos da Zona da Mata com quem convivi estes últimos onze anos, pela resistência e promoção das mudanças na paisagem de um território desigual e marcado pela monotonia excludente da cana de açúcar.

RESUMO

A comunidade negra rural camponesa do Engenho Siqueira, em Rio Formoso, Pernambuco, reconhecida como Remanescente de Quilombo, pratica modos de produção agrícola e pesqueira que podem ter sido herdados de seus antepassados. Este trabalho busca explicitar as compatibilidades culturais, técnicas e econômicas entre os atuais modos de produção, e o que tem sido desenvolvido em termos da agroecologia. A agricultura tradicional, aqui focada nas práticas da população negra rural remanescente de quilombo, constitui uma das referências das práticas no manejo sustentável dos ecossistemas desta região litorânea. Vários autores vêm demonstrando a importância do conhecimento tradicional e do estudo dos modos de produção das populações tradicionais para a compreensão das atuais formas de produção e comercialização da produção camponesa, um modelo de produção ecológico e sustentável em contraponto ao modelo agroindustrial, monocultor e agroexportador. As categorias de análise utilizadas como suporte teórico para este estudo exploratório foram *etnoecologia*, *brecha camponesa* e *sistema de morada*, que vistas em conjunto contribuem para a compreensão da reprodução cultural e social dessa população. Recorreu-se a um Estudo de Caso, metodologia compatível com o objetivo de estudar uma comunidade rural específica, com a realização de catorze entrevistas semi-estruturadas aplicadas a moradores mais antigos do engenho e agricultores/as. Os resultados indicam que esta população parece não ter mantido recentemente vinculação subalterna com o sistema monocultor da cana de açúcar, quer no assalariamento nas usinas próximas, quer no cultivo de cana dentro da comunidade. Por outro lado, as práticas agrícolas e pesqueiras ali desenvolvidas apresentam grande potencialidade agroecológica, como se tentou atestar ao longo da pesquisa.

Palavras-chave: Conhecimento tradicional; quilombolas; agroecologia; territorialidade.

ABSTRACT

The black rural peasant community of Engenho Siqueira (Sugar Mill Siqueira), at Rio Formoso, State of Pernambuco/Brazil, accredited as a “remnant of *quilombo*” (hideout for runaway slaves) practices modes of agricultural production and fishing that may very well have been inherited from their ancestors. The present research seeks to clarify the cultural, technical, and economic compatibilities between the current production methods and whatever has been developed in terms of agroecology. Traditional agriculture, here focused on the farming practices of the black rural population of the *quilombo*, is one of the references for the study of the practices in the sustainable management ecosystems of this coastal region. Many authors have been showing the importance of the traditional know-how and the study of the various production methods of the rural populations, as a means of improving the understanding of the present forms of production management and marketing among the peasants, an ecologic model that may very well set a counterpoint to the current monoculture agribusiness and agroexport model. The analytical categories used in this exploratory study were *ethnoecology*, *peasant breach* (or opening toward peasantry: the possibility opened to the peasants to join the production system in their peculiar manner), and the *housing practices of “morada”* which, taken together, may contribute to a better understanding of the cultural and social reproduction process in the population. Recourse to a case study was made as the most suitable methodology for the study of a specific rural community, consisting of fourteen semi-structured interviews with older residents and farmers of the place. The results indicate that this population does not seem to have recently entertained any subaltern contact with the monoculture system of sugar cane production, either as regards salaried employment in the nearby sugar mills, or the cultivation of sugar cane within the community. On the other hand, farming and fishing practices implanted there present a great agroecologic potential, as this study attempted to show.

Keywords: Traditional knowledge; *Quilombolas*; Peasant breach; agroecology; territoriality

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa nº 01 – Mapa N° 01 – Mapa de situação do Município de Rio Formoso	46
Mapa nº 02 – Localização do município de Rio Formoso e os limites municipais.	47
Mapa nº 03 – Localização do Engenho Siqueira em relação à área urbana de Rio Formoso e localidades internas ao Engenho.	49
Mapa nº 04 – Usinas em funcionamento na região da Zona da Mata. No destaque, Engenho Siqueira, em Rio Formoso.	54
Mapa nº 05 – Mapa do Município de Rio Formoso (reprodução).	61
Mapa nº 06 – Rotas da comercialização dos produtos do Engenho Siqueira.	129
Mapa nº 07 – Mapa de uso e ocupação do solo (reprodução) da APA – Guadalupe.	144
Foto nº 01 – Reduto – Monumento aos heróis da batalha do Reduto.	56
Foto nº 02 – Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, na sede de Rio Formoso.	58
Foto nº 03 – Uma das três porteiras de acesso à Praia da Pedra, hoje propriedade particular.	62
Foto nº 04 – Praia da Pedra. À direita, vê-se a Pedra de D. Inês.	63
Foto nº 05 – Porto do Elói, antes lugar de embarque de açúcar e desembarque de escravos, hoje local da coleta de sururu, marisco, ostras, aratu e pesca.	72
Foto nº 06 – D. Amara, uma das entrevistadas.	79
Foto nº 07 – Casa mais antiga da comunidade, pertenceu ao avô de Seu Dedo.	81
Foto nº 08 – Igreja da Assembleia de Deus, em Siqueira.	88
Foto nº 09 – Despacho colocado em uma das encruzilhadas de Siqueira	90
Foto nº 10 – Horta medicinal de D. Alice. Engenho Siqueira.	97
Foto nº 11 – Pão de açúcar e pilão, peças do Museu do Município.	99
Foto nº 12 – Sementeira em Siqueira.	117
Foto nº 13 – Seu Dema e os pés de macaxeira com 4 meses de plantada.	119
Foto nº 14 – Tanque de criação de tilápias de Seu Dema, em meio às fruteiras e pés de macaxeira.	121
Foto nº 15 – Quintal produtivo de Ramiro.	123
Foto nº 16 – Seu Luizinho e a rede de pesca <i>entraiada</i> por ele.	133
Foto nº 17 – Seu João Correia pescador tradicional e camponês do Engenho Siqueira.	135

Foto nº 18 – D. Alice e a Vela de pano de Seu João Correia.	136
Foto nº 19 – Viveiro de cultivo de crustáceos e peixes de Moacir.	142
Gráfico nº 01 – Local de Origem/nascimento dos entrevistados	69
Figura nº 01 – Convite de Inauguração do Ponto de Cultura no Engenho Siqueira.	94
Figura nº 02 – Convite da Festa de comemoração pelo reconhecimento como Comunidade Remanescente de Quilombo do Engenho Siqueira.	95
Tabela nº 01 – Participação da Agricultura Familiar em algumas culturas selecionadas	28
Quadro nº 01 – Síntese dos problemas e potencialidades no manejo do sistema produtivo agrícola-pesqueiro.	147
Quadro nº 02 – Princípios da Etnoecologia aplicados à comunidade de Siqueira	149

LISTA DE SIGLAS

ANA	Associação Nacional de Agroecologia
APA - Guadalupe	Área de Preservação Ambiental - Guadalupe
CCLF	Centro de Cultura Luiz Freire
CEPIR	Comitê Estadual de Promoção da Igualdade Etnicorracial
CIDA	Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional
COHAB	Companhia de Habitação
CONTAG	Confederação Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura
CPRH	Companhia Pernambucana de Recursos Hídricos
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENA	Encontro Nacional de Agroecologia
FAMASUL	Faculdade da Mata Sul
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FETAPE	Federação de Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura de Pernambuco
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPA	Instituto Agrônômico de Pernambuco
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
NAF	Núcleo de Apoio à Agricultura Familiar
ONGs	Organizações Não Governamentais
PETROBRÁS	Petróleo Brasileiro
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Alcool
PROMATA	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco
PRORURAL	Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
PTA	Projeto Tecnologias Alternativas
RESEX	Reserva Extrativista
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SAF	Secretaria de Agricultura Familiar
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SECTMA	Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente
SNE	Sociedade Nordestina de Ecologia
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ZAPE	Zoneamento Agroecológico de Pernambuco

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 Agroecologia, processo histórico no Brasil, as várias escolas, o princípio da Coevolução e o conceito de Etnoecologia	25
1.1 A agroecologia, movimento, ciência e prática	25
1.2 As escolas em agricultura ecológica	34
1.3 O princípio da coevolução	38
1.4 Etnoecologia, um conceito suporte para o conhecimento tradicional	40
2 Engenho Siqueira, os aspectos históricos e as questões em torno do reconhecimento como Comunidade Remanescente de Quilombo	45
2.1 Aspectos históricos e geográficos	45
2.2 Memória biocultural – o cerne da sobrevivência dos conhecimentos tradicionais	65
2.3 Pistas para entender a constituição histórica do Engenho Siqueira e o passado comum	67
2.4 O Engenho Siqueira e o reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo: os pontos de encontro de uma identidade e as questões legais	76
2.5 A presença dos mediadores no Engenho Siqueira	85
3 Os “segredos internos” de Siqueira e os outros aspectos culturais	87
3.1 A religiosidade explicitada/permitida e a não declarada	87
3.2 As festividades na região e a inserção da comunidade na dinâmica cultural do município	91
3.3 O Ponto de Cultura: tradição e inovação	93
4 Para além da herança canavieira: conhecimento tradicional e a reinvenção do espaço produtivo	98
4.1 A brecha camponesa	102
4.2 A agricultura quilombola: dos primórdios aos dias de hoje	109
4.3 O estado da arte da produção atual: Reinventando os espaços da produção agrícola, associada ao trabalho na maré	118
4.4 Os “Negros de Siqueira”: camponeses-pescadores e suas possibilidades de interação com a agroecologia	120
4.5 Os conhecimentos e suas origens: entre a persistência e as mudanças	130

4.6 A importância do mangue e atual quadro de degradação ambiental da região: “Ecologização do debate”	137
5 Considerações finais e inquietações teóricas que o processo de pesquisa suscita	151
Referências	154
ANEXO A – Roteiro da Entrevista Semi-estruturada	164
ANEXO B – Certidão de Auto-Reconhecimento	165

Introdução

Este trabalho busca explicitar as similaridades/compatibilidades culturais e técnicas entre os atuais modos de produção em agricultura ecológica, com foco na agroecologia, e as práticas das populações tradicionais camponesas de comunidades negras, destacando os aspectos que podem dar pistas sobre como o conhecimento herdado, transmitido ao longo dos anos, pode ser útil para os dias atuais. Vários autores têm demonstrado, através de estudos e pesquisas, a importância do conhecimento tradicional, do estudo do modo de produção dessas populações como sendo fundamental importância na compreensão das atuais formas de produção, comercialização da produção camponesa e de resistência de um modelo de produção sustentável, em contraponto ao modelo convencional, baseado na monocultura de exportação.

A agricultura tradicional, configurada nas práticas da população indígena na América Latina e da população negra trazida da África, e escravizada e que depois se organizou em quilombos, se constitui em uma das maiores referências para as atuais práticas agrícolas no manejo de agroecossistemas. Segundo Altieri (1991, p. 1) o estudo dos agroecossistemas tradicionais é importante, pois frente à modernização da agricultura, o conhecimento desses sistemas, das práticas de manejo e da lógica ecológica que os sustentam, está se perdendo. A conservação e o manejo da biodiversidade não são possíveis sem a preservação da diversidade cultural. (ALTIERI e NICHOLLS, 2000, p.182).

As práticas e os conhecimentos da agricultura moderna ignoram enormemente a heterogeneidade ambiental, cultural e socioeconômica da agricultura tradicional. Pacotes tecnológicos são aplicados igualmente nas diversas regiões brasileiras compostas por ricos e também diversos biomas, em detrimento de uma gama de variações do ponto de vista ambiental, ecológico, político e cultural, sobretudo do manejo e acúmulo de conhecimento por parte dos agricultores e agricultoras. O conhecimento tradicional é, na verdade, eliminado cientificamente. A Comunidade Remanescente de Quilombo do Engenho Siqueira, primeira a ser reconhecida na região da Zona da Mata Pernambucana pela Fundação Palmares, em março de 2005, é o território escolhido para o diálogo com esses pressupostos enunciados, considerando que as transformações que se deram ao longo dos últimos 50 anos, nos modos de produção agrícola e pesqueiro da região, não conseguiram descaracterizar totalmente as formas de lidar com a terra e com o meio ambiente de modo geral pela população.

Guarda-se formas de convivência com a natureza que, segundo os depoimentos dos entrevistados, foram aprendidas com seus pais, avós e outros parentes. Muito embora este conhecimento, para alguns, tenha sido re-significado por aprendizagens de novas técnicas de plantio e pesca a partir da participação em cursos, capacitações e projetos de parcerias estabelecidas com organizações governamentais e não governamentais que prestaram assessoria nos últimos 6 anos à comunidade.

A territorialidade dessa população está associada ao uso comum dos recursos naturais e funciona também como fator de identificação. (ALMEIDA, 2008, p. 133). Trata-se de territórios tradicionalmente ocupados, cujos atuais membros convivem com formas próprias de solidariedade, estabelecendo regras de convivência e de ocupação das áreas produtivas.

Dessa forma, durante o processo de pesquisa e de visitas às áreas de plantio e de pesca/coleta, buscou-se verificar a hipótese de que as formas de lidar com a produção agrícola e pesqueira na comunidade de Siqueira, aprendidas com os antepassados e re-significadas ao longo dos últimos dez anos, apresentam um potencial agroecológico, quanto às técnicas desenvolvidas, na medida em que a maioria dos agricultores/as e pescadores/as utilizam pouco ou nenhum insumo externo ao sistema de produção, quer seja agrotóxico ou fertilizante químico, sendo o esterco de gado e composto doméstico os únicos adubos utilizados. Neste aspecto, a potencialidade agroecológica apresentada se refere particularmente às práticas desenvolvidas no manejo do sistema de produção e menos à forma movimento da agroecologia e a sua organização e articulação no território.

O fato de ser uma Comunidade Remanescente de Quilombo, que mesmo ainda não reconhecendo essa terminologia e denominação, seus moradores guardam costumes e saberes dos seus antepassados africanos, como é o caso da culinária e da forma de falar dos jovens. Aspectos que conformaram uma “identidade”, que motivou o seu reconhecimento pela Fundação Palmares como Comunidade Remanescente de Quilombo, em junho de 2005.

Pode-se aqui questionar se esses atributos são suficientes ou, de fato, herdados dos antepassados. Há que se reconhecer, no entanto, que as simples afirmações e memórias de uma ancestralidade africana, de negros “forros” e também quilombolas, por parte de alguns membros da comunidade, são elementos significativos e suficientes para este reconhecimento étnico.

A denominação de Remanescentes de Quilombo, termo usado para conferir direitos territoriais, é também identidade não assimilada pela grande maioria dos entrevistados, porém, cabe lembrar que esta denominação vem sendo utilizada em paralelo, ou da mesma forma que comunidades negras rurais ou terras de pretos. O aspecto aqui em destaque que define, ou deve definir, a etnicidade desses grupos e para seu consequente reconhecimento é que eles “*consideram a si próprios e são também por outros considerados como distintos*”. (O'DWYER, 2007, p.47). Orientação com a qual concordamos e podemos inferir ser a que mais se aproxima da percepção e vivência da população do Engenho Siqueira e seu entorno.

Como objetivo geral definido para este trabalho busca-se explicitar quais as possíveis relações existentes entre o atual sistema de produção agrícola-pesqueiro em curso na Comunidade Remanescente de Quilombo do Engenho Siqueira e o modo de produção desenvolvido na agroecologia, no contexto da Zona da Mata.

Busca-se, também, identificar as técnicas desenvolvidas que conformam o conhecimento tradicional no sistema de produção agrícola-pesqueiro da comunidade, assim como identificar quais as mudanças presentes na aplicação do conhecimento tradicional. Na interação com o entorno canavieiro, identificar influências vinculadas às práticas desenvolvidas neste modo de produção.

Vale ressaltar que se trata de um trabalho de caráter exploratório, portanto, muitas das considerações aqui apresentadas sob a forma de constatações em campo, em diálogo com a literatura consultada, deverão ser aprofundadas com um trabalho de imersão tanto em relação à comunidade do Engenho Siqueira, como em outras fontes aqui não trabalhadas.

O processo de pesquisa desenvolvido se deu em duas frentes: uma que incluiu um mergulho nas fontes primárias das várias áreas das ciências sociais e agrárias que o tema nos remete e outra junto aos moradores, fonte privilegiada das questões fundamentais para, de um lado estabelecer um diálogo com a literatura disponível, e por outro registrar as descobertas, constatações e inquietações que surgem numa pesquisa desta natureza.

As fontes pesquisadas foram necessariamente diversas e se deram simultaneamente ao processo de pesquisa de campo. Fez-se necessário recorrer à literatura sobre a Zona da Mata pernambucana e, com grande dificuldade, dada à escassez de fontes, sobre os aspectos históricos da formação do Engenho Siqueira e seu entorno. Pesquisa intensa sobre populações tradicionais e particularmente sobre

quilombolas e territorialidade. Para isso recorreremos às fontes da antropologia, cuja farta produção nos foi deveras útil para entender as particularidades do debate atual sobre os territórios quilombolas e as lutas pela titulação dos territórios.

As fontes, quanto aos conceitos da agroecologia, por serem também fartas e diversas exigiram escolhas quanto à abordagem, primando pela coerência tanto quanto às adequações e recortes históricos das populações tradicionais, quanto pela coerência das leituras apropriadas à realidade brasileira.

O mergulho na literatura sobre os modos de produção, brecha camponesa e a morada foram um achado do período das leituras do curso e também uma necessidade de diálogo com a história para além da relação desigual que as populações escravizadas de índios e negros mantiveram com a *plantation* da cana de açúcar.

Por fim, o debate, apenas inicial, sobre os impactos ambientais originou-se durante o processo de pesquisa e foi pautado pelos entrevistados e menos pelas intenções do trabalho. São, portanto, considerações iniciais para a continuidade do diálogo que este trabalho pode suscitar.

Devido à natureza deste estudo, centrado no aprofundamento de aspectos a um tempo teórico-científicos das bases da agroecologia, como também dos modos de produção, da transmissão e produção do conhecimento das populações tradicionais, fez-se necessário lançar mão de procedimentos que dessem conta destes aspectos. O método científico aqui empregado para o trabalho com a comunidade foi o estudo de caso, método bastante utilizado nas ciências sociais e humanas, e que se adéqua à natureza qualitativa desta pesquisa. Para César (2005, p. 03), a escolha por esse método envolve vários aspectos, entre os quais destacamos: a natureza da experiência, enquanto fenômeno a ser investigado, e o conhecimento que se pretende alcançar com o estudo.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi a entrevista semi-estruturada, por possibilitar que, a partir de questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessem à pesquisa, surja um campo amplo de interrogativas, no processo de interação entre o pesquisador e o entrevistado.¹

Os primeiros contatos com comunidade se deram em maio de 2010, quando foram realizadas algumas visitas para reconhecimento da comunidade e das várias localidades. Algumas entrevistas e conversas informais foram feitas, porém a fase de

¹ MANZINI, José Eduardo. **Entrevista semi-estruturada**: Análise de objetivos e de roteiros. Disponível em: <<http://www.sepq.org.br/IIsipeq/anais/pdf/gt3/04.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2011

realização de entrevistas com a utilização de roteiro semi-estruturado, foi iniciada em novembro de 2010. Foram realizadas quinze entrevistas no total, sendo catorze com moradores do Engenho Siqueira com idades entre 60-83 anos, assim como com agricultores/as, pescadores/as e lideranças da comunidade, com idades entre 29 e 44 anos. Foi ainda realizada uma entrevista com um representante da Prefeitura de Rio Formoso, particularmente da Secretaria de Cultura. O perfil dos moradores do Engenho Siqueira, objetivou, de um lado com as pessoas mais velhas (faixa etária que ficou entre 60-83 anos), obter elementos da história da comunidade, tanto no que diz respeito aos conhecimentos tradicionais, como da própria formação da comunidade de Siqueira. Por outro lado, buscou-se também entrevistar moradores que desenvolvessem diretamente atividades agrícolas e pesqueiras, com o fim de identificar as práticas desenvolvidas na atualidade e as possíveis mudanças. Para a compreensão do tema agroecologia em comunidades quilombolas foi também realizada entrevista com um educador do Centro Luiz Freire, entidade que realiza um trabalho de fortalecimento das sementes crioulas em Comunidades Remanescentes de Quilombo no Sertão de Pernambuco.

No processamento das entrevistas realizadas foi utilizado o método de convergência, que segundo Romeiro et al. (1998, p.1634), *“consiste no exame de um grande número de casos independentes, mediante entrevistas informais, estimando-se a verdade pela tendência das informações.”*

Junto a esta técnica de análise das entrevistas, há o fio condutor da história oral, recurso utilizado devido não só à natureza da investigação das heranças das populações tradicionais, como também devido à escassez de produção escrita sobre o tema e sobre a comunidade e os modos de produção por ela praticados, particularmente a sua relação com a agricultura e a pesca.

A história oral, segundo Alberti (2006, p.157), é recuperada através de entrevistas, *“com membros de grupos sociais que, em geral, não deixaram registros escritos de suas experiências e formas de ver o mundo”*. Muito embora não tenha havido *stricto sensu* a construção de histórias de vida, muitos dos entrevistados fizeram relatos de suas histórias, ajudando a construir, junto com os outros relatos, uma linha do tempo da história da comunidade e, particularmente, sua inserção nas atividades produtivas.

As resistências que persistem, proteção cultural?

Fato que merece destaque neste processo de pesquisa, em relação às entrevistas, é que, inicialmente, necessitava-se de “intermediadores” locais para apresentar a pesquisadora às pessoas que seriam entrevistadas, assim como à comunidade em geral. Moacir e Cristiane, lideranças da comunidade, foram fundamentais nesta etapa. Porém, fato ilustrativo e merecedor de reflexão, ocorreu em realização de visita por ocasião de aula de campo com cinco alunos da pós-graduação de Geografia e de um professor. Uma das moradoras mais idosas e guardiã da memória histórica da comunidade de Siqueira, segundo Moacir e Cristiane – inclusive, presentes neste momento – recusou-se a dar entrevista, manter uma conversa ou qualquer tipo de contato com o grupo. Na ocasião, ela estava no trabalho da quebra de aratu juntamente com duas sobrinhas.

O que poderia ser um indicador da receptividade dos outros/as entrevistados, no entanto, demandou reflexão e entendimento por parte da pesquisadora, junto aos intermediadores e ao orientador, mas também junto à literatura.

Uma das estudiosas de comunidades quilombolas, Eliane C. O'Dwyer (2002, p.256), em pesquisa com a comunidade do Trombetas e do Erepecuru-Cuminá, diz que estes grupos “[...] costumam praticar [...] formas de isolamento defensivo quando da entrada de estranhos nas localidades em que vivem, criando uma série de dificuldades de acesso às pessoas de fora, até quando as intenções destas são definidas em termos de conhecimento.”

Ao fim e ao cabo, a entrevista com D. Lu, a pessoa que se recusou a falar, não ocorreu, não propriamente pelo fato em si relatado e sim pelo cuidado em, avaliando as circunstâncias em que ele ocorreu, procurou-se criar as condições ideais para a realização dessa entrevista, o que não foi possível. O fato também serviu como ponto de reflexão e de inflexão a todo o processo de pesquisa subsequente, procurando a pesquisadora criar as condições propícias às outras entrevistas.

O'Dwyer, ainda complementa, ajudando em todo o processo de pesquisa, sugerindo que, as práticas defensivas e as dificuldades impostas pela comunidade ou indivíduos não podem, no entanto, conduzir a uma visão de grupo “*isolado social*” e/ou “*isolado cultural*”, que “*deixa de fora e à margem das descrições etnográficas, diferentes processos históricos e sociais que resultam na construção de um ‘isolamento consciente’, baseado na memória histórica e genealógica desses grupos sobre sua origem comum [...]*” (Ibid., p.257)

Moacir tem uma explicação para este comportamento, baseado no que ele imagina sobre o povo africano e relembra um fato ocorrido a cerca de quinze anos na comunidade quando pessoas de fora vieram e desenterraram uma “botija” nas proximidades da Demanda e não deixaram nada para a comunidade, fazendo com que as pessoas se sentissem roubadas. O entrevistado diz que a desconfiança é uma característica, pois:

Pelo o que eu vi num documentário da África, por exemplo, eles tudo tem medo, tudo é suspeito. Porque como na África, por exemplo, como já eram tido como um povo que não presta, um povo que já nasceu, sabe? Como se fosse um resto pelo fato da nossa cor. Isso aí já é um trauma de gerações, seculares. [...] milhões de negros do Brasil que já veio da África pra cá exportado, todos ferrado, carimbado como cavalo, certo? Então, isso já começou o medo. Todo mundo hoje tem medo praticamente. Hoje quando começa uma discussão, tem que medir as palavras. Fica com medo, não? Eu tenho que vê as palavras, prá não tá dizendo coisas que não vão entendê.

Estes comportamentos parecem denotar a explicitação de uma resistência cultural, embora não declarada ou mesmo consciente. Sugerindo outra direção Wolf, ao explicitar suas preocupações em relação à resistência cultural dos povos frente ao crescimento do capitalismo, nos oferece uma argumentação sobre os conceitos românticos da natureza da ação humana no mundo, especificamente aquele que *“afirma que os seres humanos resistirão instintivamente à dominação e que essa ‘resistência’ pode ser pensada e estudada como uma categoria unitária”* Afirma ainda que:

As pessoas nem sempre resistem aos constrangimentos em que se encontram e nem podem reinventar-se com toda a liberdade por meio de construções culturais de sua própria escolha. A remoldagem cultural e a mudança cultural prosseguem continuamente sob condições variáveis, mas também altamente determinadas. Estas podem ampliar a criatividade ou inibi-la, estimular a resistência ou dissipá-la. (WOLF, 2005, p.15),

Cabe refletir sobre se os comportamentos de recusa à entrevista e manutenção de um diálogo e, como em outro caso, quando um entrevistado solicitou a presença de um dos intermediadores, durante a realização da entrevista, não se trata de resistência/proteção cultural/isolamento consciente/defensivo. Uma herança cultural dos seus antepassados, como falou acima Moacir, por ser um povo que trás em sua história a escravidão configurada nas diversas marcas que ainda persistem junto com a cor negra. Referindo-se ao povo, o entrevistado completa: *“já veio da África pra cá exportado,*

todos ferrado, carimbado como cavalo”. A seguir descrevemos o conteúdo de cada um dos capítulos deste trabalho:

O Capítulo 1 trata das bases conceituais da agroecologia, dividido em quatro partes: os vários sentidos e significados do termo (ciência, práticas desenvolvidas e movimento) e sua aplicação prática, particularmente importante para a história da agroecologia no Brasil, dada a ênfase que a forma movimento assumiu neste país; as origens do que se denominou escolas da agricultura ecológica e a contribuição de cada uma delas em termos das práticas e da diversidade que se expressam nas várias realidades no Brasil e no mundo e; o princípio da coevolução social e ecológica que, destaca a importância da interação e intervenção da sociedade no ecossistema, um aspecto que merece atenção, por ser um dos princípios da agroecologia e pelo tema aqui tratado. Por fim, outro conceito também útil a este trabalho, a Etnoecologia, devido à sua pertinência nos estudos que envolvem as populações tradicionais e sua relação com a agroecologia. Este primeiro capítulo assinala a base teórica da agroecologia para os capítulos posteriores.

O Capítulo 2 trata dos aspectos geográficos e históricos da comunidade do Engenho Siqueira, quanto à sua origem quilombola, inserindo-a no contexto da região da Zona da Mata do estado. Tenta refazer o percurso de constituição histórica da comunidade do Engenho Siqueira, estabelecendo um diálogo com as questões decorrentes do seu reconhecimento como remanescente de Quilombo pela Fundação Palmares, em 2005. Quanto à tentativa de reconstituição da história da comunidade recorremos ao conceito de memória biocultural, fundamental para compreender a importância da memória coletiva das populações tradicionais, particularmente quilombolas e sua reprodução social, biológica e cultural. Inclui brevemente, a partir das falas dos entrevistados, o evento recente da chegada dos mediadores na comunidade – organizações governamentais e não governamentais – por considerar a sua importância nas parcerias estabelecidas e as perspectivas de controle social por parte da comunidade.

O Capítulo 3 trata dos aspectos religiosos e culturais, por nos parecer importantes para a compreensão da história coletiva da comunidade e seu fortalecimento cultural. Os aspectos desta natureza, numa comunidade tradicional, são particularmente importantes ser tratados, face às implicações na compreensão da territorialidade negra, camponesa e pescadora, e no cotidiano das relações com o entorno, tanto do ponto de vista político, como cultural.

O Capítulo 4 é dedicado às questões da relação histórica que os moradores de Siqueira mantêm com os sistemas produtivos da região, estabelecendo um diálogo da condição camponesa-pescadora atual com os eventos da brecha camponesa e da morada, dando visibilidade às questões inerentes à forma de inserção nos sistemas produtivos agrícola-pesqueiro, desde o trabalho assalariado na cana de açúcar, a policultura nos quilombos e a morada, até a reinvenção dos espaços de produção diversificada e as alternativas de comercialização de outrora e da atualidade. Trata de explicitar as possíveis formas e processos de transmissão do conhecimento tradicional entre as diversas gerações, nos últimos 40-50 anos. Por fim, de forma breve, mas necessária, insere a discussão sobre os impactos aos ecossistemas manejados pela comunidade e entorno, a partir da fala dos moradores, mas também de diagnósticos da Área de Preservação Ambiental de Guadalupe (APA-Guadalupe) e da Zona Costeira do Litoral Sul, produzidos pelo Governo Estadual.

À guisa de conclusões ou considerações para a continuidade deste debate, algumas questões nos pareceram importantes destacar como resultados do processo de pesquisa junto ao moradores e à literatura. Sugere-se que há marcas de uma herança ligada às tradições configuradas nos modos de produção agrícola-pesqueiro na relação com os ecossistemas circundantes do que do assalariamento na monocultura cana-de-açúcar. A ausência do plantio de cana de açúcar pode ser um dos indicadores, além das formas tradicionais do manejo dos sistemas produtivos agrícolas e da pesca e coleta no mangue.

O diálogo com as heranças da brecha camponesa e a morada suscitaram algumas possibilidades de atualizar ou inserir estas categorias no debate da relação entre as populações tradicionais - particularmente remanescentes de quilombo - e agroecologia.

Há na comunidade uma territorialidade, um “sistema de lugar”, formas de se identificar e se diferenciar, que podem não significar necessariamente uma “filiação” à identidade quilombola, mas delineia um modo de vida próprio, que tem preservado hábitos, costumes e modos de conviver com a natureza que são muito diferentes das outras áreas circundantes, que se encontram sob o domínio do sistema de *plantation* da cana de açúcar.

Quanto às atuais formas de manejo e as práticas desenvolvidas pelos camponeses-pescadores de Siqueira, nota-se uma compatibilidade com a agroecologia, embora de forma inicial, demonstrando indícios de relações positivas entre a

agroecologia e as práticas desenvolvidas pela Comunidade Remanescente de Quilombo de Siqueira. Talvez estejamos falando de uma transição agroecológica, em modos e proporções não investigados neste trabalho.

As práticas convencionais e algumas claramente danosas ao meio ambiente, embora desenvolvidas por uma minoria, podem se constituir numa ameaça ao meio ambiente e às práticas tradicionais desenvolvidas pelos camponeses-pescadores do Engenho Siqueira, além de comprometerem o ecossistema do mangue que ocupa o território e a região litorânea.

Por fim, o exercício realizado com esta pesquisa de compatibilizar uma série de atributos do ponto de vista dos princípios etnoecológicos (dimensões territorial, ecológica, social, cultural, econômica e política), propostos por Toledo (1996), permite imaginar as possibilidades de diálogo e interação com o entorno, não só do ponto de vista da agroecologia, mas de outras parcerias a serem estabelecidas pela Comunidade Remanescente de Quilombo do Engenho Siqueira, na perspectiva do fortalecimento e reconhecimento de sua territorialidade e lugar de ator sócio-político na região.

1 Agroecologia, processo histórico no Brasil, as várias escolas, o princípio da coevolução e o conceito de etnoecologia.

“Porque o que eu sei, que aprendi no campo,
que a Sra. for aprender aqui no papel, não sabe.

Nós que aprendeu no campo,
tem uma estabilidade boa[...]

Seu Luizinho.

Por se tratar de um trabalho cuja hipótese maior está centrada nas potencialidades das práticas desenvolvidas por uma Comunidade Remanescente de quilombo, e possíveis compatibilidades com a agroecologia, faz-se necessária a explicitação da base conceitual. Para isso ancoramos este capítulo em quatro grandes aspectos que apoiam suas origens: os vários sentidos e significados do termo e sua aplicação prática e por se tratar também de um aspecto que assumiu grande importância na história da agroecologia no Brasil; as escolas que formatam não só origem da agroecologia no Brasil, mas a contribuição de cada uma delas em termos das práticas e da diversidade que se expressam nas várias realidades no país e o mundo; o princípio da coevolução, que se centra na importância da interação e intervenção da sociedade no ecossistema, aspecto primordial na construção dos atuais agroecossistemas característicos da agroecologia. O conceito de etnoecologia é útil a este trabalho devido ao seu caráter histórico, como também por propiciar uma leitura particular da importância das populações tradicionais para a agroecologia e sugerir os vários aspectos ligados a sua interação com o ecossistema.

1.1 A agroecologia, movimento, ciência e prática

Atualmente tornou-se necessário, ao se falar em agroecologia, deixar claro as várias percepções e significados que este termo - e sua aplicação prática - assumiu ao longo dos últimos 20 anos, sobretudo no Brasil. Ora fala-se na agroecologia como práticas agrícolas - esta com mais frequência - diferenciando-a das práticas convencionais, ora trata-a como um movimento social e muitas vezes como uma ciência. Em função das várias possibilidades que o termo suscita, faz-se necessário explicitar, embora de forma breve, do que estamos falando aqui, buscando na literatura alguns aportes que serão úteis para esta compreensão.

Em recente trabalho, Wezel et al. (2009, p. 503), mencionam o primeiro uso do termo agroecologia por Bensin em duas publicações científicas em 1928 e 1930 e, mais recentemente, em publicações de Gliessman e Warner em 2007. A distância de quase 80 anos entre estas publicações, está repleta de confusões a respeito das definições da agroecologia. A ocorrência do termo agroecologia e agro-ecologia na rede científica da internet, aumentou de seis em 1991, para cento e quarenta e um, em 2007. Isto indica o enorme potencial de fontes de pesquisa, assim como de novas informações e perspectivas em agricultura e sistemas alimentares.

Ora tratada como ciência, ora com movimento, ora ligada às práticas de agricultores/as, a agroecologia no mundo e especificamente no Brasil está envolta em muitos debates conceituais. Os autores reconhecem, no entanto, que a confusão em que está envolvido o termo agroecologia é devido não somente às traduções que são feitas, mas também do significado *entre e dentro* das diferentes culturas. (Ibid.,p.503, tradução nossa),

Diante disso, pretende-se explicitar brevemente neste item, por não ser o objetivo maior do trabalho, os conceitos e sentidos da agroecologia, particularmente relacionando-os com os modos de produção quilombola do Engenho Siqueira. Cabe destacar que o propósito aqui, quanto ao tema Agroecologia, é explicitá-lo no sentido mais amplo, como ciência, prática e movimento, partindo do pressuposto de que a sua construção ao longo das três últimas décadas no Brasil tem se dado a partir desse trinômio.

Este enfoque é aqui defendido, por se entender que a forma como tem se dado o debate e o desenvolvimento das diversas práticas agroecológicas no Brasil é resultado de um processo histórico, a partir de diversos enfoques que caracterizaram as denominadas escolas da agricultura ecológica, constituídas no século XX no mundo.

A agroecologia enquanto ciência que ancora as práticas sustentáveis de manejo do agroecossistema vem sendo um dos eixos de suporte ao reconhecimento e resgate da agricultura desenvolvida pelas populações tradicionais, caso da comunidade em estudo, reconhecida como Remanescente de Quilombo, Engenho Siqueira, localizada na Microrregião da Mata Sul do estado de Pernambuco. Populações tradicionais aqui entendidas sob o conceito elaborado por Walter do Carmo Cruz, baseadas em seus modos de vida:

Essas populações passam a ser classificadas como tendo modos de vida 'tradicionais', por estarem pautadas em outras temporalidades

históricas e configuradas em outras territorialidades e ainda por terem modos de vida estruturados a partir de racionalidades econômicas e ambientais com saberes e fazeres diferenciados da racionalidade capitalista. CRUZ (2007, p.94)

Um dado importante que precisa ser aqui destacado é que, segundo Francis (1985 apud Altieri, 2000, p. 182), os sistemas tradicionais de cultivos múltiplos, dentre os quais se inclui a agroecologia, produzem entre 15 a 20% da provisão mundial de alimentos.

Outro dado, em se tratando da agricultura familiar, onde se insere as iniciativas da agroecologia, por suposto, encontra-se em estudo realizado em seis países² de América Latina e Caribe, entre eles o Brasil, é que a agricultura familiar chegaria a 11 milhões de unidades, ocupando entre 30 e 60% da superfície agropecuária e florestal desses países. A população vinculada a este setor significa cerca de 50 milhões de pessoas, o que representa 14% da população desses países. Apesar de sua heterogeneidade, a agricultura familiar dos seis países estudados contribui com 25-70% do valor da produção setorial (agrícola, pecuária, pesqueira e florestal). (BAQUERO; FAZZONE; FALCONI, 2007, p. 8)

Em se tratando de agricultura familiar, e aí podemos incluir os vários sistemas de produção da agroecologia no Brasil, o último Censo Agropecuário 2005-2006, que adotou em sua tabulação de dados a diferenciação deste setor, através da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, nos fornece dados deste segmento que se comparado com a denominada agricultura patronal, melhor expressa sua importância no país. Vejamos a tabulação de alguns dados do mencionado Censo:

Em relação à produção, comparando-se agricultura familiar e não familiar, vê-se que esta tem lugar de destaque. Mesmo cultivando em uma área menor com lavouras e pastagens (17,7 e 36,4 milhões de hectares, respectivamente), “a agricultura familiar é responsável por garantir boa parte da segurança alimentar do País, como importante fornecedora de alimentos para o mercado interno”. (BRASIL, 2009. p. 20)

Vejam-se algumas culturas e seu volume percentual de produção: 87,0% da produção nacional de mandioca, 70,0% da produção de feijão (sendo 77,0% do feijão-preto, 84,0% do feijão-fradinho, caupi, de corda ou macáçar e 54,0% do feijão de cor), 46,0% do milho, 38,0% do café (parcela constituída por 55,0% do tipo robusta ou conilon e 34,0% do tipo arábica), 34,0% do arroz, 58,0% do leite (composta por 58,0%

² Chile e Brasil na denominada sub-região do Mercosul ampliado, Colômbia e Equador na sub-região andina, e Nicarágua e México na sub-região Meso-américa.

do leite de vaca e 67,0% do leite de cabra), possuíam 59,0% do plantel de suínos, 50,0% do plantel de aves, 30,0% dos bovinos, e produziam 21,0% do trigo. Destaque para a soja, que apresentou a menor participação da agricultura familiar (16,0%), não coincidência, um dos principais produtos da pauta de exportação brasileira, já que é cultivada em áreas extensas, como monocultura. (Ibid., p. 20). Os dados foram extraídos da tabela a seguir, inclusive com as informações da agricultura não familiar:

Tabela nº 01- Participação da Agricultura Familiar em algumas culturas selecionadas

Variável	Agricultura Familiar	Agricultura Não Familiar
Arroz em casca (kg)	3.199.460.329	6.247.796.383
Feijão-preto (kg)	531.637.055	160.899.824
Feijão de cor (kg)	697.231.567	597.074.955
Feijão-fradinho, caupi, de corda ou macaçar em grão (kg)	939.931.471	182.207.996
Mandioca (kg)	13.952.605.062	2.141.336.546
Milho em grão (kg)	19.424.085.538	22.857.714.137
Soja (kg)	6.404.494.499	34.308.188.589
Trigo (kg)	479.272.647	1.778.325.050
Café Arábica em grão (verde) (kg)	645.340.928	1.244.377.957
Café canephora (robusta conilon) em grão (verde) (kg)	259.181.331	211.857.088
Bovinos (número de cabeças em 31.12 2006)	51.991.528	119.621.809
Leite de vaca (litros)	23.987.360	11.752.828
Aves (número de cabeças em 31.12 2006)	700.819.753	700.521.236
Suínos (número de cabeças em 31.12 2006)	18.414.366	12.774.973

Fonte: CENSO Agropecuário 2006 Agricultura Familiar Primeiros Resultados. Adaptações feitas pela autora

Cabe destacar que recentemente, em relatório divulgado pela ONU, sob a forma de Informe do Relator Especial sobre o Direito à Alimentação, Sr. Olivier de Schutter, sua análise deixa claro que a agroecologia constitui numa alternativa diante da crise dos preços dos alimentos deflagrada em 2008:

Baseando-se em um extenso exame das publicações científicas especializadas, divulgadas nos últimos cinco anos, o Relator Especial conclui que a **agroecologia** é um modo de desenvolvimento agrícola que não só apresenta fortes conexões conceituais com o direito à

alimentação, mas que ademais tem demonstrado que dá resultados, para avançar rapidamente, frente à concretização desse direito humano para muitos grupos vulneráveis em vários países e entorno. (NACIONES UNIDAS, 2010, p. 1, tradução nossa, grifo nosso)

Portanto, se trata de um segmento do setor produtivo da agricultura que merece destaque, dada a sua importância para um dos maiores problemas que a humanidade convive há séculos, e que, particularmente neste século XXI, tem sido alvo de preocupações tanto dos organismos internacionais, governos, dos movimentos sociais e de populações inteiras de agricultores no mundo, a produção e acesso aos alimentos.

O conceito de agroecologia pode ser entendido a partir da evolução de duas disciplinas básicas, a agronomia e a ecologia, mas em seu percurso, recebe contribuições de várias outras, como biologia, geografia, zoologia, botânica, fisiologia. Dialogando também com outras disciplinas científicas, como antropologia, sociologia, história, economia, física e química. Para além, do ambiente científico em que foi estabelecida, é fundamental destacar que a agroecologia é também resultado das inúmeras experiências desenvolvidas por agricultores/as que, ao longo dos últimos 20 anos, têm aperfeiçoado, experimentado e criado, técnicas de adaptação, produção e manejo do *agroecossistema*, aqui entendido como:

[...] a unidade fundamental de estudo, nos quais os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações sócio-econômicas são vistas e analisadas em seu conjunto. Sob o ponto de vista da pesquisa agroecológica, seus objetivos não são a maximização da produção de uma atividade particular, mas a otimização do agroecossistema como um todo, o que significa a necessidade de uma maior ênfase no conhecimento, na análise e na interpretação das complexas relações existentes entre as pessoas, os cultivos, o solo, a água e os animais. (ALTIERI, 1989, apud CAPORAL, 2009, p.7)

A busca pelo estabelecimento de estilos de agricultura menos agressivos ao meio ambiente, que dessem conta de proteger o meio ambiente e que ao mesmo tempo fossem duráveis ao longo do tempo, remonta ao início do século XX, com os novos descobrimentos da química agrícola, da biologia e da mecânica, que promoveram uma industrialização da agricultura em níveis consideráveis. Em diversos países começaram a surgir várias formas de agricultura alternativas a este modelo de industrialização, no entanto, em sua maior parte, essas alternativas não conseguiram dar respostas aos problemas sócio-ambientais que foram se acumulando, resultantes do desenvolvimento

do modelo convencional de agricultura que predominou, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, com a implantação da Revolução Verde. (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 7-8).

Este modelo de desenvolvimento, aliado à denominada Revolução Verde com a meta de aumento da produção e da produtividade, caracterizou-se pela intensa utilização de insumos químicos, variedades geneticamente melhoradas de alto rendimento, sistemas de irrigação cada vez mais sofisticados e intensa mecanização das atividades de produção, ou seja, um *“pacote tecnológico da agricultura contemporânea”*. (ALTIERI, 2001, Apresentação pelo NÚCLEO TEMAS).

No Brasil, os efeitos dessas rápidas e profundas transformações no padrão tecnológico, se deu a partir da década de 1960, segundo Petersen e Almeida, (2004, p. 8). Cabe destacar que a história da agroecologia no Brasil, como atestam também Wezel et al. (2009, p.507), em contraste com outros países, nasceu a partir dos vários movimentos sociais e também das práticas de agricultores tradicionais.

A Agroecologia surge no Brasil, em fins da década de 1970, num contexto em que era necessário pensar alternativas aos problemas resultantes da crise ecológica no campo. Tem sido particularmente importante, no caso brasileiro, reconhecê-la como uma ciência, um movimento e como as práticas desenvolvidas pelos agricultores familiares, onde se visibiliza mais claramente estes três pilares.

Como já mencionado, no Brasil a agroecologia tem seu berço em sintonia com as lutas e emergências dos movimentos sociais no campo, a partir de três características que podem ser assim sintetizadas: primeiro, a conexão existente entre as organizações de produtores familiares nas diversas regiões do Brasil, permitindo inclusive que ações de grupos locais e regionais sejam formuladas nacionalmente, como exemplo dos movimentos simultâneos de ocupações de terra; em segundo lugar, os movimentos sociais constroem consensos quanto às mudanças necessárias nos padrões de ocupação e uso das terras para a plena expansão da produção familiar, incorporando para além das lutas pela ocupação de terras, uma nova dimensão conceitual, a sustentabilidade socioambiental da produção familiar; em terceiro lugar pela crítica ao modelo da química-moto-mecanização da agricultura, que se dá em paralelo às experimentações de formas inovadoras de gestão técnica dos ecossistemas, apoiadas em técnicas que valorizam os recursos locais e que garantem autonomia econômica, preservando meio ambiente e saúde de produtores e consumidores. Sobre esta última característica, pode-se ainda afirmar que:

E aí está, justamente, a terceira característica distintiva do atual momento histórico dos movimentos sociais no campo: a emergência de um movimento de dimensão nacional a partir dos processos locais autônomos voltados para a promoção de alternativas técnicas, econômicas e políticas para a produção familiar. (PETERSEN e ALMEIDA, 2004, p.05)

Não se trata de um movimento institucionalizado, por não se organizar em torno de estruturas formais, valorizando e prezando pela autonomia e dinâmica locais dos grupos. A atuação desses grupos, articulados em nível nacional formata ações desenvolvidas em vários níveis não só na formulação e controle social de políticas públicas para agroecologia no país, mas na articulação e visibilidade das experiências de milhares de agricultores/as agroecológicos espalhados em todas as regiões brasileiras. São experiências diversificadas em cada uma das regiões e biomas, manejadas também por um mosaico rico de atores e suas várias denominações: pequenos produtores e camponeses, agricultores e agricultoras familiares, geraizeiros, quebradeiras de coco babaçu, assentados/as, ribeirinhos, extrativistas, coletores/as, entre outros. Um movimento que se articula em redes, seus processos locais, regionais e nacionais, em função da experimentação de inovações agroecológicas.

De modo geral a assessoria a estas organizações de produtores grupos vem de um segmento importante da sociedade civil no campo, as Organizações Não Governamentais (ONGs), organizações ligadas a Igrejas, sindicatos e federações, mas também tem envolvido um número cada vez maior de técnicos e outros profissionais de instituições oficiais que atuam na pesquisa, extensão, crédito fomento e ensino. (PETERSEN; ALMEIDA, 2004, p.06).

Um fórum fundamental na constituição histórica da agroecologia como movimento no Brasil, é a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), constituída nos anos 2000, decorrente de um processo de mobilização e articulação de várias redes; movimentos sociais; Organizações Não Governamentais ONGs), como a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE); organismos pastorais da Igreja Católica, como a Comissão Pastoral da Terra, criadas em sua maioria nos anos 1980. Um dos espaços de articulação mais importantes neste processo de constituição da ANA foi o Projeto Tecnologias Alternativas, (PTA) ligado institucionalmente à FASE (PTA/FASE). O PTA foi criado em 1983 após um período de identificação de experiências de assessoria técnica a organizações de produtores familiares em diversos estados do país.

As experiências identificadas tinham em comum o fato de se pautarem pelo estímulo ao uso de tecnologias e processos alternativos, ou seja, técnicas baseadas no uso de recursos locais e processos fundados nas capacidades sócio-organizativas locais. (Ibid., p. 19).

O PTA foi impulsionador na formação da Rede PTA, que em 1988 estava presente em 10 estados da federação nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Rede da qual faziam parte de forma autônoma uma grande quantidade e variedade de entidades nestas regiões.

Após um processo intenso de maturação sobre as alternativas agrícolas através de debates e experimentações junto aos agricultores, promoção de intercâmbios locais e nacionais, além de articulação com os movimentos sindicais e de luta pela terra, na década de 1980, ocorre a mudança na década de 1990 “*das tecnologias alternativas à Agroecologia*” (Ibid., 2004, p. 27). Não sem rompimentos de vários paradigmas e mudanças conceituais, implicando inclusive em mudanças profundas nas abordagens metodológicas adotadas pelas ONGs, sobretudo no que diz respeito à incorporação de um enfoque que privilegiou os processos sociais de inovação agroecológica em detrimento da noção de transferência de tecnologias.

A partir de um balanço que considerou, a partir da rede PTA, as formas de articulação das entidades em função da construção coletiva de referências inovadoras e interatividades das redes locais e regionais, aos poucos foi se estabelecendo novas formas de articulação do denominado campo agroecológico no país.

Nos anos 2000, a partir de vários debates e realização de eventos nacionais com destaque para o I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), em 2002, no Rio de Janeiro, o qual deliberou pela criação da ANA e pelo fortalecimento das redes regionais e estaduais já existentes. A ANA surge, portanto, num momento de forte mobilização das organizações sociais do campo agroecológico que envolve não só ONGs e pastorais de Igreja Católica, mas também as representações dos movimentos de luta pela terra, que inclusive integraram a comissão de realização do I ENA.

A agroecologia, no Brasil, trás em seu bojo, fortemente os elementos políticos que caracterizam toda a história de constituição de um fórum nacional que congrega instituições de vários segmentos e tem, na medida do possível, representado a diversidade dos movimentos sociais do campo e das organizações de camponeses que desenvolvem experiências agroecológicas nas diversas regiões do país.

Por isso, sua importância vai além da provisão de alimentos saudáveis e contribuição à conservação do meio ambiente, mas constitui espaço de fortalecimento e

reivindicação de políticas públicas que beneficiem os agricultores agroecológicos e de demarcação de campo político frente a algumas questões fundantes de sua existência e perenidade. Por isso, temáticas que se transformaram em causas políticas como a valorização das sementes crioulas³, tornam-se bandeiras de lutas que visam fortalecer também a identidade de população tradicional.

As sementes crioulas, além da manutenção e reprodução dos germoplasmas originais, através da formação de bancos de sementes, resistentes a pragas e doenças, algumas próprias de regiões com cultivos de sequeiro e patrimônio dos agricultores/as tradicionais, por seu uso e preservação significam um marco na manutenção da autonomia desses agricultores, configuradas no guardar, armazenar e reproduzir estas sementes. Trata-se de uma questão não só de autonomia para a reprodução das sementes, contribuição na manutenção da biodiversidade, mas também da soberania nacional frente a este farto patrimônio, cada vez mais em risco. Não só pelas inovações na biotecnologia, mas também pela não valorização dos e preservação dos saberes tradicionais por parte dos entes públicos. Por isso, para estas populações tradicionais camponesas a preservação das sementes crioulas é fundamental e como atesta parágrafo a seguir, estabelecendo uma relação de interdependência entre aqueles e estas:

A continuidade da agricultura camponesa forte, autônoma, dinâmica e diversificada depende da capacidade do camponês e da camponesa em conhecer, resgatar e produzir com sementes crioulas, pois há uma relação direta entre ambos. Podemos dizer que as sementes crioulas dependem dos camponeses e das camponesas, assim como os camponeses e as camponesas dependem das sementes crioulas. E esta relação de interdependência, permite a continuação de um campesinato forte organizado e autônomo. (ALBARELLO et al., 2009, p. 4)

Outro aspecto de grande visibilidade e definido como estratégia de valorização e de fortalecimento para aumento da renda dos agricultores são as feiras agroecológicas. Agricultores/as agroecológicos em Pernambuco, articulados em rede, em 2006, somavam 26 feiras, segundo estudo realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Agricultura Familiar nas seguintes microrregiões do estado: Região Metropolitana do Recife, Zona da Mata, Agreste, Sertão, Vale do São Francisco. (MDA/SAF, 2006, p. 18). Atualmente, somam mais de

³ Sementes crioulas são aquelas sementes que não sofreram modificações genéticas por meio de técnicas, como de melhoramento genético, inclusive nesse contexto, a transgenia. Estas sementes são chamadas de crioulas ou nativas porque geralmente, seu manejo foi desenvolvido por comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caboclos, etc. (TRINDADE, s/d, p. 4). Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/manaus/estado_dir_povos_carina_carreira_trindade.pdf>. Acesso em 27 abr. 2011.

O fertilizante básico dos indianos era uma mistura de excrementos de animais, com restos de cultura, cinzas e ervas daninhas, resultando num esterco composto. Não há vinculação filosófico religiosa;

III. **Natural** - Nas décadas de 1930-40, desenvolveu-se um movimento de caráter filosófico religioso, cuja figura central era Mokiti Okada e que depois deu origem à Igreja Messiânica. Utilizava na agricultura o *Shizen Noho*, ou Método Natural, ou agricultura natural, que preconizava a menor alteração possível no funcionamento dos ecossistemas, alimentando-se diretamente do zen budismo.

IV. **Biológica** – Incorpora críticas aos produtos do pós-guerra; nasceu em 1960, na França, movimento que depois tem sua experiência sistematizada no livro, publicado em 1974, *L'Agriculture Biologique: pourquoi et comment la pratiquer*, por Claude Albert. Constitui-se numa abordagem técnica, tendo como base o relacionamento mais equilibrado com o meio ambiente e de melhor qualidade dos produtos colhidos;

V. **Alternativa** – nos anos 1970, após as crises do petróleo, e mais na década de 1980, quando explodem pelo mundo os movimentos de agricultura ecológica, impulsionados pela contracultura e por uma maior consciência dos problemas ambientais. A sociedade americana teve exposta a fragilidade de sua agricultura, hiperdependente do combustível fóssil. O Governo reconhece oficialmente que os modelos baseados unicamente nos agrotóxicos e adubos químicos apresentavam sérios problemas e que existiam modelos alternativos.

O governo incentiva estudos em propriedades que já trabalhavam com agricultura orgânica ou biodinâmica. As técnicas estudadas foram denominadas de *Alternative Agriculture*, título também de obra clássica no assunto, coordenada pelo Prof^o John Pesec da Universidade de Iowa, a pedido e com recursos do Conselho Nacional de Pesquisa dos EUA e publicada em 1989. Uma constatação é que as propriedades estudadas não criaram técnicas revolucionárias, mas apenas excluíram os agroquímicos e aplicaram de forma cuidadosa os conhecimentos e recomendações da agronomia tradicional;

VI. **Permacultura** – Neste mesmo período, nasce na Austrália, o movimento da permacultura, uma vertente da agricultura que criou bases de produção, sobretudo para as regiões menos dotadas de recursos naturais. Desenvolve a ideia de criação de agroecossistemas sustentáveis, que simulam ecossistemas naturais, priorizando espécies perenes, mas que possam suprir desde o amido ao

tecido. Tem também grande contribuição às problemáticas das regiões urbanas, através da vertente da construção de cidades ecologicamente adaptadas, minimizando as necessidades de energia, materiais e esforços externos, maximizando os mecanismos naturais. O movimento tem como ideólogo Bill Mollison e seus colaboradores. Os australianos Bill Mollison e David Holmgren cunharam o termo "Permacultura" nos anos 70. A nova palavra foi criada para referenciar “*um sistema evolutivo integrado de espécies vegetais e animais perenes úteis ao homem.*”⁵ Os ecologistas estavam buscando os princípios de uma "Agricultura Permanente".

A evolução coletiva e às vezes simultânea das várias escolas descritas acima e as experimentações desenvolvidas junto aos agricultores nos vários continentes, ao que tudo indica, contribuíram para a formação do que hoje se denomina agroecologia. A nossa compreensão acerca dos atuais moldes em que se estabelece a agroecologia, sobretudo no que diz respeito às práticas desenvolvidas, é de que esta é resultante, considerando-se as realidades locais, regionais, nacionais e continentais, de uma evolução e adaptação tecnológica de práticas já desenvolvidas em outras regiões geográficas desde o século passado.

Papel fundamental desempenha aí, a transmissão dos conhecimentos tradicionais - dos quais falaremos com mais detalhes nos Capítulos 2 e 4 deste trabalho - já que: (...) *a realidade muda, sempre segundo as circunstâncias, a percepção e a organização mental sobre o mundo natural não é fixa nem estática, mas polissêmica, multidimensional e polivalente.* (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2008, p. 108-109, tradução nossa).

A agroecologia, como já destacado anteriormente, produto de uma abordagem interdisciplinar, tem contribuições de vários especialistas. A inserção de abordagens com destaque para os sujeitos que a manejam, veio sobretudo de outras disciplinas. Importante destacar a contribuição de antropólogos, agrônomos e sociólogos ao abordarem a *questão ambiental*, a partir da década de 1970 no chamado Terceiro Mundo, quando se propuseram a dar ênfase ao papel do campesinato, considerado até então um ‘resíduo anacrônico’. (GUZMÁN CASADO et al., 1999, p.

⁵PLANETA SUSTENTÁVEL. O que é Permacultura?. Disponível em: <http://planetasustentavel.abril.com.br/blog/auxina/permacultura-alternativa-197672_post.shtml>. Acesso em: 07 nov. 2010.

50 feiras agroecológicas, que além da promoção do aumento da renda familiar, conseguem dar mais visibilidade à agroecologia nos municípios onde estão instaladas. Há também os aspectos culturais inerentes a estas feiras. Para além do espaço de trocas solidárias e intercâmbios econômicos, as feiras são lugar de encontro, de conversas entre consumidores/as e produtores/as e entre estes. (Observações em campo da autora)

Cabe destacar que no processo histórico da agroecologia no mundo, ainda no século XX, surgiram as várias formas de agricultura de base ecológica, configuradas em escolas e desenvolvidas sob enfoques diferenciados em países dos vários continentes, conforme detalharemos adiante.

1.2 As escolas em agricultura ecológica⁴

Os insucessos e sucessos do desenvolvimento técnico e econômico, mesmo que tenham inicialmente sido centrados no Ocidente, espalharam-se pelo mundo. O modo de produção centrado em insumos químicos causou sérias consequências ao meio ambiente, gerando reações que buscavam o desenvolvimento de modos de produção mais naturais e de menor impacto ao meio ambiente. Nas décadas de 1920-1940, organizaram-se os primeiros movimentos. A seguir as várias escolas:

- I. A **Biodinâmica**, nasceu na Alemanha, no berço da química agrícola. Foi uma reação cristalizada em 1924, cuja figura central, Rudolf Steiner, filósofo, ajudou a alicerçar a investigação de várias gerações de agricultores/as e agrônomos/as; preconizava a moderna *abordagem sistêmica*, encarando a propriedade como um organismo vivo e destacava a presença do gado bovino como um dos elementos centrais para o equilíbrio do sistema; o método é acompanhado na educação pela Pedagogia Waldorf e na saúde pela Medicina Antroposófica;
- II. A **Orgânica**, nasceu na Inglaterra, nesta mesma época, sob a denominação de *Organic Agriculture*, depois se disseminando para os Estados Unidos. A figura central, Albert Howard, era agrônomo e teve grande experiência na Índia, centrada na observação dos efeitos da agricultura química que aos poucos ia reduzindo os rendimentos da produção, enquanto os métodos tradicionais dos camponeses indianos resultavam em rendimentos menores, mas constantes.

⁴A classificação aqui apresentada é a utilizada por KHATOUNIAN, Carlos Armênio. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu-SP, Livraria e Editora Agroecológica, 2001.

63). Este destaque ao sujeito histórico das transformações na agricultura tornou-se, sobretudo nos países da América Latina, uma tônica de todo o processo constitutivo da agroecologia neste continente.

Como bem sublinha este autor, utilizando em sua linha do tempo da agroecologia a terminologia “agricultura biológica e orgânica”, aparecem dois enfoques: um a partir das sociedades ocidentais para resolver os problemas de degradação da natureza e alimentar saudavelmente a população e outro que pretende, a partir do campesinato, resolver, junto com os anteriores, os problemas do Terceiro Mundo, a agroecologia, vertente com a qual nos identificamos.

Importante resaltar que as origens da agroecologia, suas bases epistemológicas, trazem em seu bojo o rompimento com o paradigma mecanicista e cientificista em que foi assentada a maior parte do desenvolvimento da agronomia e das ciências agrárias convencionais, que tende a pensar a agricultura de forma atomizada, analisando os sistemas agrários de forma estanque e fragmentada. *“Estudam-se separadamente as características físicas do solo, as características biológicas das plantas e as características da fauna que a mantém”*. (GUZMÁN CASADO et al., 1999, p. 90, tradução nossa).

A agroecologia pretende romper com essa dinâmica mecanicista, a partir de um enfoque alternativo, propondo um novo paradigma, que pode ser adjetivado como “paradigma ecológico”, que se propõe a fazer frente a um paradigma que não admite adversidades, paradoxos e contradições, condenando todos os conhecimentos que escapam a o seu desenvolvimento teórico.

O novo paradigma, denominado ecológico se propõe a romper radicalmente com o mecanicismo, porém não pode ser definido de forma fechada, estanque, até por estar em fase de construção. Relaciona-se com o tempo de maneira diferenciada, aproximando-se do evolucionismo, que encara a realidade a partir de uma perspectiva processual e temporal.

Dito isso, cabe ressaltar que estes pressupostos, em que se baseiam este paradigma ecológico veem os sistemas agrários e agrícolas como partes que se inter-relacionam sistematicamente e em constante diálogo com a realidade que os cerca.

[...] o novo paradigma se fundamenta na ideia de que os sistemas não são nunca uma mera soma das partes, senão a inter-relação de seus elementos que por sua vez são também um conjunto de relações. Neste sentido, um sistema contém propriedades que não podem ser observadas separadamente em cada uma de suas partes. (Ibid. p. 91-92, tradução nossa)

Claro fica que a realidade agrária que se analisa e estuda nunca pode ser definida como acabada, nem pode ser analisada da mesma forma em diferentes situações e lugares distintos. Por isso, o conhecimento científico produzido a partir desta realidade, tem que ser múltiplo, admitir incertezas e erros. Possuir diferentes graus de aproximação, admitir desordem e uma pluralidade de lógicas, conduzindo a uma visão complexa do real.

Finalmente, o novo paradigma rejeita uma visão antropocêntrica, assumindo uma visão biocêntrica, “*que põe no centro da análise a relação entre o ser humano e a natureza, tanto biótica como abiótica*”. (GUZMÁN CASADO et al., 1999, p. 92, tradução nossa). A partir dessa assertiva, surge uma das bases da agroecologia, o princípio da coevolução.

1.3 O princípio da coevolução social e ecológica

Como já anunciado anteriormente, o paradigma mecanicista em que se apoia grande parte das ações desenvolvidas pelas ciências agrárias convencionais, a agronomia particularmente, e a economia, vê a natureza como um recipiente onde se colocam os ingredientes necessários à produção de alimentos, ignorando dois elementos básicos: a inter-relação entre os “ingredientes” entre si e estes com o recipiente e a dimensão do tempo. Estas dimensões são a base de um princípio básico em que se fundamenta a agroecologia, o princípio da *coevolução*.

Este princípio, a nosso ver muito útil neste trabalho e com o qual nos identificamos, implica que qualquer sistema agrário ou propriedade em análise, é produto da coevolução entre os seres humanos e a natureza. Este princípio tem implicações que são muito importantes e que estão na base do enfoque agroecológico, pois parte de ideias de interações dinâmicas e ao mesmo tempo de construção contínua:

A ideia de interação e mútua determinação dos componentes de cada sistema, a ideia de que os sistemas agrários são na verdade ecossistemas artificiais e a ideia de que os termos dessa interação não se mantêm idênticos ou estáticos no tempo, mas sim, que vêm mudando de acordo com a dinâmica que estas inter-relações têm gerado em todas e em cada uma parte que compõem o sistema. (GUZMÁN CASADO et al., 1999, p.93, tradução nossa)

Cabe levar em conta que, sendo a agricultura o resultado da interação/manejo da sociedade com os ecossistemas, com o fim de convertê-los em agroecossistemas, supõe-se uma alteração do equilíbrio original daqueles, através de

uma combinação de fatores ecológicos e socioeconômicos. A produção agrária é o resultado das pressões socioeconômicas que a sociedade exerce sobre os ecossistemas naturais em determinado tempo. “*Neste sentido a artificialização dos ecossistemas é o resultado de uma coevolução, no sentido de evolução integrada entre cultura e meio ambiente*”. (SEVILLA GUSMÁN Y GONZÁLEZ DE MOLINA, 1990, apud GUSMÁN CASADO et al., 1999, p. 93, tradução nossa, grifos nossos)

A agroecologia busca analisar os variados sistemas agrários e as diferentes experiências que têm sido desenvolvidas pela sociedade nestes sistemas. Levando em conta que há diversas formas de manejo nestas experiências, o que se traduz em distintas formas de reprodução social e ecológica dos agroecossistemas, as estratégias agroecológicas podem ser definidas em três dimensões: ecológica, social e econômica.

A estratégia *ecológica* pretende realizar uma análise dos agroecossistemas, considerando a sociedade como um subsistema coextensivo com o sistema que esta maneja. Cada sociedade no seu percurso histórico e relação com o ecossistema contribuiu e interferiu em maior ou menor grau à sua artificialização. Por este motivo, faz-se necessário realizar um minucioso diagnóstico do estado atual de cada agroecossistema, identificando e analisando as questões macroscópicas, pois a artificialização do ecossistema com o fim de obter alimentos, supõe-se ter promovido a redução da maturidade e a simplificação de sua estrutura.

O componente *social* da estratégia agroecológica está ancorado na ideia da percepção e interpretação que os seres humanos realizaram em sua relação com o meio ambiente e desempenha um papel central na análise dos agroecossistemas. Cada grupo humano utilizou seus conhecimentos nos processos de artificialização dos ecossistemas, por esse motivo esta análise só será eficiente se considerar a história dos agricultores, da ciência e da tecnologia aplicada tanto na degradação como na conservação da natureza e das representações sociais da mesma. (WORSTER, 1990; GONZÁLEZ DE MOLINA, 1993 apud GUSMÁN CASADO et al., 1999, p. 94).

Por fim, a estratégia agroecológica é *econômica* a partir da análise de que, por um lado as taxas de coletas, extração e exploração dos recursos naturais devem ser iguais às capacidades naturais de regeneração e, por outro lado, as taxas de emissão de resíduos devem ser iguais às capacidades naturais de assimilação do agroecossistema. Ou seja, é necessário saber em que medida os seres humanos estão manejando os ecossistemas naturais e convertendo-os em agroecossistemas para prover suas necessidades e se recuperam os danos causados, mantendo intactas suas capacidades

naturais de reposição. Aqui se deve considerar a capacidade reprodutiva nas dimensões bióticas e socioculturais e que também ambas as dimensões estão em constante interação e se influenciam mutuamente. (GUSMÁN CASADO et al., 1999, p. 94-95).

As mútuas interações entre os vários componentes do agroecossistema, que estão na base do princípio da coevolução, podem ser resumidas na determinação mútua entre as pressões exercidas pela sociedade sobre os ecossistemas e as possibilidades de respostas que estes podem dar às pressões exercidas. A manipulação dos ecossistemas, pela sociedade criando agroecossistemas, ocorre devido às necessidades criadas culturalmente e que, portanto, modificam e interferem nos vários processos ali desenvolvidos.

Por isso é fundamental a compreensão da dinâmica dos agroecossistemas e a necessidade de ter em conta as características ambientais quando do planejamento da produção agrícola. (Ibid. p. 95-96). Este planejamento deve levar em conta necessariamente a dinâmica local, da qual faz parte a propriedade familiar e a comunidade local.

1.4 Etnoecologia, um conceito suporte para o conhecimento tradicional

Outra importante contribuição à visibilidade do conhecimento tradicional ou saber local é a noção de Etnoecologia, que, numa breve definição de Altieri (2000, p.184): *“é o estudo e a descrição dos sistemas de conhecimento natural das etnias indígenas rurais”*, conceito também estudado pelo autor, que contribui enormemente, a partir de seu enfoque holístico e multidisciplinar, com o estudo do

complexo integrado pelo conjunto de crenças (cosmos), o sistema de conhecimento (corpus) e o conjunto de práticas produtivas (práxis), o que possibilita compreender totalmente as relações que se estabelecem entre a interpretação ou leitura, a imagem ou representação e o uso ou manejo da natureza e seus processos.(TOLEDO, 2005, p.17)

Este conjunto integrado de compreensões que a Etnoecologia proporciona, impede certa tendência de analisar os saberes locais utilizando como referência os parâmetros e classificações do conhecimento positivista, que separam os saberes tradicionais (a cultura) de suas implicações práticas (a produção) e a identificar o conhecimento local, tradicional ou indígena como racionalmente puro e sem implicações nem conexões com o mundo das crenças (cosmovisão). (Ibid., 2005, p. 17)

Dialogando com estas variáveis, Toledo, (1996, p. 2), amplia seu escopo de investigação com a Etnoecologia, definindo como princípios para o desenvolvimento sustentável de comunidades camponesas e indígenas, os seguintes:

- (i) Tomada de controle do seu território. Implica no estabelecimento dos limites, reconhecimento do seu território por parte do Estado e das comunidades e vizinhos;
- (ii) Uso adequado e não destrutivo dos recursos naturais (flora, fauna, solos, águas) que formam o território, através da elaboração e execução de um plano de manejo dos recursos naturais;
- (iii) O controle cultural significa que a comunidade deve tomar decisões que salvaguardem seus valores culturais, incluindo a língua, vestimentas, costumes, conhecimentos, crenças, hábitos, etc. Para isso a comunidade deverá criar mecanismos de resgate cultural e de tomada de consciência por parte dos habitantes, da existência de sua própria cultura (orgulho étnico);
- (iv) Incremento da qualidade de vida dos membros da comunidade é um aspecto importante do desenvolvimento comunitário e isto conforma a tomada de controle social, incluindo alimentação, saúde, educação, habitação, saneamento, informação, entre outros;
- (v) Regulação dos intercâmbios econômicos, ou seja, trocas que a comunidade mantém com o resto da sociedade e com os mercados locais, regionais, nacional e internacional, conformam o controle econômico;
- (vi) A última dimensão é a tomada de controle político, que supõe que a comunidade possa criar sua própria organização, quer seja social ou produtiva, que possa promulgar ou ratificar normas, regras e princípios que regem a vida política da comunidade;

Estas seis dimensões⁶ não podem existir isoladamente, serem efetivas, sem a presença uma da outra. O controle que a comunidade tende a recuperar deve ser integral, completo, ou seja, deve incluir as seis dimensões descritas acima. Importante observar que embora seu escopo de análise tenha se dado a partir das populações tradicionais de indígenas na América Latina, esses princípios acima se adéquam à perspectiva das populações quilombolas.

⁶ Territorial, ecológica, cultural, social, econômica e política.

Por fim, a perspectiva etnoecológica, considera as comunidades rurais *células produtivas do organismo social*, encarregadas de realizar intercâmbios com a natureza, através da realização de atividades agropecuárias, extrativistas, pesqueiras e florestais.

Essa perspectiva se coaduna com o princípio da coevolução, já mencionado anteriormente, na medida em que os processos produtivos devem ser analisados a partir dos intercâmbios com a natureza, mas também faz-se necessário levar em conta o intercâmbio estabelecido com a sociedade onde os processos se inserem. (NAREDO, 1987, apud GUZMÁN CASADO, et al., 1999, p. 95)

Este será um dos aspectos que trataremos mais adiante no Capítulo 4, avaliando as trocas e intercâmbios estabelecidos pela comunidade de Siqueira com a natureza, quer seja com as atividades em terra, quer seja nos rios e mar.

Para dar seguimento à execução dos controles territorial, social, político, ecológico, cultural e econômico, Toledo (1996, p. 3) sugere um conjunto de princípios que sustentam as ações: Diversidade (biológica, genética, cultural, paisagística e produtiva); Auto-suficiência; Integração (de práticas produtivas de unidades de paisagem, e ciclos naturais, etc.); Equidade (produtiva, de recursos, de participação, etc); Justiça econômica (especialmente na obtenção de preços justos para os produtos comercializados pelas comunidades).

Os outros princípios têm um caráter filosófico e se aproximam da ideia de equilíbrio, como se pode ver a seguir: Equilíbrio espacial, destinado à realização e garantia de estabilidade da paisagem, através do manejo das unidades eco-geográficas que formatam o território comunitário; Equilíbrio produtivo, manter a estratégia onde o valor das trocas se faça em função do valor de uso, ou seja, a produção deve ser guiada para garantir a auto-suficiência alimentar, energética e tecnológica da comunidade; Equilíbrio comunitário, com o fim de equilibrar os direitos de cada família ou unidade produtiva com os direitos coletivos ou comunitários; Princípio de Equilíbrio familiar, onde a harmonia da família depende da satisfação das necessidades de alimentação, habitação, saneamento, educação, informação e reprodução.

Uma observação em relação ao último item, o equilíbrio e harmonia de uma unidade familiar não são garantidos a partir só de variáveis externos a ela, porque são insuficientes para garantir estabilidade e equidade de direitos, categoria fundamental em qualquer análise de desenvolvimento atualmente. É necessário incluir aí, variáveis do campo mais abstrato, das relações pessoais, como por exemplo, equidade de gêneros e

valorização e visibilidade do trabalho da mulher. Percebe-se, porém, que os princípios anteriores são válidos para o tema em pauta, na medida em que dão conta satisfatoriamente da relação de agricultores e agricultoras com o meio ambiente natural, ou o agroecossistema.

Um aspecto importante na afirmação do lugar da agricultura familiar está localizado em resultados conseguidos se comparados com a agricultura convencional, industrial. Toledo (1996) afirma a “superioridade” da produção em regime familiar, utilizando a variável “escala” como sendo uma das mais definidoras da eficiência produtiva e ecológica da propriedade. Fica claro o embate que há entre sua afirmação e o que classicamente foi, durante muitos anos, defendido pela perspectiva desenvolvimentista, de que a produção em grande escala, grandes áreas para isso, apresentava superioridade se comparada a da pequena produção em regime familiar e muitas vezes comunitário. Lembra ainda que estas demonstrações tendem a repercutir quanto às questões da concentração da terra, dado ao fato de questionar a eficiência das médias e grandes propriedades, e o modelo de desenvolvimento que as sustenta, assim assume um campo de defesa de um modelo alternativo e sustentável, - a agroecologia - viável na pequena escala, e que é apropriado do ponto de vista ambiental, cultural e produtivo.

O debate da viabilidade produtiva dependente das escalas de produção é antigo e remonta aos séculos XVII e XIX, tendo dividido economistas renomados entre detratores dos minifúndios e apaixonados defensores da produção em pequena escala. O debate mais recente nos anos 1970, sobretudo na América Latina e México, ganhou ares de enfrentamento entre a ecologia política e o modelo “moderno” de agricultura industrializada. O que aparentemente é um debate técnico trás em seu bojo uma disjuntiva social de proporções históricas: a viabilidade e a inviabilidade do camponês e da agricultura familiar. (TOLEDO, 2002, p. 28). Trata-se aqui de duas categorias, aparentemente consensuadas, mas que no Brasil muitas vezes encontram-se envoltas num debate conceitual: camponês/a e agricultor/a familiar, mas não é o objetivo deste trabalho aprofundar as várias concepções brasileiras e o debate corrente⁷.

⁷ Para uma revisão do termo e aprofundamento do debate citado, consultar os trabalhos produzidos por: WANDERLEY, Maria Nazareth B. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. São Paulo, 1997. (mimeo); e GODOI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo. (orgs.). **Diversidade do campesinato**: Expressões e categorias. Estratégias de reprodução social. Volume 2. São Paulo: Editora UNESP; Brasília-DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

Vale destacar que o conceito de produtividade trabalhado aqui está embasado na idéia de que o sistema produtivo se define como a relação entre o que se investe (insumos) e o que se obtém com a produção (produtos), trata-se, portanto de um **balanço** entre os investimentos e os resultados obtidos. Isto significa que o sistema produtivo será mais eficiente, tanto menor for a quantidade de insumos e maior quantidade de produtos. É necessário enfim, demonstrar a manutenção da produtividade de um sistema através do tempo, ou melhor, de vários ciclos anuais e produtivos, um dos princípios do conceito de sustentabilidade.

É necessário, no entanto, levar em conta algumas questões sobre este conceito na agroecologia. Primeiro, que tal princípio é por natureza dinâmico, muda com o tempo, como é dinâmico o equilíbrio que existe na natureza. *“Portanto não se pode dizer que um agroecossistema é ou não sustentável, mas que é **mais ou menos** sustentável que antes ou que outro agroecossistema com o qual se compara.”* (GUZMÁN CASADO, et al., 1999, p.100, grifo do autor, tradução nossa); Segundo, que nem todos os objetivos da sustentabilidade são alcançados ao mesmo tempo, deve ser encarado de forma processual, onde os objetivos são conseguidos a cada momento em função, inclusive dos danos causados a o meio ambiente, pela urgência em sua resolução e finalmente pela escala de tempo em que nos situamos; em terceiro lugar, deve-se levar em conta que o conceito sendo aplicado em dimensões planetárias, sua aplicação se fará em ecossistemas muito diferentes um dos outros, o que significa que o próprio conteúdo do conceito pode variar no tempo e no espaço. (Ibid. p. 100)

Em função da riqueza destes aspectos conceituais da sustentabilidade, este conceito torna-se muito importante para o trabalho aqui apresentado, e também por estarmos tratando de um conjunto de questões teóricas advindas de vários campos das ciências que precisam ser assentadas e comparadas com o território e os sujeitos que nele habitam. Para isso, é necessário entender como se deu a história da comunidade e as várias possibilidades de ocupação desse território.

2 Engenho Siqueira, os aspectos históricos e as questões em torno do reconhecimento como Comunidade Remanescente de Quilombo.

*“Porque o deus que é do branco é dos nego.
Porque se não fosse isso, não havia essa nação, né?
De branco e preto.”
D. Antônia*

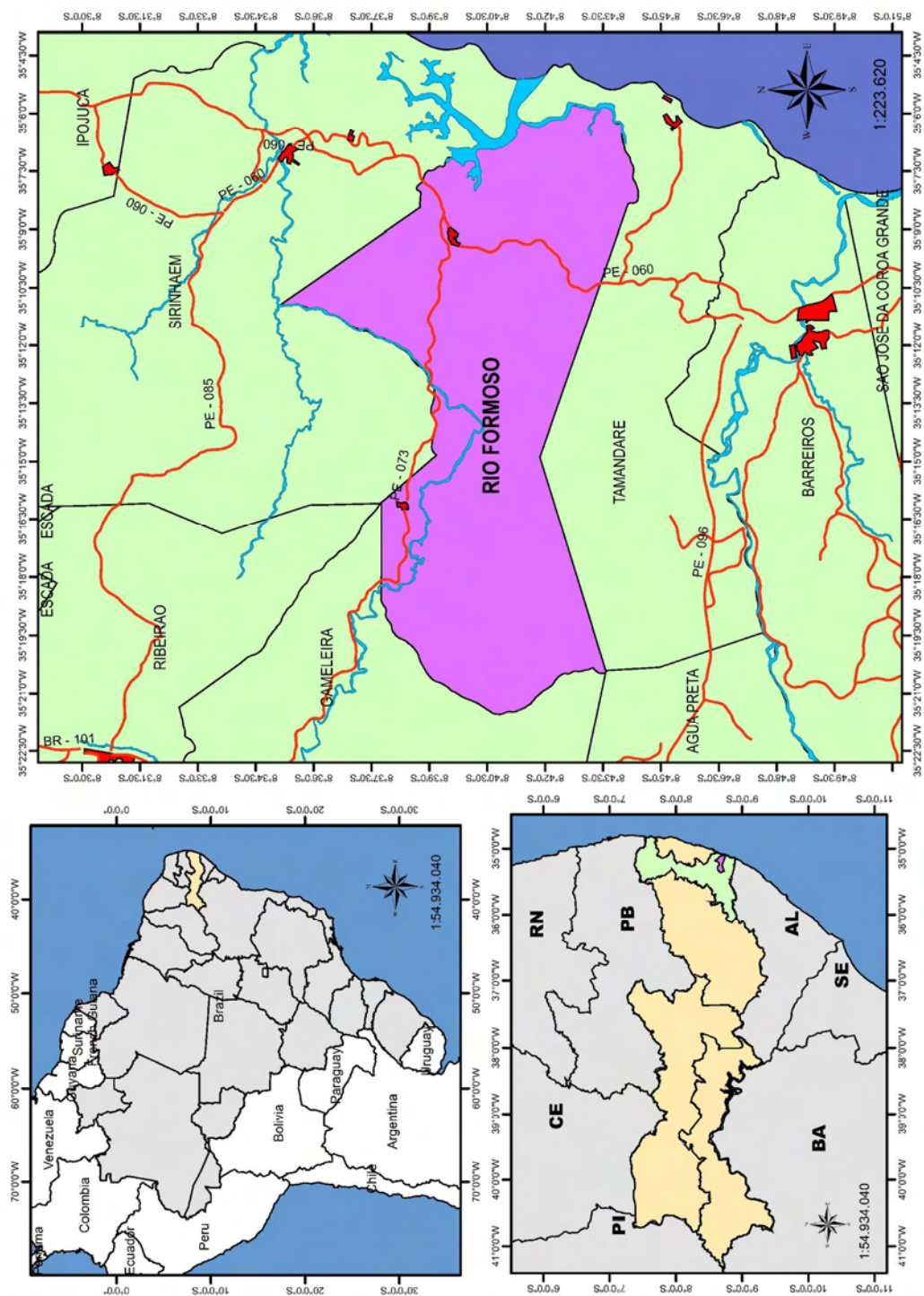
Este capítulo apresenta os aspectos geográficos de localização da comunidade no município e na região da Zona da Mata pernambucana, assim como tenta refazer o percurso de constituição histórica da comunidade do Engenho Siqueira, fazendo um contraponto com as questões decorrentes do seu reconhecimento como remanescente de Quilombo pela Fundação Palmares em 2005. Inclui também uma breve descrição, a partir das falas dos entrevistados sobre a presença dos mediadores na comunidade.

Cabe destacar que as 14 entrevistas com os moradores do Engenho Siqueira, sobre as quais nos debruçamos a partir de agora, foram realizadas no período de novembro de 2010 a março de 2011. Doravante serão citados apenas os primeiros nomes dos entrevistados, assim como será mantida a forma coloquial das falas, como transcritas das entrevistas realizadas.

2.1 Aspectos históricos e geográficos

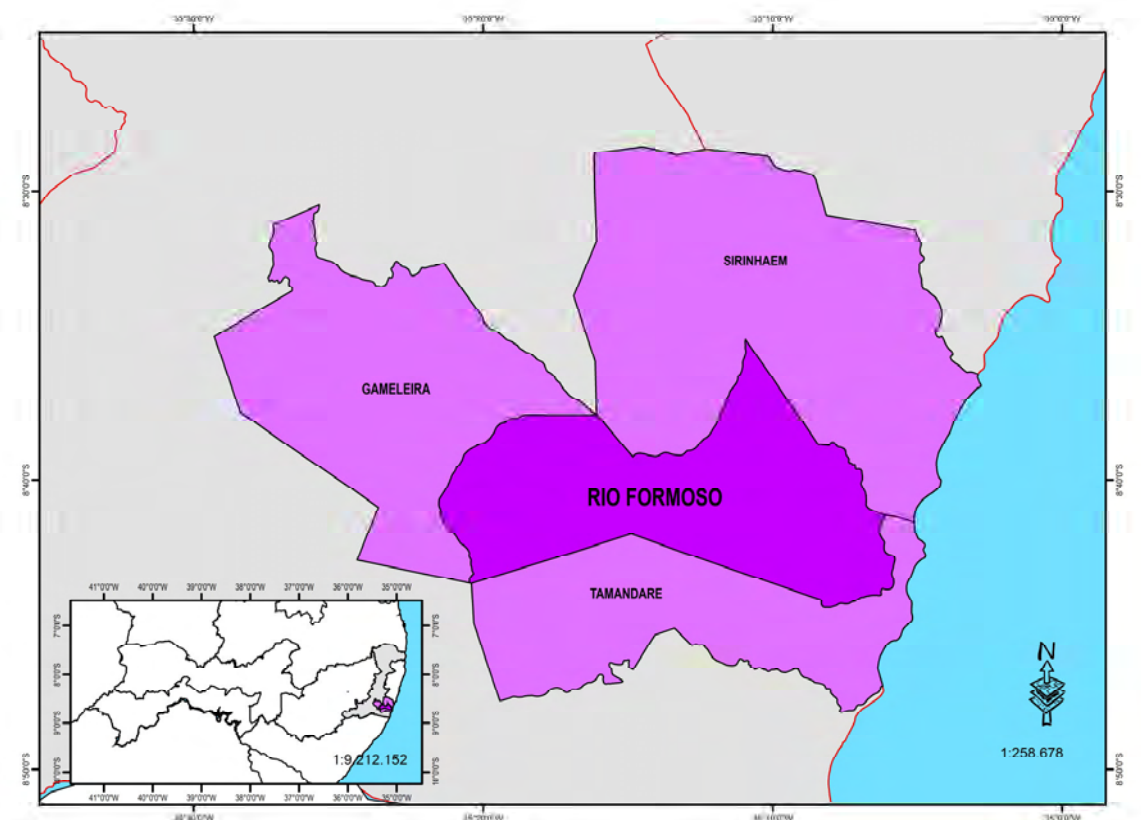
O Engenho Siqueira está localizado no município de Rio Formoso situado na região fisiográfica da Mata, na microrregião da Mata Meridional (ou mata sul) de Pernambuco. (ver Mapa N° 01). O município, que dista 90,0 km da capital do Estado, Recife, estabelece limites com os municípios de Tamandaré, Gameleira e Sirinhaém. (ver Mapa N°02). É um município cuja localização encontra-se muito próxima ao litoral, estando às margens de um complexo estuarino.

Mapa N° 01 – Mapa de situação do Município de Rio Formoso



Fonte: ZAPE-EMBRAPA, com adaptações feitas por Gírlan Cândido, 2011

Mapa n°02. Localização do município de Rio Formoso e os limites municipais



Fonte: ZAPE-EMBRAPA, com adaptações feitas por Girlan Cândido, 2011

A localização do Engenho Siqueira em relação ao município de Rio Formoso é de muita proximidade. Parece se confundir com a área urbana do município.

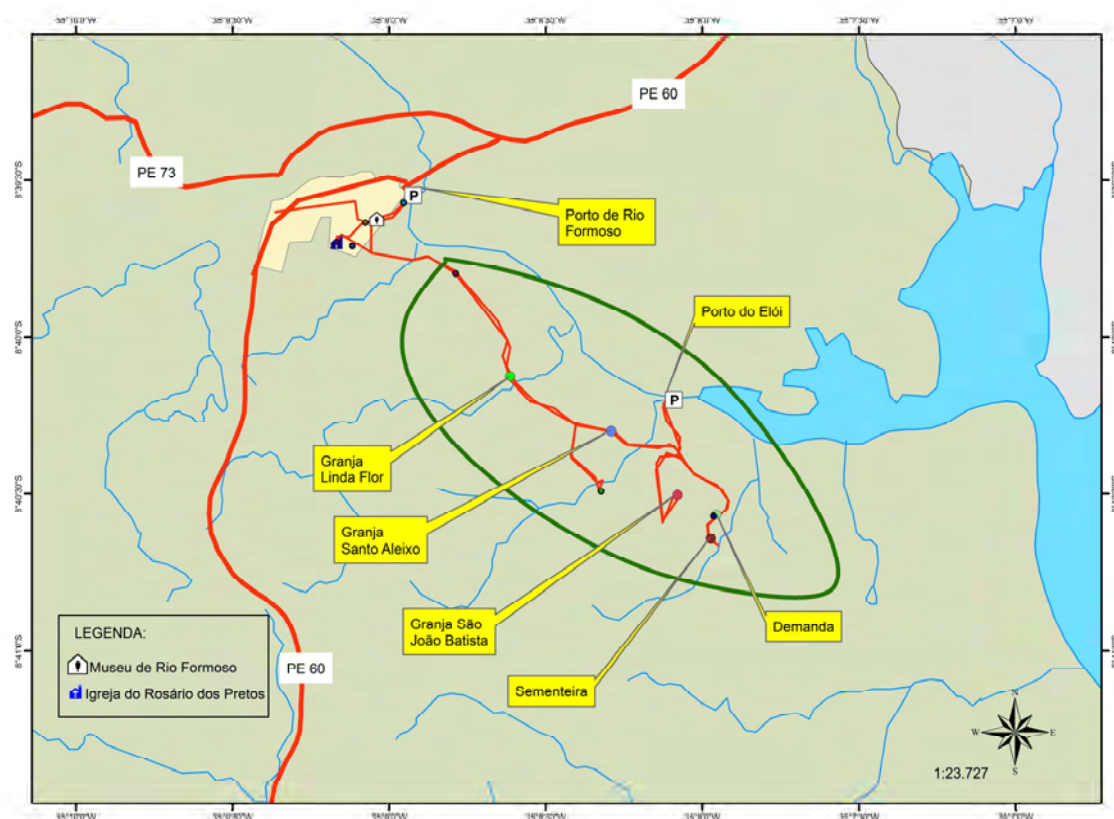
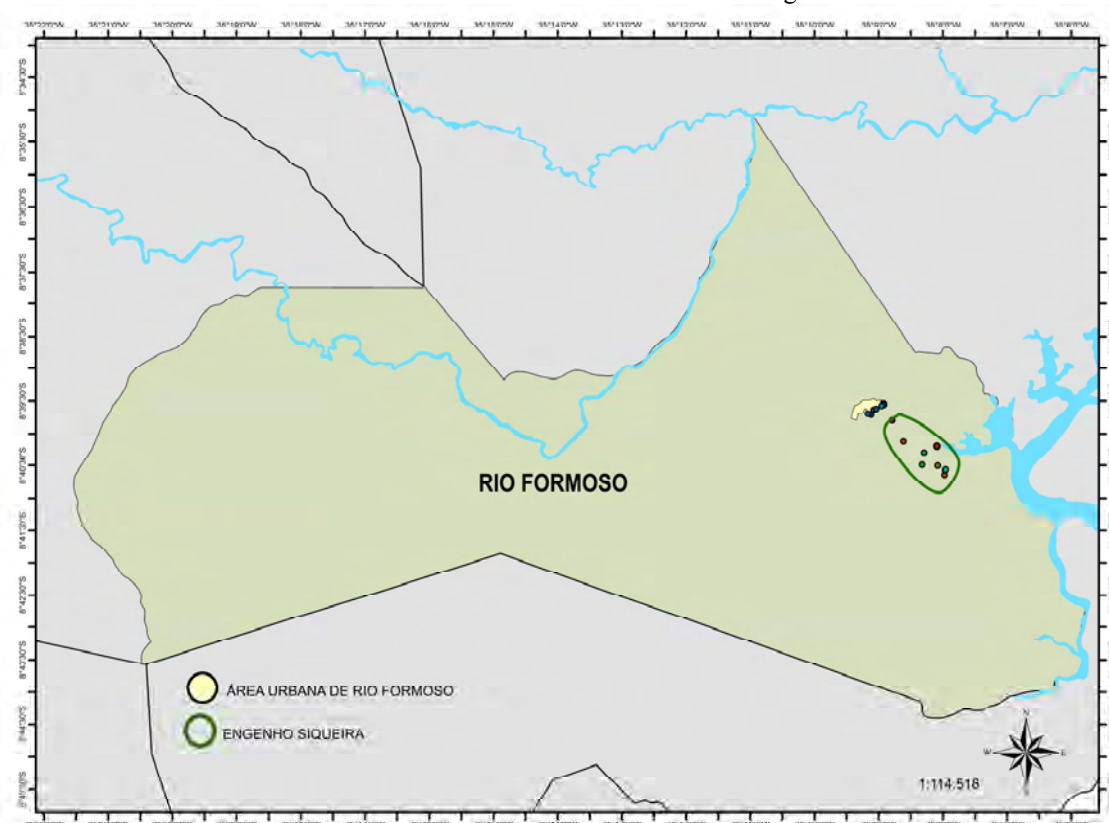
Seu Luizinho, 78 anos, um dos entrevistados ao falar dos ‘bairros’ do Engenho Siqueira, revela que: *“Siqueira é o Engenho e dentro tem os bairros: tem Demanda que é aqui, tem o Elói, tem o Córrego Verde, tem os Dantas, tem Olho D’água de Baixo e de Cima e tem a COHAB – que fica na cidade de Rio Formoso”*.

Há também afirmações dos entrevistados de que o local onde fica atualmente a sede da Prefeitura municipal, também é área do Engenho Siqueira. No Mapa n° 03, a seguir, pode-se visualizar a proximidade da comunidade frente ao núcleo urbano do município, assim como a proximidade com a malha hídrica da região, que forma o estuário que dá vida ao mangue, local de pesca e coleta de moluscos, crustáceos e peixes pelos moradores do Engenho Siqueira.

Vê-se também localidades internas ao Engenho, algumas mencionadas por Seu Luizinho e outras, com nomes de granjas, que pertencem aos moradores tradicionais, mas também de pessoas que compraram a propriedade com fins de lazer,

que só vêm nos finais de semana e, aparentemente, não são parte da Comunidade Remanescente de Quilombo.

Mapa nº 03 – Mapa de localização do Engenho Siqueira em relação à Área urbana de Rio Formoso e localidades internas ao Engenho



Fonte: IBGE; ZAPE-EMBRAPA, com adaptações de Girlan Cândido, 2011.

A região da Zona da Mata pernambucana é das mais desiguais do estado, em termos de desenvolvimento, inclusive tendo o município São Benedito do Sul, localizado na Mata Sul, um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano do estado⁸. Concentra indicadores sociais que revelam um quadro de extrema precariedade e vulnerabilidade em relação a outras regiões do estado, possuindo uma percentagem de Incidência de Pobreza de 57%⁹.

A região também convive com problemas resultantes de sua condição de região monocultora de cana-de-açúcar, que, a despeito das várias fases de instabilidade nos processos de produção e de comercialização, o açúcar tem se mantido como uma *commodity* internacional e eleva o país à condição de maior produtor mundial de açúcar, com cerca de 30% do total de cana-de-açúcar colhida no mundo. (SCHLESINGER, 2008, p. 10-11).

A Zona da Mata era originalmente quase que totalmente coberta por uma densa mata úmida, a Mata Atlântica, um dos ecossistemas mais ricos em biodiversidade do mundo, mas também um dos dois mais ameaçados pela ação do ser humano. São características desse ecossistema: abrigar extensa diversidade biológica; presença de inúmeras comunidades tradicionais; possuir um rico patrimônio cultural; e assegurar a proteção dos solos, sítios turísticos e mananciais.

Em função de todas essas características socioculturais e ambientais, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a reconheceu, em 1991, como a primeira reserva da biosfera brasileira. É a maior e uma das mais importantes unidades da Rede Mundial da UNESCO.¹⁰

Em Pernambuco, a região tinha originalmente tinha 17.811 Km², o que correspondia a 18% de todo seu território. Somente no final da década de 1980, com o advento da Constituição da República, a Mata Atlântica foi considerada Patrimônio Nacional, tendo posteriormente a criação de dispositivos mais restritivos para a sua proteção (REDE ONG's DA MATA ATLÂNTICA, 2001, p.12).

⁸ PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Ranking do IDH dos municípios do Brasil. Disponível em <http://www.pnud.org.br/atlas/tabelas/>. Acesso em: 28 abr. 2011.

⁹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa de Pobreza e Desigualdade - Municípios Brasileiros 2003**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=pe>. Acesso em: 28 abr. 2011.

¹⁰ UNESCO. MAB. **Reserva da Biosfera da Mata Atlântica**. Disponível em http://www.rbma.org.br/mab/unesco_03_rb_mata.asp. Acesso em: 20 mar. 2011.

Hoje praticamente não existe mais em sua formação original, estando restrita a pequenas porções espalhadas pela região, algumas protegidas por leis, mas sofrendo grande pressão das populações que as cercam, que vivem em precárias condições de vida. *“Nas cidades, áreas rurais, comunidades caiçaras e indígenas, ela regula o fluxo dos mananciais hídricos, assegura a fertilidade do solo, controla o clima e protege escarpas e encostas das serras, além de preservar um patrimônio histórico e cultural imenso”*. (REDE ONG's DA MATA ATLÂNTICA, 2001, p.24).

Embora não existam mapeamentos atualizados sobre o estado de Pernambuco, vale registrar que estudos realizados pela Sociedade Nordestina de Ecologia (SNE), revelam que em 1993, havia apenas 1.524 Km², apenas 1,5% do território do estado e correspondendo a 8,6% da sua área original. (TABARELLI et al., 2006, p. 151).

Os ciclos de aceleração e desaceleração da produção de cana-de-açúcar na região foram marcados por vários eventos. Na década de 1970, a crise do Petróleo forçou o Governo brasileiro a criar o Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), iniciado em 1975, aumentando a produção de cana-de-açúcar para produção deste produto, suprimindo as necessidades de combustível, causadas pela diminuição do fornecimento e aumento dos preços do petróleo. A implantação de tal política causou grandes perdas ambientais e aumentou a concentração da terra nas mãos de latifundiários da região. Além de ter criado a falsa ideia de aumento do emprego. *“Num primeiro momento criaram-se novos empregos para a produção agroindustrial em detrimento também de perdas de emprego nas áreas tradicionais de pequena produção agrícola. Vale salientar que a grande maioria desses novos empregos criados são temporários.”* (DIEESE-CONTAG, s/d). Antes do Proálcool havia 20 a 30 mil trabalhadores temporários. Após o programa somavam 60.000 empregos temporários. (CONTAG, 1993, p. 2)

Na década de 1990, com o fim dos incentivos fiscais provenientes do Proálcool, muitas usinas na região decretaram falência, dando origem a uma das maiores crise do setor sucro-alcooleiro. Na safra de 1998-1999, das 37 usinas e destilarias da região apenas 20 funcionaram, das quais apenas 9 em condições favoráveis. No fim da década de 1990 havia apenas 100.000 trabalhadores empregados, quando na década de 1970 eram 250.000, ou seja, uma perda de 150.000 postos de trabalho na região canavieira, sendo os trabalhadores os mais atingidos com a crise, nesta década. (FETAPE, 2005, p. 4).

Somado a isso, as mudanças na matriz de produção, mecanização e a ocorrência de secas, promoveu uma forte redução da área cultivada, e consequentemente, diminuiu sensivelmente a demanda pela mão de obra. (BELIK, 2003). Cabe salientar que o significado de “crise” é diferente para os distintos sujeitos sociais, atingindo de forma diferenciada os trabalhadores rurais, grande proprietários e industriais.

Prova disso é que muitos usineiros transferiram seus investimentos para outras regiões, como Sudeste – estado de Minas Gerais e Centro Oeste – estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso. (ANDRADE, 2001, p.276). Cabe considerar que este grupo dominante encontra formas de acomodação em momentos de crise, muito semelhante desde a colonização, como bem salienta o mesmo autor, a seguir:

[...] ainda que o grupo dominante, formado com a colonização, teve a capacidade de se adaptar a cada momento histórico, continuando até hoje no controle da produção açucareira regional, expandindo-se até em outros estados da Federação e formando uma oligarquia política que manteve por muito tempo o controle do estado. (Ibid. p. 272).

Há ainda os casos de usinas que dispõem de maior quantidade de terra e utilizam tecnologias mais modernas, ao crescerem e aumentarem as produção acabam incorporando as usinas de pequeno e médio porte e de menor competitividade, ampliando sua área de influência e domínio. (ANDRADE, 2005 p. 266).

Mais recentemente, devido à diminuição das reservas mundiais de petróleo e, consequentemente, com a demanda internacional pela pesquisa e produção de combustíveis alternativos, como o etanol, está configurada uma tendência à retomada dos incentivos à produção de cana-de-açúcar.

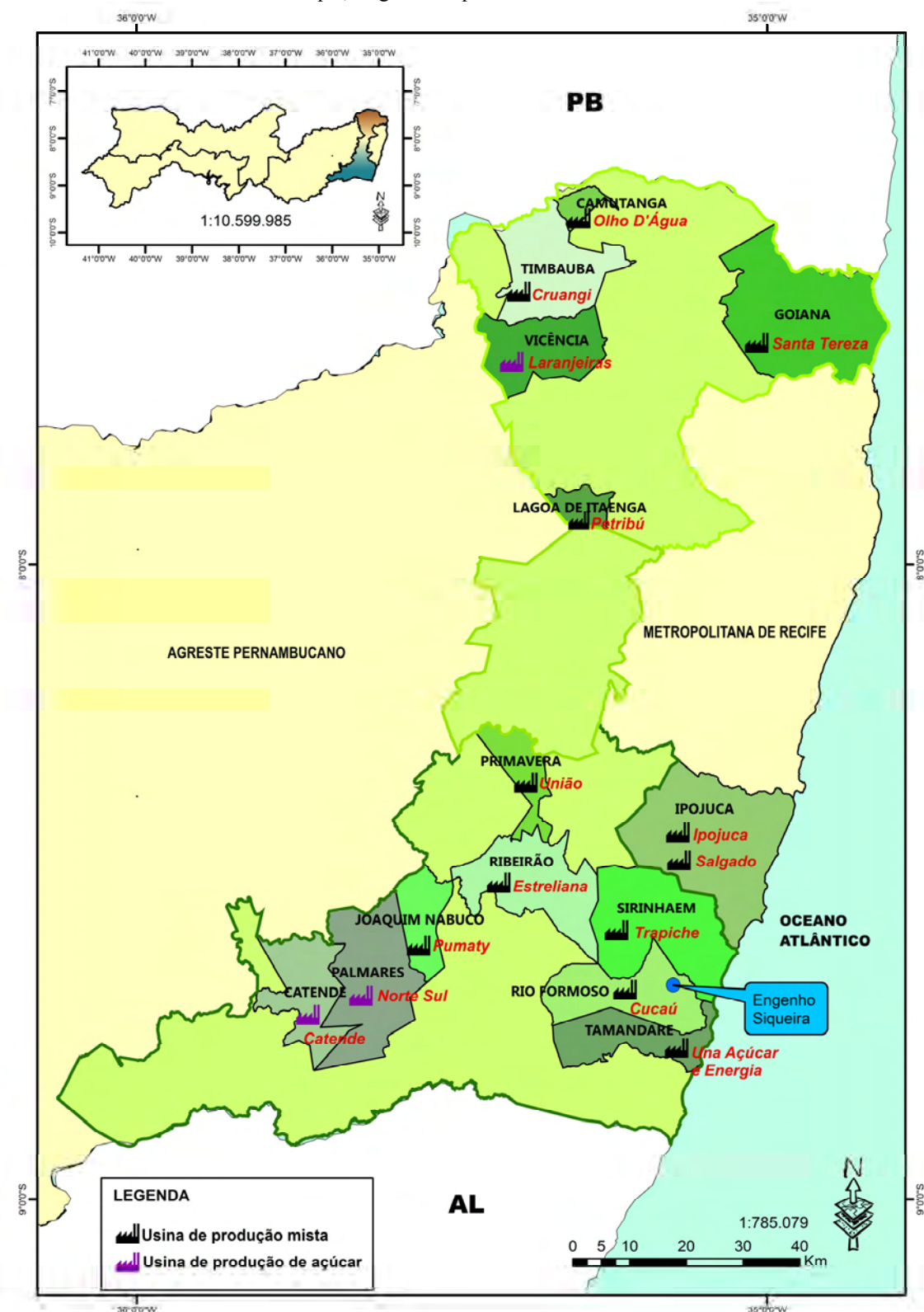
O Brasil, nesta conjuntura, é visto pelos grandes mercados consumidores de hoje como o país com o maior potencial para este fim, não só para a produção do etanol, mas de outros agrocombustíveis a partir da soja e das florestas artificiais de eucalipto, formando junto com a cana-de-açúcar, os três maiores monocultivos no país, ocupando juntos uma área de cerca de 33 milhões de hectares, sendo o etanol da cana-de-açúcar o mais promissor dos substitutos da gasolina automotiva. O Brasil, ocupando o lugar de maior produtor mundial da cana-de-açúcar, é responsável pela produção de 30% do total colhido em todo o mundo. (SCHLESINGER, 2008, p.10). Dados da safra 2007-2008 colocavam Pernambuco em 6º lugar no Brasil em termos de produção, ficando abaixo na região Nordeste, do estado de AL que ocupava o 3º lugar.

Dados atualizados em recente pesquisa realizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), no período de 29 de novembro a 12 de dezembro de 2010, apontam um aumento da área destinada ao plantio da cana para a safra de 2010-2011. A pesquisa mostra um resultado de oito milhões de hectares de área plantada, 8,4% a mais que a da safra anterior. O estado de São Paulo ocupa a maior parte, com 4,4 milhões de hectares ou 54,28% do total nacional. Em seguida, aparecem Minas Gerais (695 mil ha), Goiás (599,3 mil ha), Paraná (582,3 mil ha), Alagoas (438,6 mil ha), Mato Grosso do Sul (396,1 mil ha) e Pernambuco (346,8 mil ha).¹¹ A produtividade em Pernambuco teve ligeira queda, mas comparando-se à safra 2009-2010, houve aumento da produção, por conta do aumento da área plantada, de 5,5%. (BRASIL, CONAB, 2011, p. 11).

Há razões suficientes, atualmente, para este setor ser denominado de sucroenergético, dado o aumento da demanda por etanol e consequentemente, da produção de cana-de-açúcar. Do volume total produzido de cana-de-açúcar nesta safra de 2010-2011, 53,8% serão destinadas à produção de etanol. No Mapa 04, a seguir, as usinas que ainda se encontram em funcionamento no território da Zona da Mata, 18 ao todo. Note-se neste mapa, a localização das Usinas Trapiche, em Sirinhaém, e Cucaú em Rio Formoso, ambas no entorno do Engenho Siqueira.

¹¹Safra da cana de açúcar bate recorde. Disponível em: <http://www.correiadoestado.com.br/noticias/safra-de-cana-de-acucar-bate-recorde_93998/>. Acesso em: 07 mar. 2011.

Mapa nº 04 - Usinas em funcionamento na região da Zona da Mata.
No destaque, Engenho Siqueira em Rio Formoso.



FONTE: ZAPE-EMBRAPA;SINDAÇÚCAR com adaptações feitas por Girlan Cândido, 2011

A história de formação do município de Rio Formoso está intimamente ligada à história da colonização do território da região da Zona da Mata e da ocupação pela monocultura da cana-de-açúcar, durante a segunda metade do século dezesseis. A mata sul tornou-se região propícia à expansão da atividade açucareira devido a vários aspectos favoráveis, entre os quais: a terra fértil, os altos índices pluviométricos adequados à cultura da cana, reserva abundante de mata para abastecer os engenhos e sistema fluvial que facilitava o transporte das cargas de açúcar. (INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DE PERNAMBUCO/CONDEPE, 1992, p.17-18).

Os primeiros registros do povoamento do território datam de 1637. Rio Formoso ganhou destaque no estado, quanto à produção açucareira, graças, sobretudo à sua malha fluvial, que promoveu o desenvolvimento de outras atividades, facilitando transporte de pessoas e a comercialização de gêneros alimentícios. Possibilitou também a instalação de estaleiros e ampliou a atividade pesqueira e a cultura do coco. (Ibid. p. 18).

Dois registros importantes quanto à importância política destacados na literatura é a atuação do município na campanha abolicionista e na luta na Guerra dos Mascates, no início do século XVIII, que antagonizou senhores de engenho e grandes mercadores, tendo estes últimos o intuito de arrebatar a supremacia política dos primeiros. Importante lembrar que a burguesia mercantil representada pelos mercadores, não tinha qualquer interesse em suprimir o regime escravista, já que ela própria fazia parte do sistema da economia escravista colonial com o mercado mundial. (FREITAS, 1982, p.25).

Mas o grande fato histórico ainda hoje comemorado pelo município foi a sua participação na luta contra a invasão holandesa, em 1633, na famosa Batalha do Reduto. A resistência de Pedro de Albuquerque, que no dia 7 de fevereiro defendeu o fortim construído próximo ao mar e lutou bravamente em sua defesa, é hoje representada por um cruzeiro no local, próximo às ruínas do antigo forte. (INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DE PERNAMBUCO/CONDEPE, 1992, p.19). (Ver Foto nº 01)

Foto nº 01: Monumento aos Heróis da Batalha do Reduto - Rio Formoso



Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro/ 2011, acervo da autora

Estes fatos históricos, cabe destacar, no entanto, nos são importantes, menos pelo seu conteúdo registrado na literatura e mais pela história invisível e paralela que aqui e ali é pontuada. Um fato histórico pouco conhecido e comemorado é o fato de Rio Formoso também ter se destacado na luta pela abolição da escravatura, quando dois senhores de engenho em protesto à injustiça do regime escravocrata, desfizeram-se de seus escravos dando-lhes cartas de emancipação. (INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DE PERNAMBUCO/CONDEPE, 1992. p. 20).

Há ainda registros de que a sede da antiga Intendência do Império, atual Museu Municipal e sede da Secretaria Municipal de Cultura, abrigou Joaquim Nabuco quando de sua passagem pelo local. A Intendência, entre os anos de 1824 e 1829, funcionou em seu pavimento térreo, como Casa de Passagem para os escravos vindos da África e vendidos ali e também como guarda de escravos fugidos, conforme divulgado

em Banner afixado no Museu e Secretaria de Cultura do Município de Rio Formoso – Gestão 2009-2012).

Uma história muito conhecida e contada pelos moradores das redondezas e que pode oferecer um aporte histórico é que a atual Praia de Porto de Galinhas no município de Ipojuca, próximo a Rio Formoso, tem esse nome por ter sido local de desembarque dos negros vindos da África e o código para os compradores, quando os navios aportavam era dizer que chegaram “galinhas” no Porto e não pessoas que se tornariam escravas.

Outra possível referência ao passado de escravidão do município é uma história, sobre o Engenho Gindaí, cujo proprietário, João Maurício, foi um escravo, que herdou, segundo conta-se, o engenho de seus patrões. Na oportunidade da passagem de D. Pedro II por Pernambuco em 1869, o proprietário, fez um manto coberto de moedas de ouro para homenageá-lo e mostrar o quanto tinha construído em riquezas. Porém, o imperador visitou Tamandaré e, em Rio Formoso, prestou homenagem aos heróis do Reduto, fixando lá uma bandeira Imperial do Brasil, depois seguiu direto para Alagoas, para onde hoje se conhece por Colônia Leopoldina. O dono do Engenho, desgostoso com a atitude do Imperador, enterrou o manto, transformando-o numa botija. Em 1967, quando da construção de trecho da BR 101, o manto foi desenterrado e a população se apossou das moedas de ouro. Segundo relato de alguns entrevistados, como em todas as histórias sobre descobrimento de botijas, todas as pessoas que se apropriaram das moedas de ouro não fizeram fortuna, perderam tudo o que ganharam com a venda das moedas.

Esta história ou lenda, famosa no município, já foi matéria de jornal há alguns anos atrás¹². Segundo informações do Blog A Botija de Rio Formoso há dúvidas sobre a autenticidade das moedas achadas.¹³ No entanto, cabe lembrar que em recente visita à comunidade, por ocasião da Comemoração do Aniversário do Reconhecimento como Comunidade Remanescente de Quilombo, em abril deste ano, pudemos constatar que, lenda ou verdade, houve nova descoberta de botija na Pedra Grande.

¹² **Lenda diz que ex-escravo era o dono do engenho.** Jornal do Commercio, Recife - 08.08.99. Disponível em <<http://www2.uol.com.br/JC/1999/0808/rg0808b.htm>> Acesso em: 02 mai. 2011 e **Terras da Zona da Mata ainda guardam botijas.** Jornal do Commercio, Recife - 08.08.99. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/JC/1999/0808/cd0808g.htm>> Acesso em: 02 mai. 2011.

¹³ **O Relato da descoberta da “suposta” botija.** Blog A Botija de Rio Formoso. Disponível em <<http://abotijaderioformoso.blogspot.com/2010/07/o-relato-da-descoberta-da-suposta.html>>. Acesso em: 02 mai. 2011.

Um aspecto que pode remontar à importância da população negra no município diz respeito à existência, inclusive nomeada como Marco Arquitetônico e Histórico do município, da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, construção de 1849, pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, também denominada, irmandade dos homens “pardos”. (INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DE PERNAMBUCO/CONDEPE, 1992, p. 57, aspas nossas). A denominação de “pardos” parece sugerir ou que não se tratava de negros, ou que estes, não se percebiam e reconheciam como negros. Pode também ter sido, à época, recurso a que a Igreja ou a irmandade não fossem alvo de maiores preconceitos. A irmandade, no entanto existe desde 1798, segundo consta numa placa afixada na estrutura que segura uma cruz colocada na frente da Igreja. (Ver Foto nº 02).

A construção da Igreja por esta Irmandade se deve ao fato de os negros não poderem entrar na Matriz de São José, igreja mais antiga do município, reservada aos cultos dos brancos. A Igreja do Rosário dos Homens Pretos foi construída pelos próprios negros, tendo inclusive, na época, um cemitério ao lado só para enterrar seus mortos.

Foto nº 02: Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, na sede de Rio Formoso.



Fonte: Pesquisa de campo, Janeiro/2011, acervo da autora

A Igreja abre no segundo domingo do mês de outubro para comemoração do dia de Nossa Senhora do Rosário, no Dia Nacional da Consciência Negra, 22 de novembro e mensalmente são realizadas missas, assim como nos sábados há aulas de catecismo. Tanto as missas, como as aulas, contemplam a participação de brancos e negros, não havendo exclusividade para os negros. Inclusive, as missas, são celebradas pelos padres da região, sejam brancos, *pardos* ou negros. Também são celebradas missas de corpo presente, assim como velórios, quando a família não quer que este seja realizado em casa.

Segundo informações da presidenta da Associação dos Agricultores do Engenho Siqueira, Cristiane Correia, 41 anos, o dia 22 de novembro, Dia da Consciência Negra é também dedicado à comunidade de Siqueira, mas ainda há baixa participação da população nas comemorações, ficando restrita a algumas lideranças da associação.

Recuperar a história de formação da comunidade do Engenho Siqueira foi uma tarefa que se tornou complicada devido à absoluta ausência de referências em documentos conhecidos. É tentar recuperar uma história que não está contada em livros, mas na memória dos seus atores de hoje. Uma história de um povo que não foi registrada, pelo menos nos livros. No dizer de Eric Wolf, um *“povo sem história”*, referindo-se às populações que, de vários modos e momentos da história entremearam-se com o processo de expansão da Europa, entre elas os africanos. Wolf afirma que os cientistas sociais no século XIX trataram estes povos como um problema social, *“criado pelo fato de terem sido cortados de suas próprias raízes através da destribalização ou da imigração, e não como atores sociais por si mesmos reagindo às novas condições”*. (WOLF, 2005, p.424).

Na biblioteca do município, as poucas publicações, sejam livros, textos e documentos produzidos pelos governos do estado, ao mencionarem a história de Rio Formoso, se referem com muito orgulho aos heróis da Batalha do Reduto, luta e resistência contra os holandeses, no século XVII, como sendo este o evento mais importante e significativo do lugar, como o foi na verdade. Porém, o Engenho Siqueira é mencionado apenas de passagem.

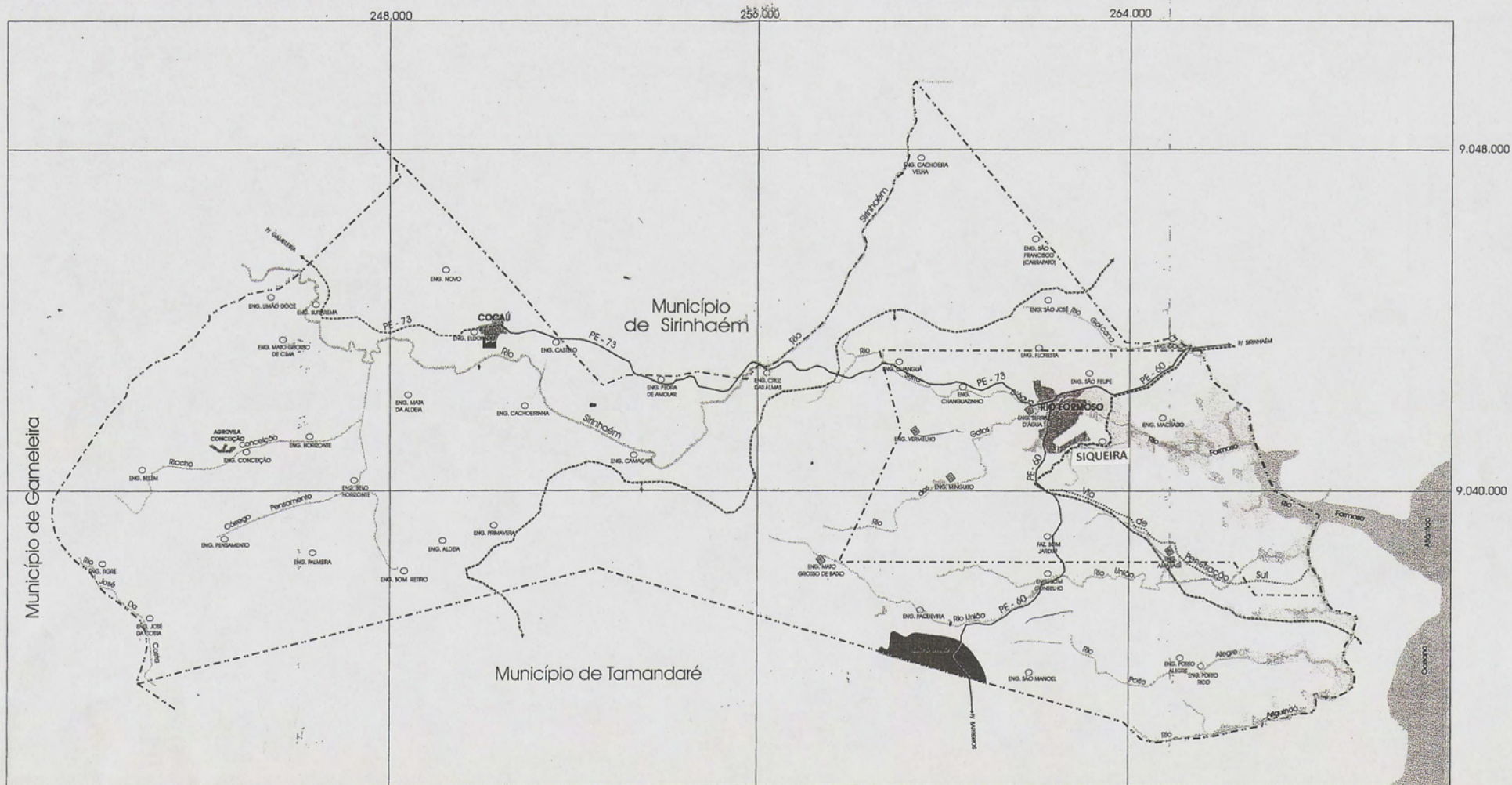
No Plano Diretor de Rio Formoso (PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO FORMOSO, 2002), elaborado em junho de 2002, também não há qualquer menção ou citação sobre o Engenho Siqueira, ou à comunidade negra, preta, remanescente de

quilombo que ali reside, ficando restrito à localização no Mapa nº 05, reproduzido a seguir.

Como já mencionado anteriormente, podemos constatar, neste mapa reproduzido a partir do citado documento, a proximidade da sede do município em relação à comunidade de Siqueira.

Vale ressaltar que há no Plano Diretor a perspectiva de revisão em 2009, fato que não ocorreu, ao que tudo indica, já que a Prefeitura só dispõe deste documento formulado no ano de 2002¹⁴.

¹⁴ Pesquisa de Campo realizada em novembro de 2010



Legenda

	MANCHA URBANA		LIMITE APA/GUADALUPE
	MANGUE		LIMITE CT/GUADALUPE
	ENGENHO/FAZENDA		RODOVIA PAVIMENTADA
	ASSENTAMENTO RURAL		RODOVIA NÃO PAVIMENTADA
	USINA COCAÚ		RODOVIA EM CONSTRUÇÃO
	LIMITE MUNICIPAL		CURSO D'ÁGUA
	LIMITE DO PERÍMETRO URBANO		



PRODETUR/NE/PE

PLANO DIRETOR DE RIO FORMOSO

MAPA DO MUNICÍPIO DE RIO FORMOSO

Fonte(s): CPRH/IBGE

Data: agosto/2001

Escala: 1/100.000



PRÓ-CITTA
INSTITUTO DE ESTUDOS PRÓ-CIDADANIA

ANEXO I
MAPA 01

Como visto, a literatura existente e consultada, pouco menciona o Engenho Siqueira, exceção ao roteiro turístico do município, quando se fala do caminho do Engenho Siqueira para a Praia da Pedra, praia flúvio-marinha de grande beleza e segundo depoimentos e constatação com as visitas feitas, local hoje privatizado e onde em tempos passados funcionavam instalações para consertos de barcos, assim como já foi local de produção do coco em escala comercial. (Ver Fotos nº 3 e 4)

Foto nº 03: Uma das três porteiras de acesso à Praia da Pedra, hoje propriedade particular.



Fonte: Pesquisa de campo, janeiro/ 2011, acervo da autora.

Foto nº 04: Praia da Pedra. À direita, vê-se a Pedra de D. Inês



Fonte: Pesquisa de campo, janeiro/ 2011, acervo da autora.

Dois documentos encontrados no processo de pesquisa bibliográfica com foco nas questões ambientais, no entanto, merecem referência. O Diagnóstico Sócio Ambiental elaborado pelo Governo do Estado, através da Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTMA) e Companhia Pernambucana de Recursos Hídricos (CPRH), em seu Quadro de Uso e Ocupação do Solo que identifica como de **policultura** o uso/ocupação predominante: “as ‘*granjas*’ do Engenho Siqueira, ao sul da cidade de Rio Formoso”. (GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 1999, p.42). O que corrobora o que foi colhido nas entrevistas, sobre as práticas e cultivos agrícolas no Engenho Siqueira.

O outro documento anterior a este é uma síntese do Diagnóstico Sócio-ambiental da APA – Guadalupe. (GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 1998). É resultado de uma pesquisa direta e em fontes secundárias, embora não tenha havido referências ao mesmo por parte dos entrevistados/as. Neste documento há uma

clara identificação do tipo de agricultura praticada no Engenho Siqueira, já que esta está nominada como policultura como no documento anterior, inclusive identificada como única área da APA com este fim.

Merecem destaque e será tratado mais adiante, os aspectos relacionados a história de constituição do Engenho Siqueira: *“Está constituído por um conjunto de glebas com dimensões variando de três a nove hectares resultantes do parcelamento, em 1957, do Engenho Siqueira, então propriedade da Companhia Açucareira Santo André do Rio Una, localizada no município de Barreiros. Embora as glebas estejam há muito quitadas, os parceiros, até o momento, não têm o título de propriedade da terra, dispondo apenas do documento de posse da mesma”*. (GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, p. 72)

O caminho do Engenho Siqueira é também mencionando quando se fala de outro ponto turístico do município, a hoje denominada Pedra do Rei Midas, também conhecida como Pedra Grande. Encantada, mal-assombrada, é cercada de histórias, lendas. À noite, foram vistas pessoas vestidas com trajes imperiais, saindo da pedra. A comunidade prefere chamá-la de Pedra Grande, em vez da outra denominação e conta a história de que há muito anos atrás, um homem foi sozinho em busca do ouro que estaria escondido nas pedras. Ao tentar levar o ouro, foi picado por uma cobra caninana. Segundo a lenda, esta cobra acompanha a pessoa a quem ela picou e assiste à sua agonia até a morte. E foi assim que aconteceu com esse homem. Lendas e mitos fazem parte da identidade de comunidades quilombolas, como mostra O'Dwyer (2007), demarcando no território o espaço de vida dos habitantes.

Os aspectos históricos de formação da comunidade remanescente de quilombo do Engenho Siqueira, ou a história de Siqueira, portanto, aqui registrados foram feitos a partir dos depoimentos dos moradores mais velhos da comunidade e de sua memória valorosa para este e outros propósitos. São resultantes, portanto da história oral, aliás, como muitas das histórias sobre as populações tradicionais, particularmente comunidades remanescentes de quilombos da região da Mata Pernambucana, ainda recém “descobertas”. O passado a que se referem os remanescentes de comunidades quilombos é o representado pela memória coletiva e não o da ciência histórica, *“portanto uma história que pode ser igualmente lendária e mítica”*. (Ibid., p.46). Uma história pontuada por lendas, como é o caso da que se conta da Pedra Grande (ou do Rei Midas) e da cobra caninana, como também a história da Pedra de Dona Inês que deu origem ao nome da Praia da Pedra.

Fato curioso, acontecido na semana que antecedeu às comemorações do reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo, no início do mês de abril de 2011, é que foi encontrada e desenterrada por um adolescente da comunidade, na Pedra Grande, ou Pedra do Rei Midas, outra botija¹⁵. Alguns dizem que foram encontradas moedas de ouro outros dizem que foram pedras de carvão. Os mistérios que cercam a Pedra Grande continuam a se manifestar de várias formas, até nos dias de hoje.

Como se pode ver as histórias e lendas que cercam a comunidade de Siqueira, não estão guardadas no passado longínquo ou nas memórias dos guardiões mais velhos, mas fazem parte do cotidiano dessa população tradicional e do município como um todo.

2.2 Memória biocultural – o cerne da sobrevivência dos conhecimentos tradicionais

Além dos aspectos simbólicos pontuados no item anterior, é importante lançar atenção sobre a Memória Biocultural, um conceito embasador no que diz respeito a populações tradicionais, que nos é oferecido por Toledo e Barrera-Bassols, (2008) e que pode ser muito útil para entender os aspectos históricos dessas populações, no que diz respeito inclusive aos modos de produção. Compreender os fundamentos deste conceito nos ajuda a compreender também a importância da memória coletiva das populações tradicionais, particularmente quilombolas.

Apoiado no fenômeno da diversidade, o autor defende que sua existência só foi possível devido à *“permanência de uma memória, individual e coletiva, que conseguiu estender-se pelas diferentes configurações societárias que formaram a espécie humana.”* (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2008, p.15).

Por que a diversidade é importante? Num primeiro momento, por entender que a diversidade é um aspecto fundamental no escopo conceitual das práticas sustentáveis no meio ambiente. Em segundo lugar pela afirmação dos autores, que dá um significado maior ao que anteriormente afirmava-se sobre a memória coletiva e biocultural. Uma definição rápida de diversidade ou o ato de diversificar, oferecida pelos autores diz:

Diversificar é o ato de dar forma ou qualidades a determinados elementos, para incrementar a variedade de uma certa realidade. A diversidade exalta a variedade, a heterogeneidade e a multiplicidade e

¹⁵ Informações obtidas durante a pesquisa de campo

é o oposto da uniformidade. (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2008. p.16)

Este conceito nos é muito importante pois trata-se um aspecto fundante para a compreensão da importância da diversidade, quer seja da natureza ou do ser humano. Importante para este trabalho que trata dos aspectos da diversidade cultural e biológica. Os mesmos autores ancoram sua argumentação na perspectiva da Termodinâmica, cujo centro de discussão estabelece que a ordem, a complexidade do universo aumenta na medida em que aumenta a diversidade. Por isso, a evolução cósmica postula que a variedade aumenta à medida que aumenta a ordem. A história do Planeta Terra tem sido uma história de diversificação em diferentes ritmos e escalas e períodos do tempo. Numa perspectiva de longo prazo, – uma escala geológica – a diversificação é um sinônimo de evolução. Atualmente pode-se dizer que existem no planeta dois tipos principais de diversidade, a biológica e a cultural.

Quanto à diversidade biológica, esta se refere a uma gama de subdivisões que incluem a paisagem, os tipos de vegetação, de espécies e de genes. A conservação da diversidade biológica demanda muitos esforços em cada um desses níveis. É fundamental reconhecer o papel importante dos organismos domesticados, dado que estes constituem uma das contribuições humanas à diversidade.

A diversificação cultural está baseada na diversificação do ser humano e abrange três aspectos: a diversidade genética, a linguística e a cognitiva. A diversidade genética, com a decifração do código genético ou genoma humano, reconhece que cada ser é formado por 30.000 a 50.000 genes e que o genoma dos 6.700 milhões de seres humanos é idêntico, 99.9%. No entanto reside neste percentual de apenas 1%, o diferencial de cada indivíduo, a chave para observar a variedade do gênero humano e para entender a história de cada etnia.

A diversidade linguística, tal como a diversidade genética, evoluiu com o tempo, de forma que suas semelhanças e diferenças evidenciam também as relações entre os diversos povos.

Ainda que em sentido estrito o número de línguas não equivale a um número similar de culturas, se pode utilizar o critério linguístico para efetuar um primeiro cálculo da diversidade cultural, quase 7.000 línguas (Gordon, 2005). Esta cifra pode ser conservadora, se se toma em conta que antes da expansão colonial europeia no século XV, o número de línguas chegou a 12.000[...]. (Ibid. p.19).

Porém de todas as expressões provenientes de uma cultura, os conhecimentos sobre a natureza representam uma dimensão notável, porque refletem o cuidado e a riqueza das observações que foram realizadas, mantidas, transmitidas e aperfeiçoadas ao longo dos anos, de geração em geração, o que garantiu a sobrevivência da espécie humana na terra. São os saberes, transmitidos por via oral ao longo do tempo, geração após geração, em especial os conhecimentos imprescindíveis e cruciais, através dos quais a espécie humana moldou sua relação com a natureza.

Ainda segundo Toledo e Barrera-Bassols, é nas populações tradicionais e particularmente nos povos indígenas, onde se encontram armazenados, em suas mentes e suas mãos, os conhecimentos que foram acumulados ao longo de quase 10.000 anos de história da agricultura. A dimensão cognitiva, antiga como a espécie humana, permitiu à humanidade manter uma relação de coexistência com a natureza, ao mesmo tempo em que produziu afinamentos e aperfeiçoamentos nesta relação.

Esta assertiva corrobora com o que dizem Maestri e Fabiani, (2008) mais adiante, quando mencionamos detalhadamente os modos de produção quilombola, ou como denominaram os autores, a horta quilombola.

No entanto, vale registrar, o conhecimento tradicional se encontra constantemente sob ameaça de perdas e também de extinção. A dita modernidade não considera outra tradição que não a sua, por isso o que é denominado de tradicional sofre inúmeras pressões por fatores e forças diversas. Consequentemente, a modernidade desvaloriza e destrói tudo o que possa ser identificado como manejo tradicional da natureza, incluindo aí os conhecimentos utilizados. Dessa forma estabelece-se um conflito entre as formas agroindustriais (modernas) e as formas tradicionais de produzir. Esse conflito, no entanto, pode produzir mudanças e, em certo sentido, combinações e acomodações estratégicas.

Há, no Engenho Siqueira, a convivência de técnicas modernas de pesca, coleta com tecnologias das mais tradicionais, pelo menos para alguns. Há uma “resistência” e persistência com o antigo que funciona, mas se deixando permear pelo moderno que é possível de ser adaptado, como será mostrado oportunamente.

2.3 Pistas para entender a constituição histórica do Engenho Siqueira e o passado comum

Entender a gênese da comunidade do Engenho Siqueira, apoiando-se nos conceitos de memória coletiva e memória biocultural poderá nos auxiliar a compreender

melhor as atuais formas de ocupação e produção (agrícola e pesqueira), suas origens, a linha de transmissão dos conhecimentos e a identidade coletiva, que mesmo às vezes pouco formulada nos discursos, pode ser lida nas entrelinhas de muitas falas e de outras expressões. Para isso o insumo mais valioso para estabelecer a linha do tempo, foi em sua maioria, a memória e relato dos moradores mais velhos da comunidade.

Algumas trajetórias de vida, a partir desses relatos se assemelham e se encontram em vários lugares. Por exemplo, muitas mulheres mais velhas, que hoje têm entre 61-83 anos, relatam que fugiram de casa para casar. Duas delas relatam que moraram em vários lugares, mas sempre voltaram à Siqueira. D. Antônio, 82 anos, relata:

Andei muito. Fui prá São José da Coroa Grande, morei lá uns tempo, morei em Alagoas uns tempo. De lá de Alagoas voltei prá São José da Coroa Grande, passei um bom de tempo lá. (...) a minha família, por parte de pai e mãe, é tudinho daqui. Tudinho daqui. Eu digo, eu vou morrê, me enterra-me aonde tá minha família. Os menino começaram a falá, os meus filho, eu digo, deixa eu ir, é gênio meu, vontade minha. Onde tá os osso de minha família, tá o meu.

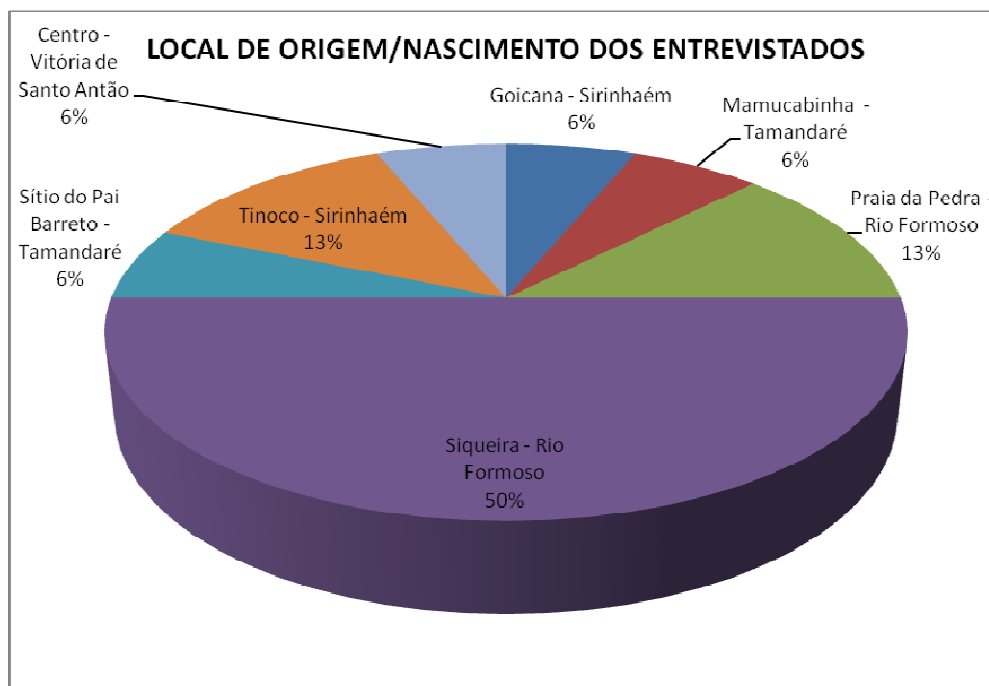
Essa migração nas proximidades, por localidades, municípios, mas também para outros estados da região Nordeste, no caso acima, está relacionado às mudanças de trabalho do marido, no entanto o caminho de volta à Siqueira e o motivo explicitado, a necessidade de sobrevivência, revelam a centralidade do Engenho Siqueira. É como se ‘juntar-se aos ossos’ dos antepassados fosse fortalecer – mesmo nesta condição – os laços e a identidade que marcaram e acompanharam D. Antônio em toda a sua trajetória longe de Siqueira, seu lugar de origem.

Grande parte dos entrevistados na faixa etária de 61-83 anos relata que veio de Tamandaré, hoje município vizinho, mas à época, um dos distritos de Rio Formoso. Alguns também relatam que seus pais vieram de Tamandaré e que eles nasceram e se criaram em Siqueira. Em Tamandaré, a maioria cita o Engenho Mamucabinha como sendo o local de origem dos seus pais e avós, mas outras localidades foram citadas: comunidade de Brejo e Engenho Tinoco, em Sirinhaém, que segundo relatos é local onde ainda vivem muitos negros; também foi citado o Engenho Ilheta Grande em Barreiros. Há também vários relatos de pessoas que disseram ter nascido na Praia da Pedra, ali mesmo em Rio Formoso, próximo a Siqueira.

No gráfico 01, a seguir, sobre a procedência dos entrevistados, dá uma ideia do percurso até chegar a Siqueira, revelando que mais da metade dos entrevistados,

(63%) nasceu na Praia da Pedra e no Engenho Siqueira, ambas em Rio Formoso, aspecto importante na compreensão da história da comunidade.

Gráfico 1 – Local de origem/nascimento dos entrevistados, março 2011.



Fonte: Pesquisa de campo

As populações tradicionais, mesmo com um passado comum que suscita uma origem comum, como veremos mais amplamente adiante, não necessariamente devem ser consideradas, particularmente os quilombos e seus remanescentes atuais, como espaços fechados, e sim “conjuntos relacionais mais amplos.” A Antropóloga, Eliane O’Dwyer, denomina estas populações de “comunidades negras rurais remanescentes de quilombos”. Analisando os Quilombos do Rio Trombetas no estado do Pará, afirma que *“a identidade étnica desses grupos, definida como presumida procedência comum dos quilombos, não se construiu a partir de alguma situação de isolamento geográfico ou social.”* (O’DWYER, 2002, p. 255).

Os moradores, remanescentes de quilombo do Engenho Siqueira, até mesmo pela sua localização geográfica, muito próxima à área urbana do município de Rio Formoso como visto no Mapa nº 2, no passado e atualmente estiveram em constante e sistemática interação com as dinâmicas socioeconômicas da região da Zona da Mata pernambucana, haja vista o trabalho no corte da cana nos engenhos da região realizado há mais 20-40 anos atrás, a relação com os mercados consumidores que se dá até hoje e

a participação nas festividades religiosas como a Festa de Santo Amaro, em Sirinhaém, e a Festa da Batalha do Reduto, em Rio Formoso.

Cabe, portanto considerar que esta comunidade rural negra não se encontra isolada das dinâmicas sociais, culturais e econômicas da região. Isso não significa, no entanto que membros da comunidade não pratiquem ações de isolamento defensivo visando sua proteção contra a ‘chegada do estranho’, que,

[...] não só invade territórios tribais e terras camponesas, confinando ou expulsando, mas também quebra linhagens de famílias, destrói relações sociais, clandestiniza concepções culturais, valores, regras – vitais para a sobrevivência de tribos indígenas e comunidades rurais. (MARTINS, 1993, p. 12)

Neste sentido, a relação com a comunidade pesquisada guardou certas reticências neste processo de encontro com um elemento exógeno, nem sempre confiável. Daí, algumas recusas ativas e passivas, como a negativa em conceder entrevistas, por parte de uma das moradoras.

O Engenho Siqueira, reconhecido pela Fundação Palmares como Comunidade Remanescente de Quilombo, a partir de 2005, tem em sua gênese, a partir dos relatos, inegavelmente a presença de negros, mas também a presença de índios. Segundo Seu Luizinho, seu avô por parte de pai era índio e os avós por parte de mãe *“era tudo uns negão, umas nega”*.

No Museu do município, antiga sede da Intendência Imperial, há inclusive várias peças cerâmicas de origem indígena, ao que tudo indica, da tribo dos Tupis. O nome Tamandaré, que significa “o repovoador”, é de origem tupi. Este fato pode sugerir a hipótese da constituição de quilombos não só com africanos, mas os desagregados e marginalizados na sociedade de então, o que incluía: índios, pobres e até judeus. Segundo Clóvis Moura, os quilombos eram formados por

[...] grupos e segmentos marginalizados ou oprimidos pelo latifúndio escravista. O quilombo, como vemos, nada tinha de semelhante a um quisto, ou grupo fechado, mas pelo contrário, constituía-se em polo de resistência que fazia convergir para o seu centro os diversos níveis de descontentamento e opressão de uma sociedade que tinha como forma de trabalho fundamental a escravidão. (MOURA, 1994, p.31).

O que leva a crer que tanto os negros, em maior quantidade talvez, quanto os índios (Tupis) e outros grupos marginalizados da região podem ter constituído quilombos ou mocambos, por isso a presença também de traços indígenas nas origens

dos atuais remanescentes de quilombos de Siqueira, além é claro de mestiços com brancos. No entanto não focamos o critério racial nesta pesquisa.

Quando se refere à sua origem, Seu Luizinho menciona o Engenho Ilheta Grande, em Barreiros, de onde veio o seu avô, pai de sua mãe e a comunidade de Brejo em Tamandaré (hoje município, antes distrito de Rio Formoso, juntamente com Cucaú), de onde vieram os pais de seu pai; o pai e a mãe se conheceram e casaram em Siqueira. *“Era no tempo em que trabalhavam cativos, nessa época não tinha salário e os negros era dos patrão”*.

Seu Luizinho, descendente direto das duas populações tradicionais escravizadas na região, conta que os índios eram pegos para trabalhar, mas não deu certo, diziam que os índios não tinham costume de trabalhar, porque viviam nas matas, caçando, coletando frutas. Os negros, por outro lado, tinham outra tradição cultural na agricultura.

Há também o Porto do Elói, (Foto nº 05), espécie de bairro de Siqueira, que, conta a história oral, era onde embarcavam o açúcar produzido em Rio Formoso para a Europa, a lenha levada para o Recife, mas também era onde desembarcavam os negros vindos da África. Havia o porto e dois galpões, estes últimos, o local de armazenagem do açúcar antes do embarque, a que davam o nome de Trapiche. Nos armazéns, só armazenavam o açúcar dos engenhos dos brancos. João Maurício, impedido num dia de chuva de colocar lá o açúcar produzido em seu engenho, pois só poderia fazê-lo depois que todo o açúcar dos brancos fosse descarregado e armazenado, acabou por comprar os dois trapiches e não mais permitiu o armazenamento do açúcar dos brancos. O ex-escravo João Maurício, dono do Engenho Gindaí, ao que indicam as informações e o imaginário local, também possuía negros escravos, mas não os maltratava.

Foto nº 05: Porto do Elói, antes lugar de embarque de açúcar e desembarque de escravos, hoje local da coleta de sururu, marisco, ostras, aratu e pesca



Fonte: Pesquisa de campo, março/2011, acervo da autora.

O tesoureiro da Associação de Siqueira, Cláudio Pageú, 29 anos, estudante do Curso de Geografia da Faculdade da Mata Sul (FAMASUL) esboçou o que ele chama de 3 *hipóteses* que podem explicar a origem de Siqueira e seu reconhecimento como Comunidade Remanescente de Quilombo. Aqui denominaremos tais *hipóteses* de *possibilidades* para evitar que se confunda com o termo utilizado nas pesquisas científicas. Cláudio argumentou que fez uma pesquisa com as pessoas mais velhas da comunidade e que este esboço servirá como uma memória, enquanto não se tem um documento oficial, digamos, que explique e resgate a história do Engenho Siqueira.

Em primeiro lugar Cláudio recorda que o nome do Engenho Siqueira é devido a uma família de comerciantes que ali morou há muitos anos atrás, cujo sobrenome era Siqueira, no entanto, não se tratava do tradicional Engenho de cana e sim de uma engenhoca de moer cana. As informações, oriundas das entrevistas com as pessoas mais velhas e depois com Cláudio, ora se complementam, ora se confundem. A

princípio, informação comum, o Engenho Siqueira pertenceu à Usina Central Barreiros e à Companhia Açucareira Santo André do Rio Una e grande parte dos seus atuais moradores trabalharam no Engenho Amaragi no corte da cana e habitavam o Engenho Siqueira, local onde não havia plantio de cana e era a *morada*, cedida pelo usineiro, onde era permitido o plantio de culturas alimentícias. A maioria cita a Usina Central Barreiros e não a Santo André

Ao que tudo indica a posse do Engenho por parte da família de sobrenome Siqueira, é anterior à da Usina já que os relatos, todos, dão conta de que a Usina Central Barreiros ou Companhia Açucareira Santo André do Rio Una vendeu as terras do Engenho Siqueira aos atuais moradores, mas também para outros donos que já fizeram o repasse da terra a terceiros, porém na época da venda, em 1957-58, o Engenho foi dividido em 3 Granjas: São João, Nossa Senhora de Lourdes e Santo Aleixo. O pagamento para os atuais moradores foi dividido em 5 anos e vários relatos comprovam essa venda, inclusive como reconhecem documentos do Governo do Estado.

Um fato que não está ligado a esta venda nos relatos, no entanto é preciso considerar para a contextualização da região é que a Usina Central Barreiros decretou falência em 1999 e deixou em torno de 3.000 trabalhadores desempregados e 20.000 ha de terra no processo falimentar. *“Muitos trabalhadores trocaram as suas indenizações por lotes de terra, que incluíam as suas moradias. Ao tentar registrar a propriedade, os trabalhadores não conseguiram fazê-lo, porque o cartório informou que os bens da Usina estavam hipotecados ao Banco do Brasil”*. (JORNAL DO COMÉRCIO, 1999).

A possibilidade aventada e lida a partir dos relatos, é de que a Usina possa ter vendido a preços baixos as terras para os trabalhadores, mesmo que de forma irregular, já que estava em processo falimentar, como parte da negociação das dívidas, para que estes quitassem as prestações num prazo de 5 anos. Uma combinação em que o preço da venda é baixo em função da dívida que possa ter havido para com os trabalhadores. Trata-se de uma possibilidade e não sendo o foco da presente pesquisa fica a ressalva de que tais dados devem ser obtidos em estudo específicos em cartórios na região e outros meios.

Mas este não é caso do Engenho Siqueira, já que a venda das granjas foi feita na década de 1950. A família de Seu João Correia, 72 anos, por exemplo, ainda hoje guarda as 42 promissórias referentes à quitação da compra da Granja Santo Aleixo. Segundo os documentos, a primeira parcela foi quitada no dia 30/07/1958, no valor de 1.394 cruzeiros junto à Companhia Açucareira Santo André do Rio Una. A última

parcela foi quitada em dezembro de 1961. A Granja Santo Aleixo tem uma área de 74.362m², ou seja, aproximadamente 7,50 ha.

Cabe lembrar que a ocupação do território, por parte da maioria dos atuais moradores, (a morada), no entanto, já existia há pelo menos 78 anos, já que muitos entrevistados relatam que nasceram e se criaram na comunidade, como é o caso de Seu Luizinho, que, com 78 anos, nasceu no Engenho Siqueira.

D. Dora, 68 anos, se lembra dos primeiros moradores do Engenho Siqueira e assim relata, a partir também do que lhe foi contado:

A casa de Seu Ferreira era ali, aí, ele veio, o Senhor mandou ele fazer a casa prá ele ali, em Siqueira (...) nesse tempo, nem nascida eu era, né? Não tenho essa idade, não sei não. Ele foi, veio, chegou seu Ferreira, veio, deu a casa, ele veio, escolheu, deu o terreno prá Seu Paizinho morar ali e seu Galdino morar ali. Foi os três que tinha casado. Foi Seu Paizinho, Seu Ferreira, que era o pai dele. Foi Seu Paizinho, Seu Galdino e Manoel Ferreira.

As histórias e memórias correntes na comunidade e organizadas por Cláudio, referentes à origem, mas também o que caracterizou a comunidade a ser Remanescente de Quilombo pela Fundação Palmares, podem ser assim resumidas:

Primeira possibilidade: O nome Rio Formoso, é originado a partir do nome do rio antes denominado *Ioboguassú*, que quer dizer em língua tupi, Grande Rio Verde, dá nome ao Engenho Rio Formoso, na segunda metade do século XVI. Com a expansão do mercado consumidor de cana-de-açúcar na Europa, e consequente aumento do plantio de cana-de-açúcar no Brasil, o transporte dos produtos e também dos escravos que vinham da África e se dava por rios e mares e teve local nos portos de Rio Formoso, pelo Rio dos Passos e pela Praia dos Carneiros. Aqui descarregavam e levavam a cavalo para Recife. De uma dessas cargas que transportavam escravos, alguns destes conseguiram fugir e se refugiaram em Siqueira *“procuraram aí uma terra isolada e livre, onde os feitores, os capatazes não pudessem encontrá-los depois. Então, Siqueira na verdade era um território onde não se tinha construção, não se tinha moradia. Era mata, era mata atlântica”*. Em Siqueira fixaram moradia e depois alguns foram para Mamucaba, em Tamandaré, mas os que ficaram em Siqueira formaram um quilombo.

Segunda possibilidade: Ganga Zumba, tio de Zumbi dos Palmares, depois das discordâncias quanto à condução das lutas no Quilombo do Palmares e sua relação com o Governo, veio à Cucaú, povoado à época, para negociar a rendição de Palmares, ganhando em troca terras nesta região. Nestas idas e vindas entre Recife e Cucaú, Ganga

Zumba e sua comitiva, teriam passado pelo Engenho Siqueira. *“E ele achou aquela terra ali também isolada e o espaço que poderia usar para formar o quilombo. E leva a crer que pessoas da sua comitiva, voltando pra Cucaú, passando alguns dias, eles voltaram novamente prá Siqueira prá habitar aquela terra ali e ali fixou moradia(...)”*

Terceira possibilidade: Aqui, trata-se das características no que diz respeito aos aspectos culturais, tradições herdadas, costumes herdados e diferenciados se comparados com a região da Mata pernambucana. Uma das características visíveis é que parte da população de Siqueira, principalmente os que moram na localidade ou bairro, denominada de Demanda, têm um jeito diferente de falar, que embora não se constitua num dialeto, os caracteriza não se assemelhando à forma de falar do restante da região. Outro aspecto cultural, que, segundo Cláudio, é próprio da cultura africana, é a corrida do tronco, que existia há muitos anos atrás e está sendo retomada recentemente, inclusive como parte das atrações de comemoração do reconhecimento como Comunidade Remanescente de Quilombo.

Outro aspecto tem a ver com hábitos alimentares. A tradição culinária por parte das mulheres de fazer o Funji¹⁶, inclusive identificado nas entrevistas realizadas, também é parte das heranças da cultura afro-brasileira. Trataremos com detalhes sobre o Funji no próximo item. Cláudio complementa: *“A questão da feijoada, farinha de castanha, o angu, o munguzá, tudo isso aí da tradição, ela permanece. Então, se leva a crer que foi a partir dessas características, essas características deles viverem da forma de como vivem, foram considerados, afrodescendentes de Siqueira”*.

Recentemente, no final do ano de 2009, a Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRÁS), ao implantar o Projeto do Gasoduto Pilar – Ipojuca descobriu “no meio do caminho” a comunidade do Engenho Siqueira e outras comunidades negras da região, como é caso de Engenho Tinoco e o bairro de Santo Amaro, em Sirinhaém, e do Engenho Pangaio em Gameleira. Como parte da ação de responsabilidade social, uma equipe de estudiosos, incluindo o Professor Jorge Arruda, Secretário Executivo do Comitê Estadual de Promoção da Igualdade Etnicorracial (CEPIR), desenvolveu um trabalho educativo e de recuperação da história da comunidade. Em novembro de 2010, dois estudantes do doutorado do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação de Estudo Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia, vieram dar continuidade

¹⁶Alimento tradicional de Angola, feito a partir da farinha de mandioca, conhecido e preparado pela maioria das mulheres mais velhas da comunidade, que aprenderam a fazer com suas mães e avós. (LODY, 2003, p. 50)

a este trabalho de registro da história da comunidade, a serviço também da PETROBRÁS. Os resultados deste trabalho deverão ser apresentados à comunidade ainda no primeiro semestre de 2011.

2.4 O Engenho Siqueira e o reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo: os pontos de encontro de uma identidade e as questões legais

A história oral, base para compor os aspectos de formação da comunidade, ancorada nos relatos dos entrevistados, conta que, após a cheia de 2000, o Prefeito à época, José Paulo, convidou a Universidade (Católica) para fazer um trabalho de apoio à recuperação do município, face aos danos causados pelas chuvas. Os pesquisadores ao chegar ao Engenho Siqueira, perceberam certas particularidades dos moradores, como o jeito de falar, de trabalhar (plantar), diferente do restante do município. Inclusive foi mencionada a história da passagem de Ganga Zumba por Cucaú.

A compreensão sobre o reconhecimento da comunidade como de Remanescente de Quilombo, é só partilhada por alguns, inclusive pelo pouco tempo das ações acima listadas. A maioria dos entrevistados, principalmente os mais velhos, não sabe direito o que isso significa, sequer conhecem ou se reconhecem como quilombolas, palavra que não foi apreendida no seu real significado. No entanto todos afirmam ter ouvido falar, a partir dos pais e avós, sobre histórias de escravos, negras e negros alforriados e o tronco que havia no Engenho Goicana, em Sirinhaém. D. Alice, 68 anos, assim relata: *“Em Goicana, que eu morava lá, tinha no engenho Goicana mermo, tinha o lugá dos escravo. Era aquele túnel escuro, um tronco e uma corrente(...)*

Alguns, perguntados sobre o reconhecimento da comunidade como remanescente de Quilombola, respondem: *“Ô, moça, só é do carambola, aqui do Demanda, de Siqueira, é?”* Demanda é o nome dado a um dos aglomerados, ou “bairros” de Siqueira; carambola é a forma como eles costumam falar a palavra quilombola.

A particularidade sobre este aglomerado denominado Demanda é que, seus moradores são de modo geral de pele mais escura; os mais velhos e seus pais nasceram no Engenho Mamucaba – Tamandaré; quase todos possuem relação de parentesco: mãe, pai, tio, primos, filhos, sobrinhos; o sobrenome de todos é Ferreira de Paula; os mais jovens possuem um jeito particular de falar, que Cláudio denominou de dialeto. Sobre a origem do nome, Cláudio sugere que tenha sido uma escolha desta família, com o fim de identificar o local onde moram, se agregam. E, o que nos interessa mais nesse

trabalho, eles mantêm relação forte com a agricultura, embora a maioria também vá para a maré.

Moacir, 39 anos, assim descreve como percebe os moradores da Demanda, revelando as características comuns e como os negros desta localidade eram e ainda são identificados ao chegarem em grupos pela cidades da região, em alguma festa, evento, etc:

Porque Demanda, lá onde era a parte mais concentrada, aparecia mais casa, mais negro. Na minha região, lá, dispersava mais, era uma casa aqui, uma mais distante de Demanda, onde estava mais concentrada. Então, diziam, lá vem os negros de Demanda. A gente conhecia porque eles tinha um traço assim, falava tudo igual. Um falava, outro falava, outro seguia...

No entanto, a diferenciação por parte dos “de fora” em relação aos “de dentro”, (O'DWYER, 2002, p. 255), não se dá só em relação aos moradores de Demanda. Cristiane ao se referir à identidade comum dos moradores de Siqueira, diz: *“Só andava em bando, e onde acontecia uma briga, não era nem que eles brigassem, mas se acontecia uma briga, ‘foi os nego de Siqueira’. Porque era brabo, tinha aquela fama de brabo. Era. Quando a gente chegava num lugar, ‘lá vem os nego de Siqueira’”*.

As histórias contadas pelos entrevistados sobre negros alforriados, tronco e escravos, são bastante ricas quanto a estes aspectos: D. Alzira, 83 anos, por exemplo, fala de pessoas ligadas a sua família:

Mamãe falava esse negócio. E ela tinha até um cunhado que ele foi casado com uma negra da escravidão, da *forria*, chamava *forria*, né? Apois ela falava. Esse homem morreu, faz um bocado de ano, ele morreu com cento.... cento e quinze ano.

Fato que merece destaque nos relatos de Seu João Correia é a lembrança de histórias contadas pelos seus parentes, da comemoração da Abolição da Escravatura, em 1888. Seu João Correia relata: *“Meu avô, por parte de mãe. Ele dizia que dançou na aforria, quando teve a festa da aforria dos escravo, ele disse que dançou”*. D. Antônia relata algo no mesmo sentido: *“(...) eu só via de minha avó. Que ela dizia que os nego no tempo da, quando teve a aforria, disse que foi uma semana de pagode”*.

As comidas também parecem fazer parte das heranças culturais africanas (ou afro-brasileiras) para a população do Engenho Siqueira. Em pelo menos um documento sobre o potencial turístico do município, está mencionado como

potencialidade da culinária, o Funji, que *“reúne a massa da mandioca ao molho da moqueca de coco, acompanhados de deliciosos peixes”*. (SEBRAE, 1998, p. 7).

As comidas tradicionais guardam um aspecto simbólico muito forte devido ao fato de serem portadoras, muitas vezes, da história de uma comunidade, de um território ou de um grupo. Segundo Zuin e Zuin (2008, p.13), os produtos tradicionais são também denominados “produtos com história”, por fazerem parte da história social de uma determinada cultura. *“Vindos de um longo tempo, através de gerações que os foram produzindo e recriando, esses produtos marcam um processo que reúne as relações sociais e familiares, num encontro entre o saber e a experiência.”*

Todas as mulheres mais velhas entrevistadas, com mais de 60 anos relatam conhecerem e saberem fazer o Funji, aprendido com as mães e avós. Moacir, relata que um dos pesquisadores, de origem angolana, a serviço da PETROBRÁS, nas visitas à comunidade para reconstituição da história de sua formação, ao saber da existência dessa iguaria, de origem também angolana, fortaleceu a ideia das origens africanas dos antepassados dos atuais moradores do Engenho Siqueira.

Se esse conhecimento aprendido por todas as mulheres mais velhas, e também por algumas mais novas, é uma evidência da origem quilombola e africana da comunidade, talvez não se possa afirmar com certeza, mas sim a partir do conjunto de informações que fazem parte do passado comum dessa população que se revelam no presente através, por exemplo, de suas práticas agrícolas e pesqueiras tradicionais, que ainda se mantêm, tanto quanto determinados comportamentos sociais, como o hábito de sempre andar em grupo pela cidade e a forma como são denominados e identificados: “Negros de Siqueira”.

Nas entrevistas, todas as mulheres falam do Funji e dão a receita, que, um pouco diferente da mencionada acima, pode ser combinada com qualquer comida do mar. Dona Alzira, ensina:

Não tem o que fazê. É de água e sal. De água pura não presta. Eu só tava acostumada a fazê com coco, que era prá comê com coisa de maré. É, raspa o coco, tira o leite, bota no fogo, e bota a massa, e vai mexendo. Vai mexendo, vai mexendo, aí forma o mingau. É gostoso demais!

Dona Amara, 82 anos, (Ver Foto nº 06), uma das mulheres mais idosas da comunidade, lembra a combinação do Funji (o mingau) com frutos do mar:

A gente comia com camarão, com peixe. Quando a gente fazia com coco, a gente comia com camarão e com peixe. E quando fazia sem

coco, que às vez não tinha coco, era só água e o sal, aí a gente comia com bacalhau, com peixe. Era assim.

Foto nº 06 – D. Amara, uma das entrevistadas – Engenho Siqueira



Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro /2011, acervo da Autora.

Segundo Lody, (2003, p.50) o *“Funji é um dos alimentos mais tradicionais de Angola, sendo uma composição Afro-brasileira, pois a farinha de mandioca foi introduzida na África no período do tráfico de escravos. Prato de uso extra-religioso. PE.”* Esta anotação de ser uma comida afro-brasileira, nos remete à ideia de que não só a comida, mas aspectos ligados à religião e principalmente aos modos de produção agrícola e pesqueiro podem ser considerados heranças africanas resignificadas, agora afro-brasileiras, por terem, ao longo do tempo, sofrido influências de novas tecnologias aprendidas e também de técnicas originadas na região. Este tema da apropriação do conhecimento será tratado mais adiante.

Outra possibilidade a ser considerada, é que estas heranças e características que marcam a identificação como comunidade Remanescente de Quilombo pela Fundação Palmares podem, no entanto, terem sido apropriadas pela comunidade num

passado mais recente, nos últimos 90 anos e menos, dos seus verdadeiros antepassados quilombolas ou africanos, não se sabe ao certo. O que se pode afirmar, no entanto, é que o reconhecimento da comunidade é um fato e que existe uma afirmação dessas heranças, pelo menos por parte de alguns dos seus moradores, lideranças na sua maioria, ao mesmo tempo em que estas heranças têm acompanhado o processo de delimitação do território e da titulação das terras. Menos importante do que uma “filiação” afrodescendente é o fato de que ali naquelas terras uma comunidade que se auto-imagina diferente (Negros de Siqueira) desenvolveu e preservou hábitos, costumes, modos de ser e de ver a natureza muito diferentes das outras áreas sob domínio da monocultura da cana (*plantation*).

Fato é que está em curso um processo para a delimitação do território e titulação das terras. Há várias questões legais que precisam ser cumpridas, para além do reconhecimento pela Fundação Palmares, em 2005, como remanescente de Quilombo.

A propósito das questões legais quanto à posse da terra, os moradores não possuem Escritura que comprove a posse da terra. A maioria tem um documento de venda das granjas, mas que não chegou a ser registrado no Cartório dando origem a uma escritura.

O que podemos deduzir é que os relatos sobre a ocupação dão conta de uma ancestralidade e de descrição de paisagem de terra por ocupar. Relato de Seu Dedo, 55 anos, atestando esta situação à época de ocupação do território, quando seu avô, um dos primeiros habitantes do Engenho chegou em Siqueira:

Na época isso era, como é que diz, era um deserto, um deserto. Era capivara, bicho, passarada, não faltava, não. Aí, fizeram um *mocambozinho* ali, vieram de lá, passavam a semana aqui trabalhando. Aí foram abrindo isso aqui, foram abrindo, depois veio de uma vez mais os filhos.

A família de Seu Dedo ainda preserva a casa mais antiga da comunidade que pertenceu a seu avô, (Foto nº 07), encarada pelos moradores como um patrimônio, símbolo da ancestralidade e dos primórdios de ocupação do Engenho. Ao que podemos deduzir dos relatos, foi na localidade – ou bairro, no dizer de Seu Luizinho – da Demanda, que começou a ocupação do Engenho por estes moradores, sendo a família da qual faz parte Seu Dedo, uma das primeiras a se estabelecer no território.

Este consiste num dos argumentos para a legitimação do direito à terra, do estabelecimento de uma territorialidade, semelhante ao que afirma Godói, (1998, p.

109), ao se referir ao *Sistema do Lugar*¹⁷. Onde a “história do lugar” não pode ser reduzida a significação mítica, nem da história, mas da intersecção de ambos. Onde o que “*legitima o direito à terra é a descendência somada à resistência*”.

Foto nº 07: Casa mais antiga da comunidade, pertenceu ao avô de Seu Dedo



Fonte: Pesquisa de campo, maio/ 2010, acervo da autora.

Sobre a menção, feita por Seu Dedo, ao *mocambozinho*, Freitas (1982, p. 16) assim descreve as primeiras habitações do Quilombo dos Palmares.

Abriram clareiras na selva e edificaram suas choças cobertas de palha. Chamaram as choças de mocambos – do quimbundo *mukambu* – termo que depois os portugueses usariam para designar genericamente as povoações construídas nas matas brasileiras pelos escravos fugitivos.

A referência, no relato ao mocambo, se junta às argumentações e histórias sobre as origens dessa população, sendo mocambo, para muitos estudiosos, sinônimo de quilombo. (MOURA, 1994, p. 16 e 36). Importante lembrar que no relato já feito acima de Cláudio Pageú sobre as possíveis origens do Engenho Siqueira, ele menciona a possibilidade de ali ter existido um quilombo, porém esta referência não foi feita por nenhum outro entrevistado, nem encontrada na literatura, sobre a região.

¹⁷ Sistema do Lugar - expressão tirada da fala de um camponês ao explicar a incorporação de gente de fora ao grupo, dizendo que: eles ficaram porque pegaram o *sistema do lugar*. “Lugar no sentido aqui conferido, é a porção do ambiente transformada pela ocupação, pelo uso e, sobretudo prenhe de significação social que indica quem e em que situações pode estar ali”. (GODOI, 1998, p. 97)

Como já mencionado anteriormente, o processo de titulação encontra-se numa fase inicial. O reconhecimento por parte da Fundação Palmares da comunidade como remanescente de Quilombo é apenas o primeiro passo no processo que deverá resultar na demarcação e titulação da terra. Importante destacar que os direitos das comunidades quilombolas à propriedade de suas terras e à proteção de seus "modos de criar, fazer e viver" estão assegurados na Constituição Federal pelos artigos 215 e 216 e pelo artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.¹⁸

Segundo as informações contidas no site do INCRA¹⁹, o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A partir do Decreto 4883/03 ficou transferida do Ministério da Cultura para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a competência para a delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como a determinação de suas demarcações e titulações. Conforme o artigo 2º do Decreto 4887/2003,

consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

O caminho é longo, no entanto e inicia-se com a solicitação de abertura do processo pela comunidade e seu reconhecimento como Remanescente de Quilombola, pela Fundação Cultural Palmares. A Certidão de Auto-reconhecimento, emitida pela Fundação Palmares, a comunidade do Engenho Siqueira já possui, com data de 12 de julho de 2005. A abertura do processo no INCRA em Recife deverá ocorrer ainda em 2011 a partir da entrega de Ata da Assembleia da comunidade solicitando esta abertura. Segundo o INCRA,

O processo poderá ser iniciado de ofício pelo INCRA ou a requerimento de qualquer interessado, das entidades ou Associações representativas de quilombolas. Pode ser feito pela simples

¹⁸ Comissão Pró-Índio de São Paulo. **Como se titula uma terra**. Disponível em: <<http://www.cpisp.org.br/terras/html/comosetitula.asp>>. Acesso em: 21 jan. 2011.

¹⁹INCRA. **Ordenamento da Estrutura Fundiária. Quilombolas**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=252&Itemid=274> Acesso em: 21 jan. 2011.

manifestação da vontade da parte, apresentada por escrito ou verbalmente, caso em que será reduzida a termo por representante do INCRA.²⁰

Este processo pode ser resumido nas seguintes fases: Após a abertura do processo, o INCRA, através de uma equipe multidisciplinar, elabora o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). Este relatório é publicado em Diário Oficial e, se não houver contestações, o INCRA, através de seu presidente, publica a Portaria de Reconhecimento do Território. A partir daí a propriedade será avaliada por técnicos do INCRA e em função da origem de sua propriedade, deverá ser aberto o respectivo procedimento judicial de desapropriação e indenização do(s) proprietário(s). É a Desapropriação por Interesse Social. Finalmente, após os procedimentos de desintrusão²¹ do território, haverá a Emissão do Título de Posse, que se dá de forma coletiva.²²

Cabe destacar que a percepção de alguns moradores, atualmente reconhecidos como remanescentes quilombolas sobre a demarcação é um pouco diferente do processo que irá se iniciar. Pelo menos dois dos entrevistados creem que terá demarcada a sua área, sua granja, suas terras. Os relatos dizem isso claramente. Fausto, 48 anos, gerencia a sementeira do seu sobrinho, mas mora numa granja em Siqueira, com 17 ha comprados por sua família em 1962. Tem conhecimento sobre o reconhecimento e comenta:

Hoje como Siqueira tá registrado como quilombola, aí vai vim uma pessoa aí do governo, não sei como é, prá dividi, demarcá suas área pra cada um ter seu pedacinho de terra. Que não pode ser esse “ninho de gongara”, não, diz que isso vai ter que acabá. Vai vim alguém do governo, junto com o INCRA, prá demarcá. (grifo nosso)

Já Seu Dedo, se referindo a uma visita recente de um técnico do INCRA tem a mesma perspectiva de Fausto, lembrando também que na época da venda pela Usina a demarcação já estava anunciada, ainda com a presença do velho seu pai e lembra a propriedade de uma parte de Siqueira, na Praia da Pedra:

²⁰ INCRA. **Quadro da Atual Política de Regularização de Territórios Quilombolas no INCRA**. Coordenação geral de Regularização de Territórios Quilombolas. Disponível em <http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/institucional/quilombolas/quadro_atual_da_politica.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2011.

²¹ Processo de retirada ou remoção de ocupantes ou invasores (não –índios ou não-quilombolas) de terras que são objeto de processo de reconhecimento de direito por populações indígenas ou quilombolas. MAIA, Luciano Mariz. O Direito das minorias étnicas. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/lucianomaia/lmaia_minorias.html>. Acesso em: 04 mai. 2011.

²² INCRA, op. cit. Acesso em: 03 mai. 2011.

Foi, foi. Um resto de terra que ela cedeu prá gente, prá seis irmãos. Seis irmãos, a gente paguemo. Eles disseram “vocês ficam aí, quando vocês terminarem de pagar, vocês venham aqui, para a gente demarcar cada qual seu pedaço aqui dentro”. E nisso o véio foi ficando velho e acabou-se. Ainda tá emendado isso aí, nada demarcado. Ainda ontem, teve um homem, com um papel aí, ele disse que tem que trazer um... demarcar a cada qual seu pedacinho. Aí disse “vocês fazem uma reunião aí, prá vocês vim aqui que é prá gente se combinar prá ver como é.” Esse terreno aí, diz que é, esse terreno é de um caba da Pedra, de um dono da Pedra, não mora aí não, mora em Caruaru.

A demarcação das terras de Siqueira será, portanto, tema que não encontrará consensos externos e internos à comunidade. As lideranças, aqui representadas pelos diretores da associação percebem isso; Cláudio perguntado sobre se acha que vai haver discordâncias, comenta:

Sem dúvida, sem dúvida. Tenho certeza que vai haver isso aí. Até da própria comunidade, [...]. Que cada um tem seu sitio, [...] Siqueira não é uma comunidade totalmente coletiva, ainda. Ela não é coletiva. Cada um tem suas particularidades de terra. Então, já demonstraram só em a gente falar, já demonstraram algumas resistências. Porém, porém, a gente não tem muita informação. Então, o INCRA vem para fazer uma reunião com a comunidade e explicar direitinho como se dá esse processo de titulação de terra.

Sobre os possíveis conflitos que possa haver com os ‘outros’ moradores (proprietários de grandes porções de terra do Engenho Siqueira que, no entanto não moram na localidade e não são considerados parte integrante desta comunidade) de Siqueira, Claudio Pageú tem algumas certezas:

Então, a Praia da Pedra, por exemplo, a Praia da Pedra tem um pedaço que pertence a Siqueira [...]. Quando ela for demarcar, quando a terra for demarcada, a Pedra vai perder aquele pedaço. O homem vai ser indenizado, mas ele vai querer facilmente, facilmente perder? Não. E ele vai botar o preço que quer? Não. Prá isso o INCRA tem pessoas especialistas para ver quanto vale aquele território. E ele vai ter que aceitar, porque é lei. É lei! Ou ele aceita, ou ele vai ser expulso. Vai ver que isso gera conflitos.

Como o processo de identificação, demarcação e por fim, titulação das terras está ainda no seu início, muita coisa poderá ser feita, mas sem dúvida, faz-se necessária muita discussão interna à comunidade, na busca de estabelecer acordos entre as várias famílias, proprietárias das granjas – denominação à época da venda aos moradores e ainda identificada desta forma – no território, atualmente de uso comum, mas com divisões definidas para as casas e áreas de plantio dos moradores.

Vale lembrar que houve muitas repercussões no município e região, do reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombola. Cláudio e Cristiane

reconhecem alguns sintomas, tanto por parte do poder público, como da população. Agora, no dizer de Cláudio, *Siqueira é mídia*, sendo convidada para todos os eventos. Cristiane diz que algumas pessoas, moradoras da região de cor negra, perguntam-lhe: “*Como é que eu faço para ser de Siqueira?*” Ou “*Me dê uma carta pra eu ser quilombola*”.

Os comentários e interpelações feitas, principalmente a Cristiane e Cláudio, representantes da Associação nos espaços políticos do município, como é o caso do Conselho Municipal de Desenvolvimento, revelam a visibilidade que a comunidade remanescente de Quilombo tem, a partir do seu reconhecimento e os interesses despertados que podem inclusive ser de várias ordens: vão desde, a possibilidade de, uma vez também reconhecido como membro da comunidade, poder usufruir das possíveis vantagens dessa condição, ao interesse de conhecer mais o que vem a ser uma comunidade dessa natureza. Há relatos de pessoas que já moraram em Siqueira e que agora, ao tomarem conhecimento do reconhecimento, procuram informações sobre o seu significado, com a intenção de conhecerem melhor a sua própria história.

2.5 A presença dos mediadores no Engenho Siqueira

O reconhecimento também levou a uma presença maior de instituições governamentais e não governamentais nos últimos seis anos, quer seja para resgatar e registrar a história quilombola da comunidade, quer seja para propor projetos de desenvolvimento. Moacir destaca, no entanto, que antes do reconhecimento foi positiva, embora não duradoura, a presença do Centro de Pesquisas Josué de Castro, por volta do ano de 1985, na época da implantação do Projeto Costa Dourada com a intenção de desenvolver um trabalho ambiental no Engenho Siqueira. Algumas divergências do Centro com a Prefeitura fizeram com que o trabalho não tivesse continuidade.

Segundo Cláudio Pajeú e Cristiane, após o reconhecimento da comunidade como Remanescente de Quilombo, houve um *boom* de chegada de organizações que prestaram assessorias e/ou financiaram projetos para a comunidade. São organizações Governamentais e Não Governamentais: Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), que atuou em 2008 e teve papel importante na rearticulação da Associação de Produtores; Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) - atuou e ainda atua no apoio ao processo de reconhecimento e titulação; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); Núcleo de Apoio à Agricultura Familiar (NAF); ProRural – Projeto de Abastecimento D’Água; Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona

da Mata (PROMATA); Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá – incentivo à produção agroecológica e à participação na Feira Agroecológica das 4ª feiras em Rio Formoso; PETROBRÁS – programa de educação ambiental e resgate da história da comunidade; Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) – construção de 30 banheiros; INCRA – Construção de 150 casas pelo Programa Minha Casa Minha Vida Quilombola. Além da presença das instituições, os representantes da Associação foram convidados e possuem representação no Conselho Gestor da APA – Guadalupe.

Segundo Cláudio, a chegada desses mediadores se deu a partir de 2008. A Associação de Produtores do Engenho Siqueira é a mais antiga no município, a única que está em dia com a Receita Federal.

A partir de 2008, [...] chegou órgão que nunca chegou em 23 anos. Chegou em três anos. Chegou esses órgãos todinho. E todos para fazer um trabalho e disponibilizar projetos. E vendo que é uma Associação que é a única legal. É a única que está legal com a Receita....”

A comunidade parece, no entanto, ainda pouco acostumada com estes mediadores, técnicos e técnicas de organizações sejam governamentais sejam não governamentais. Ainda parecem pouco à vontade ou não se apropriaram, dada à velocidade e a quantidade das organizações em pouco tempo, da própria dinâmica de apoio, assessoria ou assistência técnica. A impressão é que se trata de algo novo, inesperado, com o qual se tem pouca habilidade, domínio e controle. Seriam os ‘estranhos’, sequestradores da cultura local?

Fato é que as parcerias até então estabelecidas pela Associação de Produtores e as instituições citadas, têm promovido mudanças, que cabe à comunidade avaliar se estas têm de fato contribuído no seu fortalecimento cultural e desenvolvimento sócio-econômico.

3 Os “segredos internos” de Siqueira e outros aspectos culturais

“[...] umas três família lá que são pretos,
negros mermo, mais negro do que eu.
Eles faz parte da irmandade do Rosário.
Eles diziam que na época, lá em Rio Formoso,
é, o negro não podia entrar na igreja dos branco.”
Cristiane

Denominamos de “Segredos Internos” utilizando o termo no sentido mais amplo das questões internas, quanto às manifestações da religiosidade, vivenciadas pela comunidade de Siqueira, não reveladas, mas que aparecem e podem ser lidas nas entrelinhas de todo o processo de pesquisa realizado. A denominação utilizada no título do livro de Schwartz (1988), inspirado em trecho do *Capital* de Karl Marx, denomina a relação direta dos donos dos meios de produção com os produtores diretos, levando à necessidade de conhecer o “segredo mais íntimo” “[...] o que pode ser avaliado tão-somente através da análise das circunstâncias conhecidas empiricamente.” (MARX, apud SCHWARTZ, 1988, p. 17).

É, pois com esta necessidade de análise, que inclusive vai além das circunstâncias empíricas, que dedicamos este capítulo aos aspectos religiosos e culturais por nos parecer importante para a compreensão da história e vida da comunidade.

3.1 A religiosidade explicitada/permitida e a não declarada

No processo de visitas e entrevistas realizadas no Engenho Siqueira, não houve menção às religiões africanas, práticas e rituais de matriz africana. Com exceção de dois membros da diretoria da associação, é como se nunca tivesse havido cultos ou locais de culto para essas práticas no passado.

Perguntados sobre a qual religião pertencem ou pertenceram seus pais e avós, a resposta variava entre católica e protestante. Há na comunidade três Igrejas protestantes construídas, duas Assembleias de Deus (Ver Foto nº 08, de uma das Igrejas) e uma Batista *Shekinah*, sendo que os católicos frequentam a Igreja de São José em Rio Formoso. D. Alzira relata que é protestante há 44 anos, a mesma idade de uma das filhas. “*Pôis, pronto, faz essa data que eu sou crente*”. Também não lembra se seus pais eram ligados a alguma religião.

Uma das poucas menções a práticas religiosas identificadas com a religião de matriz africana é a menção feita por D. Dora, às práticas de cura de seu pai: “*que pai fazia, nesse tempo ele curava, curava olhado, ventre caído. [...] curava só com as mãos, segurando lá [...] ninguém via ele falar, ninguém via ele bater, [...]*” Hoje D. Dora é protestante, a Igreja da Foto nº 13, fica junto de sua casa. No entanto ela falou, sem grandes reservas, das práticas de cura do pai, talvez não identificando aí, algo ligado às religiões de matriz africana. Ao final, os ensinamentos do pai, ao que tudo indica, ficaram com ela. O que não ficou claro é se ela faz uso destes conhecimentos e práticas.

Foto nº 08 – Igreja da Assembleia de Deus em Siqueira



Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro /2011, acervo da autora

Vale lembrar que no período da colonização, os negros não tiveram uma efetiva catequização, diferente dos índios, que foram catequizados pelas missões jesuíticas, o que permitiu uma preservação de elementos da cultura negra. Mas que a despeito desta diferenciação, havia a imposição religiosa católica imposta pelos portugueses frente à religiosidade africana dos negros trazidos da África e que já havia uma espécie de sincretismo, inclusive mesclado com os credos indígenas. E ainda que: “*O negro usava a fusão ou adaptação dos seus cultos com os da Igreja Católica como*

forma de resistir, de fugir das punições corporais e de, mesmo geograficamente distante, manter-se perto da África.” (GUEDES, 2009, p. 4).

Importante considerar que o sincretismo religioso é considerado pelos estudiosos um tema envolto em muitas controvérsias, por levantar dúvidas se houve uma justaposição dos santos católicos aos orixás ou até mesmo mudanças no sistema africano por conta de assimilação de valores católicos, mas parece ter promovido “*De forma criativa se fazia uma analogia entre as suas crenças africanas e as dos europeus; o africano integrou nas suas tradições as características católicas.*” (GUEDES, 2009, p. 5).

No que diz respeito à comunidade e Siqueira, pode não se tratar propriamente de sincretismo, mas não se pode deixar de pontuar o fato de que já houve na comunidade manifestações, cultos de origem afro-brasileiros. Cristiane, presidenta da Associação de Siqueira, atesta esta ideia, confirmando que já houve outro tipo de manifestação religiosa, além do catolicismo e protestantismo. Relata, inclusive que durante a pesquisa realizada pelo historiador Jorge Arruda, este visitou a casa de um ex-morador de Siqueira, agora morando em Tamandaré, membro de igreja evangélica, mas que mantém pés de Liamba – planta ligada a um dos orixás da religião de matriz africana – tanto no quintal como no jardim de sua casa.

Há ainda outro relato de Cristiane sobre uma das moradoras, também evangélica, mas que tem atribuído um problema no seu joelho a um “catimbó” que lhe fizeram. Questionada sobre ser evangélica e crer nesse catimbó, responde: “*Mas existe quem faz o bem e o mal[...]*”

Um fato ocorrido durante o processo de pesquisa na comunidade merece destaque. Foi encontrado pelos moradores um grande ‘despacho’ colocado no caminho de Siqueira, numa das encruzilhadas. Chamava a atenção o aspecto, com grande quantidade de informações, o seu tamanho, mas o que mais se destacava era a presença de imagens das crenças afro-brasileiras junto com imagens da religião católica, somando treze imagens ao total, além de símbolos os mais diversos, desde peças de roupas a documentos de identificação e fotografias. (Ver Foto N° 09).

Foto nº 09 – Despacho colocado em uma das encruzilhadas de Siqueira



Fonte: Pesquisa de Campo, fevereiro/2011, acervo da autora

Perguntada sobre qual a sua opinião acerca do motivo pelo qual estavam colocando este despacho exatamente ali, Cristiane, responde:

Antes eu não tinha,... nem imaginava. Mas depois dessas histórias desse reconhecimento de quilombola, eu imagino na época dos escravos, né? Disse que o pessoal que veio lá da África gostava muito dessas coisa. Talvez seja isso, né? Porque, eu era menina já acontecia essas coisa. Mas na época a desculpa era que tinha era o centro ali. Aí podia ser alguém daqui. E agora que não existe mais? Por que será?

As indagações de Cristiane giram em torno de que possivelmente algumas pessoas da comunidade ainda mantêm algum tipo de crença, culto às religiões de matriz africana, ou que por se tratar de uma comunidade quilombola, a qual as pessoas de fora já reconhecem como uma comunidade negra, fortalece a crença popular da ligação desta com aquelas religiões. Por isso, veem a comunidade e suas encruzilhadas como lugar ideal para colocarem despachos.

Já na entrevista com Cláudio Pageú o mesmo afirma que havia na comunidade dois centros de candomblé e que:

[...] dançavam durante a noite. Quase todos os dias faziam danças lá na comunidade. [...] Então, assim, era a felicidade, era o lazer da comunidade lá, era fazer a questão da dança do candomblé, evocar espíritos, é, naturais. [...] se viam como uma cultura que eles herdaram dos seus ancestrais, antepassados. E, infelizmente, só foi esquecido um pouco porque não se deu continuidade a essa tradição.

Contrastando com as declarações de Cláudio e Cristiane, D. Amara, que diz: *“A religião naquele tempo era a Igreja Católica que a gente ia.”* Perguntada se havia outras religiões na comunidade, responde negativamente e acrescenta: *“Que eu me lembre era. Que a gente ia, que ia pá missa, né? [...] Agora é que a gente, que tem essas outa religião dos crente, né? Mas de premero era, a gente só via falá mai nessa católica, né?”*

Dona Antônia, também relata que ia para as missas da Igreja Católica. Perguntada se já havia entrado na Igreja do Rosário dos Pretos e se só havia pretos na missa, ela responde. *“Era tudo misturado, não tinha separação, não. Porque o Deus que é do branco é dos nego. Porque se não fosse isso, não havia essa nação, né? De branco e preto”.*

Vale ressaltar que alguns estudiosos se referem a um processo de *“aculturação feita pelos europeus sobre os africanos, que tornou o preconceito um sentimento arraigado entre os brasileiros. Manifestações dos negros no Brasil eram tidas como caso de polícia, quando não eram taxadas de desvios psicológicos.”* (GUEDES, 2009, p. 5).

Essa afirmação fornece uma pista sobre o que percebemos nas entrevistas e conversas mantidas informamente que revelam que o aspecto da religiosidade parece se constituir num segredo, história que não pode ser revelada para os “de fora”, sobretudo por parte dos mais velhos; guardado, protegido e não revelado com a intenção, ao que parece, de se proteger de possíveis atos de preconceito por parte dos outros. A grande filiação religiosa a igrejas evangélicas e pentecostais, na verdade, segue um pouco, aparentemente, a tendência de muitas comunidades rurais na região, mas pode estar mesclada às heranças de estigmatização religiosa.

3.2 As festividades na região e a inserção da comunidade na dinâmica cultural do município

Entender os aspectos culturais da comunidade de Siqueira, significa entender também outras manifestações culturais que ocorrem na região e como se dá sua participação e inserção nestes eventos. Aqui falaremos sobre a festa de Santo Amaro, que mobiliza devotos de municípios de grande da região da Mata Sul e mesmo alguns da Mata Norte e da Região Metropolitana do Recife. Esta festa chega a ser tão importante e famosa nos relatos que é mais mencionada do que a festa da padroeira do município.

A constituição do Ponto de Cultura na Comunidade de Siqueira, cuja inauguração ocorreu no mês de fevereiro deste ano, é também um aspecto importante na convivência e assimilação por parte da comunidade, mas também da população do município com esta “novidade” de Comunidade Remanescente de Quilombo na região. Muito embora, a nosso ver, os objetivos e sentidos do Ponto de Cultura ainda não tenham sido apropriados totalmente pela comunidade no geral.

Durante uma semana no mês de janeiro, se realizam as festividades dedicadas ao Santo Amaro, no município de Sirinhaém, nome também de um bairro, onde hoje habitam segundo alguns entrevistados, muita gente que saiu de Siqueira e muitas pessoas negras vindas de outras partes da região. Fato possivelmente ligado aos fatos históricos ligados à passagem de Ganga Zumba por Sirinhaém e, conseqüentemente, às delimitações do Quilombo de Palmares, que já mencionamos anteriormente.

A população de Rio Formoso participa, inclusive há um dia dedicado ao município, sendo a imagem carregada em procissão da sede do município até a Igreja de Santo Amaro. A comunidade de Siqueira costuma ir à festa, mantendo a tradição de fazer o percurso a pé.

Algumas mulheres entrevistadas lembram-se da participação nas festas de Santo Amaro: D. Amara: *“Ia pá festa de Santo Amaro, pás festa, né? Vivia assim. Ah, era uma festa muito boa, gente à vontade, minha mãe gostava de ir, quando ela ia, me levava”*. D. Alzira na época morava em Mamucabinha e relata: *“Morava em Mamucabinha. E vinha de lá pra cá de pé, do tempo que eu era sortera. Ajuntava aquele bocado de moça, a gente vinha de pés”*.

D. Alice lembra que quando ia para a Festa de Santo Amaro, as ruas ainda não eram asfaltadas e que a comunidade se juntava para capinar o mato para assim poder instalar todos os equipamentos da festa.

Existem ainda outras manifestações culturais no município, que a comunidade de Siqueira é chamada a participar, mas ainda há pouca participação. Em relação a isso, Cristiane, relata e opina sobre a baixa participação:

É falta de interesse. Porque faz três anos; vai fazer três anos, desde que Cláudio começou aqui na diretoria da associação, aí a gente já conseguiu um monte de coisa, né? [...] participar de vários eventos lá na cidade. Como a semana do folclore, aí tem o dia dedicado aqui a comunidade, aonde a gente leva a La Ursa. Tem exposição de artesanato, das comida típica. É geralmente no mês de agosto que é a semana do folclore. O mês de maio que é dedicado a Maria, né? Que é

um mês dedicado a comunidade. A gente consegue, vai até de ônibus, o ônibus vem pegá o pessoal. Ah, o primeiro ano, ainda pouquinho, umas vinte pessoa; já o segundo foi o quê? Duas! Aí eu acho assim que é falta de interesse da comunidade.

Uma manifestação cultural da comunidade, famosa em todo município e citada, inclusive no documento do SEBRAE (1998), sobre o potencial turístico de Rio Formoso, é a La Ursa de Siqueira. Troça carnavalesca que sai de Siqueira na quarta feira de carnaval e, pelos relatos, é motivo de orgulho dos moradores da comunidade. Cláudio relata:

[...] a La Ursa é uma cultura de Siqueira que já existe já 52 anos. Há 52 anos está presente fazendo o carnaval de Rio Formoso e da comunidade. E é uma cultura que tava acabando, que estava acabando, porque durante... é uma tradição eles saírem sempre de manhã e só voltar só no outro dia prá casa.

Esta talvez seja uma das manifestações culturais mais típicas e reconhecidas pela comunidade de Siqueira e também pelo município. Digamos que seja a mais “democrática”, não só pelo seu reconhecimento por todas as pessoas, mas também por não trazer discórdias quanto a sua representação enquanto manifestação cultural da comunidade. A La Ursa é uma das manifestações que será fortalecida com o Ponto de Cultura.

3.3 O Ponto de Cultura – tradição e inovação

A comunidade foi contemplada com o Ponto de Cultura²³, a partir da participação da Associação dos Produtores de Siqueira numa seletiva do Ministério da Cultura. Segundo seu tesoureiro Cláudio Pageú, o objetivo é: “[...] *exatamente de resgatar a cultura da comunidade. Algumas culturas que são tradicionais, porém estão esquecidas, não é? Tendo em vista o tempo moderno*”. Segundo Cláudio este movimento de resgate da cultura, já começou:

[...] já começamos o resgate da cultura da corrida dos troncos, não é? que corrida dos troncos é uma cultura que é baseada, baseada, não, parecida com a corrida indígena. Porém, a corrida indígena ela tem um revezamento e de quilombola não tem revezamento. [...] E vão buscar as danças também, o Ponto de Cultura eles favorecem as danças, as danças afros que existia. Tem as danças é, voltada também

²³ Os pontos de cultura são a principal ação do Programa Mais Cultura, proposto pelo Ministério da Cultura em parceria com os governos estaduais e municipais. O intuito deles está em preservar memórias e histórias, além de estimular ações voltadas para a cultura de raiz e para o fortalecimento das manifestações populares dentro dos seus territórios de origem. Disponível em: <http://www.fundarpe.pe.gov.br/politicacultural_pontos.php>. Acesso em: 04 mai. 2011.

para o candomblé, porque lá tinha, não era o pai de santo, quase o pai de santo.

A afirmação de Cláudio, embora demonstre certa hesitação quanto à existência de um possível Pai de Santo na comunidade, talvez possa estar relacionada à pouca informação sobre o tema na comunidade e à forma de circulação dessa informação, quem sabe, de âmbito mais restrito. Ele é um dos idealizadores das atividades do Ponto de Cultura, inaugurado em fevereiro de 2011, (ver Figura nº 01, do convite) e, embora também defenda algumas inovações na La Ursa, por exemplo, está sintonizado com o que pode ajudar a ‘confirmar’ e fortalecer a identidade e a origem da população remanescente de quilombo, revelando inclusive aspectos, aparentemente de uma herança africana, não mencionados por outro entrevistado:

A gente vai buscar resgatar danças que já existia antes e que foram perdida. Então, a gente vai trazer essas dança para a comunidade vivenciá-la prá passar de geração em geração. E vamos contar a história da comunidade através do teatro, através das artes cênicas, não é? Isso é uma das oficinas. Uma outra oficina é a questão da capoeira, certo? Que a comunidade, é, antes praticava uma capoeira, porém não sabendo assim o verdadeiro significado.

Figura nº 01 – Convite de Inauguração do Ponto de Cultura no Engenho Siqueira

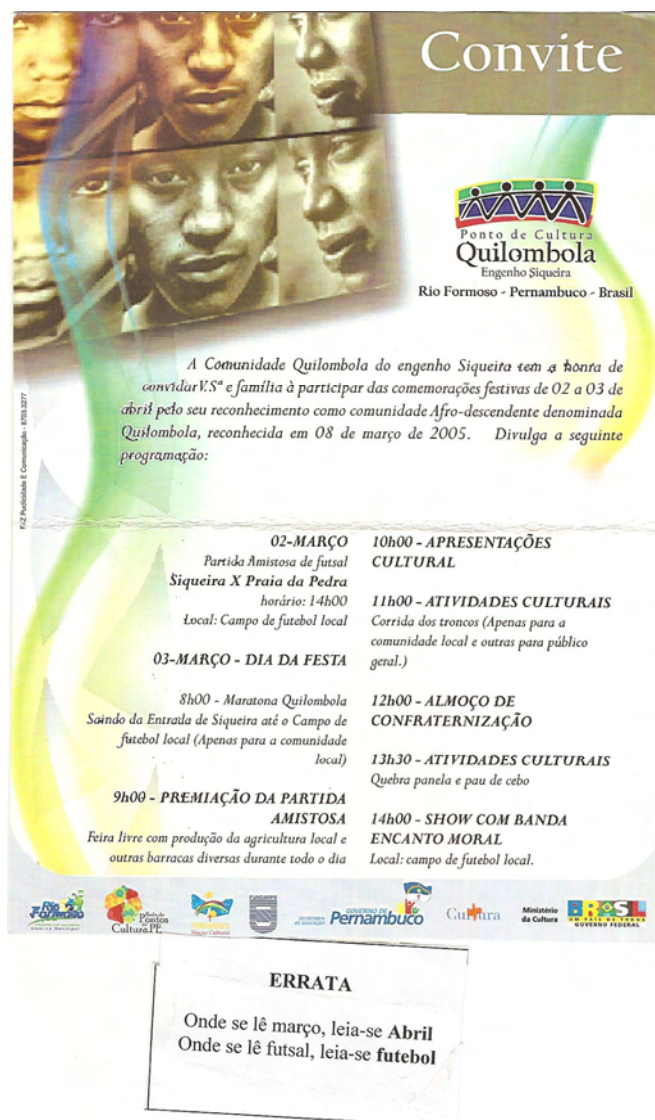


Fonte: Pesquisa de campo

Pelo terceiro ano consecutivo, a Associação vem promovendo, com apoio da Prefeitura local, as festividades de comemoração do título de Comunidade Remanescente de Quilombo, (ver Figura nº02 - Convite a seguir) reconhecida pela

Fundação Palmares em 8 de março de 2005. Em 2011 as comemorações foram realizadas nos dias 2 e 3 de abril, devido ao feriado do carnaval ter coincido com a data.

Figura nº 02 – Convite da Festa de comemoração pelo reconhecimento como Comunidade Remanescente de Quilombo do Engenho Siqueira



Fonte: Pesquisa de Campo

Os dois dias de festa envolveram uma série de atividades, algumas delas com a intenção de promover o resgate das tradições africanas, como é caso da Corrida do Tronco, disputada não só pelos homens, mas também mulheres e crianças.

Questionado sobre as possíveis reações a esta tentativa de resgate das manifestações culturais herdadas dos antepassados africanos e indígenas de Siqueira e também de fortalecimento das que ainda resistem como é caso da La Ursa, Cláudio responde que haverá resistências, sim e dá uma pista sobre as possíveis causas da

interrupção da transmissão de geração a geração dessas heranças, exemplificando com aspectos ligados à religião, já apontados no item anterior:

Haverá resistência, sim! Até porque essas pessoas só se tornaram protestantes e católicas porque a tradição religiosa do candomblé ela não foi passada de geração em geração. Como eles não tinha em que atividade religiosa fazer, então, aí vai surgindo o protestante, o protestantismo e o catolicismo. Só que em sua maioria são mais protestantes do que católicos. E tem aqueles que nem é católico, nem é protestante. Porém, aqueles que não são protestantes e nem são católicos, porém, vão ter um pouco também de resistência.

Cláudio aponta ainda outros aspectos culturais que se perderam porque, em sua opinião, não houve a transmissão geracional:

O uso das plantas medicinais foi uma das que está sendo perdida. Não perdeu totalmente, mas está sendo perdida. Vendo que antigamente o melhor remédio era nas plantas medicinais. Ninguém procurava farmácia na comunidade prá curar, é... os seus enfermos, não. Eles usavam as plantas medicinais. Há muitos conhecedores de lá, de plantas na comunidade. Porém, nem eles mesmos que são conhecedores usam. Mas ainda usa,[...]. Os próprios evangélicos, os protestantes, eles usam também ainda as plantas. O capim santo, usa a erva cidreira, usa a colônia, usa a liamba. Até a pessoa que trabalhava com a questão do candomblé, na comunidade, por ser protestante hoje, mas ele ainda usa algumas plantas medicinais para alguns enfermos dele e da sua família. Eles ainda usa. Então, é uma coisa, uma tradição que também a gente não pode deixar perder. Fazer uma forma de que eles continuem usando as plantas medicinais para um bem, onde mostrando a eles que esse bem é totalmente natural, da natureza, não tem nenhuma química do que tem os remédios.

Importante destacar que pelo menos uma das entrevistadas, D. Alice, mantém a prática do cultivo de ervas medicinais. (Ver foto nº 10). Ela relata a diversidade de ervas do seu quintal:

Porque, ói, manjeriço roxo, manjeriço da folha miúda e o manjeriço normal, hortelã de sete dô, hortelã normal, hortelã da folha miúda, esse vick que rama e vick que entocerra, arruda, macaça, essa manjerona, liga osso, o que é mai? [...] Mirra. Tem hortelã graúda, tá grande, com cada uma folha; tenho camomila.

Foto nº 10. Horta medicinal de D. Alice. Engenho Siqueira



Fonte: Pesquisa de Campo, março/2011, acervo da autora

O cultivo de ervas medicinais realizado por D. Alice, para além da sua representação da resistência cultural, herança dos antepassados, tem sido uma das suas fontes de renda, sendo as ervas comercializadas em Rio Formoso, aspecto que trataremos com mais detalhes no próximo capítulo.

As manifestações culturais existentes na comunidade, fortalecidas ou não com o Ponto de Cultura, as inovações promovidas e resgate de outras manifestações, que segundo Cláudio, *“é uma tradição que também a gente não pode deixar perder”*, poderão contribuir para o fortalecimento cultural e afirmação enquanto comunidade tradicional, mesmo não sendo uma percepção partilhada, desta forma por todos da comunidade. De qualquer forma, pode-se inferir que o Ponto de Cultura, assim como as demais ações decorrentes do reconhecimento como Comunidade Remanescente de Quilombo, podem ajudar os processos de fortalecimento cultural da comunidade. Cabe, no entanto, considerar que este resgate, da forma como encara a comunidade, ou Cláudio Pageú, trás uma questão até mais importante que o fato em si, que é a mobilização e a afirmação de uma identidade étnica da comunidade.

4 Para além da herança canavieira: conhecimento tradicional e a reinvenção do espaço produtivo.

*“É que eu trabalho;
na hora que eu preciso de uma macaxeira, eu tenho;
de uma banana, eu tenho; de um coco, eu tenho.”*

Ramiro

Este capítulo tenta recuperar, através dos relatos das histórias de vidas dos moradores de Siqueira sua inserção nos sistemas produtivos, desde o trabalho assalariado na cana de açúcar, passando pela condição de morador até o estabelecimento no Engenho Siqueira e a reinvenção dos espaços de produção, no sistema agrícola-pesqueiro e as formas de comercialização de outrora e da atualidade. Tenta também compreender de que forma se deu a transmissão do conhecimento tradicional entre as diversas gerações, nos últimos 40-50 anos, e brevemente insere a discussão sobre as questões e fatores que ameaçam os ecossistemas na comunidade e entorno.

A história de povoamento e de constituição da comunidade do Engenho Siqueira, está imbricada na história da formação dos espaços produtivos e das heranças no trabalho na cana-de-açúcar nos Engenhos vizinhos.

Seu Luizinho, ao se referir à história da chegada do seu avô, em Siqueira, menciona o fato de este ter saído da condição de cativo no Engenho Ilheta Grande em Barreiros. Ao chegar em Siqueira, falou com o dono do Engenho que o aceitou para trabalhar.

Meu avô, ele era um negão forte, trabalhava para o patrão e nas horas vagas ele plantou cana e no fim do ano o patrão moeu a cana dele. Deu 18 pão, que é dezoito barricas (Pão de açúcar. Ver foto nº 11) desse tamanho aqui.

Foto nº 11. Pão de açúcar e pilão, peças do Museu do município de Rio Formoso.



Fonte: Pesquisa de campo, janeiro de 2011, acervo da autora.

No relato acima, pode-se dizer tratar-se de uma situação em que se destaca a possibilidade de colheita dos resultados do trabalho agrícola (mesmo sendo o plantio de cana de açúcar e não culturas alimentícias) para si mesmo, ou seja, o ganho dentro das condições das relações capital-trabalho, mas na condição de morador, anunciada por Dabat (2007). Sempre que fala em trabalho, produção, Seu Luizinho menciona que existe muita gente preguiçosa e que ele e sua família são trabalhadores. Fala isso sempre com muito orgulho, o orgulho do trabalho realizado e dos frutos originados daí.

Seu Luizinho ainda pontua as diferenças quanto ao trabalho agrícola entre índios e negros, tema fartamente explorado na literatura²⁴. Os “mais velhos” viviam da caça, da pesca e de trabalhar nos Engenhos. O trabalho dos índios estava mais ligado às práticas de coleta, pesca e caça nas matas, ao passo que os negros eram de outra cultura, ficavam no engenho e trabalhavam no cultivo da cana-de-açúcar e em outras tarefas que exigiam especialidades.

²⁴ Ver, por exemplo, FREITAS, Décio. **Palmares a Guerra dos Escravos, 1982**; SCHWARTZ, Stuart B.. **Segredos Internos**. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial, 1988; ANDRADE, Manuel Correia de, **A Terra e o Homem no Nordeste**. 2005, entre muitas outras publicações sobre a questão da escravidão no Nordeste brasileiro.

A grande maioria dos entrevistados teve experiência do trabalho na cana de açúcar em vários engenhos da região e também no antigo Engenho Amaraji, contíguo a Siqueira, que fornecia cana para a Usina Central Barreiros, que decretou falência em 1999. Hoje o Engenho Amaraji é Assentamento de Reforma Agrária, onde moram 93 famílias. A família de vários moradores do Engenho Siqueira, ficou morando e trabalhando no Engenho que na época era mangue e mata. Seu Luizinho relata, *“Daqui prá Barreiros tudo era mata; daqui prá Sirinhaém era tudo mata, agora tinha os aberto dos Engenho; as rodagem era tudo cercado de mata.”*

Este relato de Seu Luizinho, nos remete à mudança da paisagem pela qual toda a região passou, sendo “o aberto dos Engenhos” a sua representação sobre a monocultura da cana de açúcar se expandindo na região, particularmente na mata sul do estado.

O mesmo entrevistado hoje com 78 anos, a seguir retrata bem o percurso de muitos dos homens e de algumas mulheres entrevistadas e que hoje têm idades entre 75-83 anos.

Foi assim: eu entrei na Usina pequeno, depois passei para rendeiro; antes disso já vinha os meus pais, tios, avô, com os donos do Engenho particular, que era os chefe deles depois, passaram, vendeu a Usina, o engenho com tudo, com morador, com tudo. Aí eu peguei a trabalhar na Usina, depois passei para rendeiro, depois a gente comprou a Usina. [...].

Este relato revela a relação entre os trabalhadores e os usineiros, as várias modalidades de contrato de trabalho, rendeiro, por exemplo, assim como a situação de cativo: “Vendeu o engenho com tudo, com morador, com tudo”. Percebe-se que mesmo após a abolição, os moradores ainda eram “coisas” que podiam ser “vendidas”, como parte de uma negociação. A compra das terras de Siqueira, onde se dava a produção de culturas alimentícias, a “brecha camponesa”, da qual falaremos mais adiante no item 4.1, local de nascimento, depois de trabalho, consolida-se como espaço da verdadeira liberdade, para além da relação de trabalho precarizada sob a forma de assalariamento na cana de açúcar, dadas as condições descritas e a frequente dependência do barracão que a maioria passava a ter.

O trabalho na cana-de-açúcar é descrito como penoso, *“má dormido e má comido”*, como diz Seu Dedo mais adiante. Para as mulheres não durava muito tempo. Perguntada quanto tempo trabalhou no corte da cana, D. Alzira, nem lembra direito, mas afirma que foi menos que 5 anos:

Estorava a mão todinha. O cabo saía pela cana medindo, com aquela braça grande, as cana que a gente nem via nem o cabo nem a vala. A gente entrava ali no verão, sol quente, as paia da cana cortando. Quando saía dali, meu Deus! Chegava em casa, que ia tomá banho, toda retaiada, era uma dô infeliz. Muitas lágrima derramei, muita, na paia da cana.

O trabalho no corte da cana relatado por D. Alzira era realizado por mulheres e homens. A aplicação de agrotóxico era, no entanto, realizada pelos homens.

As condições de trabalho na cana eram as mais degradantes, chegava-se a ser exigido de alguns o trabalho aos domingos. Seu Nelson, 70 anos, faz um relato que ilustra bem essa situação:

Até dia de domingo a gente ia fazê o salário, cortá cana. O administrador, dizia, assim: “é pra vim pra fazê o salário, viu?” Que não vim, o administrador, vai botá vocês prá fora. Quem não fosse fazer o salário dia de domingo? Ele botava a gente daqui prá fora. Era todo dia. Não tô dizendo que era todo dia. A gente prá ir fazê uma feirazinha, comprá alguma besteira nova, tinha que fazê o salário da cana, prá podê fazê, comprá uma besteirinha.

Seu Dedo, primo de Seu Nelson, ainda relata as condições em que ele trabalhou, assim como outros homens da família:

A cana ia de máquina para a Usina, a Central Barreiros. Aí, a gente cortava, quando faltava gente para encher lá, o velho meu pai ia mais os meus irmãos para encher carro lá. Passava a semana para lá, enchendo carro. Quando tinha menos cana, aí a gente cortava cana. E a vida era essa, moça. Dormia na casa da adubeira, assim, dormia lá. Na adubeira, lá, passava a semana por lá. Má dormido, má comido.

Seu Dema, 55 anos, sobrinho de Seu Nelson, relata um aspecto perverso do trabalho no corte da cana: a dependência dos gastos no barracão e o engodo que se pregava, ou se impunha ao ‘facilitar’ a compra de alimentos para os trabalhadores, fazendo com que eles sequer vissem ‘a cor do dinheiro’:

Porque não dava pá mantê o dia a dia, devia muito no barracão, chegava dia de sábado, dizia “não vou vendê nada a você, porque você deve demais”. Eu voltava quaje chorano. E trabaia que nem um desenganado. Uma família grande, o que eu ganhava não dava prá nada, minha filha. Virge Maria! Ô tristeza! Quando eu me lembro é uma dô, sem brincadeira.

Os vários depoimentos acima relatam as condições e as percepções do trabalho na cana de açúcar vividas por estes camponeses, denominados por eles mesmos como cativos, numa situação de precarização que podem oferecer uma ideia do trabalho de modo geral na cana de açúcar desenvolvido na região da Zona da Mata. Convém registrar que dos 14 entrevistados, homens e mulheres, sobretudo os mais novos,

nenhum deles trabalha atualmente em usinas ou eventualmente no corte da cana ou relataram que algum morador tenha essa ocupação.

Porém cabe dizer que a saída da condição de assalariamento, combinada com a moradia, tem em sua origem a experiência denominada de “brecha camponesa”, que passamos a debater no próximo item, vivenciada pelos escravos no período da colonização, possibilidade de plantio de culturas alimentícias anunciando possibilidades que foram além da produção de alimentos para os escravos-camponeses.

4.1 A brecha camponesa

As referências históricas para os atuais modos de produção sustentáveis de base familiar estão ancoradas em práticas herdadas das populações tradicionais, mas não só a partir das populações indígenas. Vale destacar alguns pressupostos que indicam fortes similaridades e/ou compatibilidades que conformam também uma herança no modo de cultivo e práticas da população negra escravizada no período colonial, que foi, sugerimos, transmitida ao longo dos séculos e resignificada por vários agricultores/as nos tempos atuais. Inclusive os agricultores/as agroecológicos na região da Zona da Mata pernambucana.

Policultivo ou diversificação agrícola, ao que a literatura indica já havia nos quilombos. Em Palmares, os negros cultivavam em regime de policultura de forma sistemática: culturas alimentícias, como milho, batata-doce, feijão, mandioca, bananas, e também algodão e cana-de-açúcar. (FREITAS, 1982, p. 44-45; CASTRO, 2008, p. 116)

Além do sistema de policultivo, aqui se insere também outro elemento de análise, a “brecha camponesa”, que parece bastante adequada para explicitar outra forma de similaridade da agroecologia com este modo de produção: a resistência. Esta categoria de análise é uma das grandes contribuições dos processos produtivos desenvolvidos tanto nos quilombos quanto nas áreas cedidas aos escravos pelos senhores de engenho. Neste caso, a configuração da resistência tem seu peso no caráter político e estratégico de oferecer outras possibilidades para além da subsistência, juntamente com a afirmação/construção de uma identidade camponesa.

Segundo Cardoso (1979, p.133), a expressão “brecha camponesa” foi utilizada pela primeira vez por Tadeusz Lepkowski para “*expressar a existência de atividades que, nas colônias escravistas, escapavam ao sistema de plantation, entendido em sentido estrito*”.

Lepkowski anuncia duas modalidades de brecha camponesa: a agricultura de subsistência, praticadas pelos negros fugidos, organizados em quilombos e aquela praticada nos pequenos lotes concedidos em usufruto aos escravos não-domésticos, criando o que o autor denomina de “*mosaico camponês-escravo*”, dada a sua coexistência com o trabalho agrícola ou industrial nas terras dos senhores de engenho. Este tema da campesinidade será abordado mais adiante.

Falar sobre o significado da “brecha”, enquanto resistência e da economia de mercado em que está inserida, é dar lugar a um papel ativo e menos passivo, o que convencionalmente tornou-se marca da ação dos negros escravizados quanto a sua inserção na produção agrícola e pecuária e que Cardoso (2004, p. 34), chamou de: “[...] *uma visão do escravo como uma espécie de vítima inerme do sistema e a ausência de uma verdadeira análise de classes*”.

Dito isso, resta-nos pensar sobre o significado da “brecha camponesa” enquanto fator de resistência de uma identidade camponesa dos negros escravizados numa sociedade colonial, escravista, e nada condescendente com qualquer forma de desenvolvimento ou protagonismo e, naquele tempo, perspectiva de autonomia econômica e libertação de sua condição de escravo. Explicando melhor, o que se produzia nas “brechas”, era destinado à subsistência, ao mercado e muitas vezes para a compra da carta de alforria de muitos escravos. A este respeito Cardoso, (Ibid., p. 98), faz uma citação a partir de um manuscrito de autoria de Alexandre Rodrigues Ferreira:

E o caso é que, por experiência certa, não somente tiram os pretos das terras que lavram a farinha precisa para o seu sustento; mas chegam a vender todos os gêneros de lavoura, além de muitas criações; até ajuntarem as somas com que se libertam a si e a seus filhos.

O significado da resistência se reveste de um caráter político e estratégico, dado o destino que os escravos davam à renda monetária que obtinham com a comercialização da produção. Compravam alimentos, roupas e víveres, antes obrigação dos senhores de engenho que, com as doações de parcelas a seus escravos, com o fim de produzirem seu alimento, livraram-se da obrigação de suprir essas necessidades. Porém, a nosso ver, a maior virtude do destino desse dinheiro era empregá-lo na conquista da almejada liberdade.

Há, porém, discordâncias quanto à existência e significado da brecha camponesa. Na dissertação de Flávio José Gonçalves (2007), sobre a comunidade quilombola Negros de Poções em Minas Gerais, há uma clara discordância sobre este

evento para os quilombolas. O autor argumenta que a própria existência de quilombos, espaços de liberdade e de encontro de gentes, assim como a procura por terras em busca de liberdade e onde não havia senhores, fazendas e capitão do mato, denunciavam ou esvaziavam a ideia de “brecha camponesa”. Para isso recorre às conceituações de **quilombo** e de **mocambo**, este último, de uso menos comum, “foi utilizado até o século XVII, para se referir aos grupos escravos fugidos (fossem eles formados por negros e indígenas)” (MARTINS, 2006, *apud* GONÇALVES, 2007, p.21). Este argumento parece frágil, já que a existência da brecha camponesa no interior das propriedades dos Engenhos de Cana-de-açúcar, não exclui ou elimina a fuga, o aquilombar-se e toda a significância do quilombo e do processo de resistência que necessariamente se respaldou na produção agrícola ali existente.

Por outro lado, historiadores têm levantado indícios de escravidão no interior de alguns quilombos, e mesmo praticada por ex-escravos, como é o caso já relatado no Capítulo 2, de João Maurício, que mantinha escravos em seu engenho, o Gindaí. Além do mais, a partir da classificação de Lepkowski e Mintz, a produção agrícola quilombola, era também uma forma de brecha camponesa.

E ainda, os sentidos de quilombo e mocambo como formas de resistência, constituíam em si uma possibilidade de autonomia para os negros encravada numa sociedade escravista e que negava qualquer tipo de emancipação e de desenvolvimento que não fosse sob suas hostes. Aliás, negava ambos, vendo os negros como sendo sua propriedade e sob seu eterno domínio.

O significado da brecha camponesa, do ponto de vista da possibilidade de inserção nos mercados, desfigura, ameniza a condição de escravo? Segundo Alveol e Guimarães, (2005, p.65), a brecha camponesa não abalou as estruturas fundamentais do Modo de Produção Escravista Colonial, *“para o escravo esse ‘direito’ era importante econômica e psicologicamente; para o senhor, era a concessão revogável, que tinha por objetivo ligar o escravo à fazenda e evitar fugas.”*

O tempo disponível, concedido pelo Senhor de Engenho, assim como a terra para o plantio autônomo, eram utilizados de forma marginal, pois deveria ser neste tempo o momento do descanso do trabalho árduo na cana. Na atualidade, do trabalho da cana de açúcar dos negros de Siqueira, a brecha camponesa pode ser relacionada às condições perversas em que se dava o trabalho assalariado e condição de morador, como pode ser vista em vários depoimentos vistos acima, a exemplo do de Seu Nelson, que ainda complementa: *“É, tinha que ir fazê o salário da cana, que não ele botava a gente*

daqui pra fora.”, corroborando a “concessão revogável” defendida por Alveol e Guimarães.

Convém destacar que a leitura sobre o Modo de Produção em questão não encontra consensos entre os estudiosos do período colonial. Para Cardoso (2004), o Modo de Produção que prevaleceu na época era o Escravista Colonial, corroborado pelo já anunciado por Alveol e Guimarães; tratava-se de um período pré-capitalista, já que *“o capitalismo estava em processo de formação e ascensão não linear, e não desenvolveu suas forças produtivas específicas em grau apreciável antes dos fins do século XVIII.”* (Ibid., p. 41).

Ao passo que, Dabat (2007), por exemplo, defendia a tese de que o Modo de Produção era Capitalista naquele período. A autora argumenta, citando trecho do próprio de Cardoso:

(P)oder-se-ia perguntar como o sistema econômico brasileiro pré-século XX poderia ser considerado ‘não capitalista’ e ‘particular’ se *“o centro das decisões era situado fora da colônia; esta nasce com uma economia já ‘deformada’, virada para o mercado exterior, para os produtos tropicais exportáveis para a Europa”*, uma Europa capitalista, sem disputa. (Ibid., p. 369).

É, portanto, no âmbito de uma economia capitalista em que se deu todo o desenrolar da economia propiciada pela brecha camponesa.

A mesma autora nos possibilita outra perspectiva decorrente da brecha camponesa, a partir dos seus “descendentes” os moradores cativos nos engenhos. A “morada” aqui, como continuidade ou representação mais ou menos contemporânea da brecha camponesa. Contemporânea, pois se localiza no século vinte. A autora destaca a morada, como um tipo de relação de trabalho, já que

o simples fato de residir numa plantação e de dispor eventualmente de um lote de terra cedida para cultivar produtos alimentícios – a ‘morada’ – valeria a esses trabalhadores uma inserção nas relações de trabalho fundamentalmente diferente daquela de outros assalariados: os trabalhadores da indústria do açúcar; ou mesmo rurais; empregados temporários, safristas. (DABAT, 2007, p. 25).

Dessa perspectiva - da produção em espaços cedidos pelos senhores de engenho a escravos e/ou trabalhadores ‘cativos’ - podemos estabelecer um diálogo entre o que Mintz (2003) e Cardoso (2004) relatam enquanto brecha camponesa e a ‘morada’, a qual a autora descreve com detalhes, sob vários olhares de atores diferenciados: como a academia percebia este evento, como aparece na literatura e os próprios atores sociais a viam.

A autora, a partir de intensa pesquisa com trabalhadores, moradores de sítios, confirmou que para a maioria, a sua condição de ‘cativos’ era expressa pela obrigatoriedade de trabalhar para o patrão e só para ele. Alguns entrevistados se referiam a uma aparente liberdade de emprego, mas esta só se expressava nas condicionalidades da monocultura, ou seja, quando não havia serviço no engenho.

Neste contexto, o acesso à terra “*não passa de uma ‘brecha’, segundo o termo cunhado por estudiosos, pervertida e impressada pela lógica da empresa capitalista maior na qual se insere e sobretudo à qual contribui, no sentido da remuneração da força de trabalho.*” (DABAT, 2007, p. 628).

As entrevistas conduzidas pela autora dão conta da relação de sujeição que estes trabalhadores, moradores em lotes cedidos com vínculo empregatício, seriam submetidos, caso fossem vender sua força de trabalho a outro patrão. Muitas vezes pode-se concluir que a cessão do lote, veio a significar que este fazia parte do salário. Caso não trabalhasse na propriedade não teria direito a ela.

Ainda três aspectos que parecem fundamentais para compreender o lugar da morada, relatados a partir das entrevistas conduzidas pela autora: O primeiro se refere ao fato de que as terras inapropriadas para a cana eram aquelas destinadas aos ‘sítios’, as terras rochosas, em escarpas, com pouca possibilidade de irrigação e longe das várzeas.

O segundo aspecto diz respeito a uma questão já apontada por Cardoso (2004), quando se referia ao fato de que a cessão de lotes para produção pelos senhores de engenho aos seus escravos os eximia da responsabilidade de prover alimentos para estes. Em sua pesquisa, junto aos trabalhadores, Dabat (2007) encontrou situação semelhante, com as mesmas implicações, já que um elemento fundamental precisa ser cotejado nas duas situações: o tempo dedicado à produção nos lotes. Era o tempo impressado, o fim de semana no máximo, ou o domingo que deveria ser de descanso, levando a grandes esforços dos trabalhadores e envolvendo os outros membros da família, mas que era fundamental à sobrevivência da família.

Uma forma de permitir a permanência e reprodução da força de trabalho – inclusive no nível das gerações, como mostrara Marx – era extraindo o máximo de trabalho da população (e não apenas dos assalariados) pelo menor custo possível para a empresa. De certo modo, o patronato obrigara os assalariados a suprir uma parte de seu sustento – ou seja, o que deveria constituir o próprio salário – às custas de esforços maiores dos interessados e de seus familiares. Poder-se-ia dizer que foi alcançado, nesse sistema, um ápice da produção capitalista. (Ibid.,p. 633).

O terceiro aspecto diz respeito à produção, que era composta dos alimentos básicos: mandioca, milho, batata doce, frutas e a criação de pequenos animais: galinhas, cabras e porcos, mas não lhes era permitido criar gado e nem plantar a cana nos sítios, esta era reservada só para os usineiros. As atividades de cultivo da lavoura branca e lida com os pequenos animais eram, em parte, trabalho das mulheres.

Os relatos dos entrevistados do Engenho Siqueira, como mostraremos adiante no próximo item, quando se referem às “brechas” em que se dava o trabalho de produção de alimentos é deveras ilustrativo desta situação apontada pela autora.

No caso aqui referido, nos interessa entender os modos de produção em que se processou a produção agrícola dos escravos e investigar como as heranças desses modos se assemelham aos modos atuais de produção sustentáveis, a agroecologia, em nossa atualidade e das populações remanescentes dos quilombolas, particularmente a população do Engenho Siqueira.

Outra categoria de análise, trabalhada tanto por Mintz (2003) quanto por Cardoso (2004), é a noção de *protocampesinato*. Este conceito também nos é útil, por tratar-se de uma das categorias elencadas pelo autor na sua classificação das atividades camponesas sob o regime escravista.

O termo se refere a uma classificação citada em Cardoso (2004), de Sidney Mintz em seus estudos sobre as Antilhas. Mintz, classificou as atividades camponesas sob o regime escravista, da seguinte forma: a) Camponeses não-proprietários; b) Camponeses proprietários; c) Atividades camponesas dos quilombos e d) Protocampesinato escravo. Este último e o termo protocampesinato, Mintz *apud* Cardoso, (2004, p. 5) definiu como: “*atividades agrícolas realizadas por escravos nas parcelas e no tempo para trabalhá-las, concedidos no interior das fazendas, e à eventual comercialização dos excedentes obtidos.*”. O próprio Mintz (2003, p.137) vai além e sugere que:

[...] os escravos foram capazes de transformar o que havia começado como uma forma coercitiva, numa outra coisa: quando um escravo vende a parte de sua produção, isso significava uma “brecha radical” no modo de produção escravista. O conceito de modo depende, como no caso do modo capitalista, da separação do trabalhador dos meios de produção.

Sem querer aprofundar as várias acepções sobre a definição de camponês, importante lembrar alguns aspectos marcadores desta categoria de análise, apoiada num conceito sobre campesinato que aparece em Godoi, Menezes e Marin (2009, p. 9), que

diz: “[...] podemos afirmar que o campesinato, como categoria analítica e histórica, é constituída por poliprodutores, integrados ao jogo de forças sociais do mundo contemporâneo”. Isso significa considerar as especificidades e diversidades desta categoria quanto à produção e a relação como os mercados, ao recrutamento da mão de obra familiar, ou seja, ao seu modo de existência internamente à unidade familiar. Cabe, porém lembrar que não se deve considerar somente os aspectos econômicos, é necessária uma visão ampla, considerando o mundo social, cultural e político em que o camponês produz e se reproduz. (Ibid., p. 10-11)

Em outra definição, suplementar, Cardoso (2004, p.56), propõe que a caracterização do camponês está necessariamente ligada a: acesso estável à terra, como proprietário ou algum tipo de usufruto; trabalho familiar, mesmo que alguma época do ano haja contratação de mão de obra externa; produção de subsistência, mas também comercialização de excedentes; autonomia na gestão da propriedade quanto ao que plantar e de que maneira fazer.

Uma perspectiva, que aqui nos interessa, trata da formação de um campesinato no âmbito das formas de uso comum das terras tradicionalmente ocupadas, defendida por Almeida (2008, p.145) em que a “[...] formação de um campesinato, congregando segmentos de trabalhadores rurais que viviam escravizados ou imobilizados naquelas unidades produtivas.” Esta parece ser uma possibilidade factível no âmbito das formas de uso comum das terras tradicionalmente ocupadas, como é o caso dos territórios quilombolas e, particularmente no Engenho Siqueira, já que, em termos de identidade, esta população tende a se denominar muito mais como camponesa-pescadora e negra rural, talvez mais do que como quilombola, como já dito anteriormente. A forma de identificação quilombola é recente e tem pouca permeabilidade junto aos moradores, mesmo reconhecendo a história comum de escravidão em suas narrativas.

Ainda segundo Almeida (2008, p.144-145), o campesinato pós-*plantation* necessariamente não procedeu à divisão da terra em parcelas individuais, como já comprovado nos relatos, muito embora exista o desejo de fazê-lo atualmente, mas ao que parece, não foi uma necessidade nas décadas anteriores. Estas formas de uso comum, permeadas pela garantia da condição de produtor autônomo, já que não existe mais o grande proprietário, “pode conduzir a formas organizativas, segundo os ditames de uma cooperação ampliada e de formas de uso comum da terra e dos recursos hídricos e florestais.” (Ibid., p.145). As formas de relação e as interações produtivas

com o meio ambiente circundante da população remanescente de quilombo do Engenho Siqueira, tanto na atualidade como no passado, são coerentes com as formas de interação das populações que se encontram nas terras tradicionalmente ocupadas.

Brecha camponesa, radical no sistema *plantation* ou apenas uma forma subordinada de uso da terra e da força do trabalho, as áreas onde houve a possibilidade de existência da policultura com o uso dos conhecimentos tradicionais são importantes para o debate das relações sociedade e natureza do ponto de vista da agroecologia. Seja em quilombos, em aldeias indígenas ou em lotes de moradores dentro dos latifúndios, a brecha camponesa possibilitou a transmissão e constituição de relações com plantas, solo e demais elementos naturais de forma relevante para a cultura e a sociedade. Sem esta “brecha”, toda uma gama de saberes e atitudes estariam para sempre perdidas.

Os poucos registros sobre as práticas agrícolas nos quilombos são, portanto, fundamentais para compreender os sistemas produtivos desenvolvidos nas comunidades remanescentes. Podem ajudar sobretudo na compreensão do percurso do aprendizado ao longo dos anos, que não se perdeu mesmo considerando estarem localizadas numa região de monocultura da cana de açúcar.

4.2 A agricultura quilombola: dos primórdios aos dias de hoje

Os quilombos, cuja representação de resistência política contra a escravidão foi retratada em inúmeras obras, com destaque para Clóvis Moura (1994), Décio Freitas (1982), entre muitos outros autores. Entretanto ainda há poucas informações sobre a produção agrícola, seja em livros, em revistas e até mesmo em trabalhos na academia, embora este último tenha produzido certo número de dissertações e teses, porém com foco na região sudeste. Os aspectos ligados à brecha camponesa e protocampesinato negro estudados por Mintz (2003) e Cardoso (2004), tratam dos modos de produção, dos sentidos que este evento promoveu, e menos da produção em si e suas particularidades.

Antes de abordar o tema da produção, faz-se necessário inserir aqui alguns conceitos. Segundo Lopes (1987, apud Leite, 2000, p.36), “*quilombo é um conceito próprio dos africanos bantos que vem sendo modificado através dos séculos*” [...] “*Quer dizer acampamento guerreiro na floresta, sendo entendido ainda em Angola como divisão administrativa.*”

De acordo com Leite (2000, p. 336), o Conselho Ultramarino Português, em 1740, definiu quilombo como “*toda habitação de negros fugidos que passem de cinco,*

em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles.” A autora nos oferece vários conceitos com ênfase na natureza do quilombo, uma reação guerreira a uma situação de opressão.

Há trabalhos com enfoque na produção sobre quilombos do Vale do Ribeira-SP, Bahia, Maranhão, no entanto há pouca produção recente sobre quilombos em Pernambuco, mesmo considerando a experiência histórica de Palmares. Além do que, nos estudos sobre quilombos e produção agrícola há pouca documentação histórica, contando-se com fontes militares e policiais envolvidas em sua destruição.

A historiografia ao longo desses séculos tem se dedicado mais à *plantation* e menos à produção agrícola de alimentos. Esta última, configurada como uma forma de resistência quilombola, já que foram as trocas, os intercâmbios de produtos gerados com a produção e a possibilidade concreta de autonomia e produção de alimentos que permitiu a sobrevivência dos quilombos tipicamente dedicados à produção agrícola, além da sua autonomia política. Prova disso é caso do Quilombo de Palmares, como atesta Freitas:

A povoação constituía uma unidade mais ou menos auto-suficiente de produção e consumo, o que explica a sua autonomia política, a ponto de que no período à invasão holandesa não parece ter havido cooperação entre uma e outra, nem mesmo em matéria de defesa. (FREITAS, 1982, p. 47)

Em seu livro *Geografia da Fome*, Josué de Castro destaca a importância dos cultivos agrícolas de Palmares, inclusive nas guerras: *“Tal era a importância da lavoura dos negros de Palmares que a guerra contra os quilombos se desenvolveu estrategicamente baseada na destruição prévia do seu roçado de subsistência.”* (CASTRO, 2008, p. 116).

Outro aspecto importante em Palmares, que dá força à ideia da importância estratégica da produção agrícola quilombola foi a constatação de que nas comunidades havia claramente uma fartura, o que contrastava com a miséria alimentar das populações do litoral. Esta fartura foi explicada pelo autor por conta de alguns valores comuns nas comunidades quilombolas: abundância de mão de obra, o trabalho cooperativo e a solidariedade social. (FREITAS, 1982, p. 73).

Atestando ainda a abundância da produção agrícola nos quilombos, não só para a alimentação das comunidades quilombolas, mas para a população no entorno, observamos a categorização de Maestri e Fabiani (2008, p. 64), quando se referem ao quilombo horticultor:

Por quilombo horticultor compreendemos a comunidade formada por trabalhadores escravizados fugidos aos quais, eventualmente, se associavam nativos, libertos, homens livres, etc., sustentada por produção horticultora associada à caça, à pesca, à coleta, à rapina, etc.

Além da necessária pluriatividade explícita nesta definição, combinação de atividades de caça e coleta com atividades de produção agrícola, há também a constatação de que a horta a que se referem os autores é a combinação de culturas de ciclo curto, tubérculos, e outros – uma policultura, portanto – em detrimento de culturas permanentes, de ciclo longo, além do volume e especialização da produção. Daí a identificação de mandioca e milho, os produtos mais plantados nos chamados quilombos horticultores. Isso fica claro a seguir, quando da retomada das questões histórias da horticultura quilombola, aqui denominada horticultura histórica:

A horticultura histórica caracterizava-se pela plantação em hortas familiares heterogêneas de gêneros vegetais diversos, com ferramentas muito simples, com destaque inicial para o bastão de plantar e o machado de pedra polida. (Ibid., p. 67).

Ainda sobre as origens históricas, um aspecto fundamental quanto à importância da produção agrícola quilombola, é entender as origens dessas práticas. Esta linha de tempo da transmissão do conhecimento nos será útil mais adiante. Assim, Maestri e Fabiani (2008), continuam a caracterização desta horticultura, destacando outros aspectos: seu caráter itinerante; as práticas privilegiavam no seu manejo a fertilidade dos solos; gêneros vegetais de ciclo curto, habitualmente tubérculos. Por outro lado, desconheciam a irrigação; a adubação intensiva; a melhoria artificial da produtividade dos terrenos; não utilizavam tarefas pesadas de preparação dos terrenos, plantação, cuidados, transporte, armazenamento dos produtos – características da agricultura intensiva. (MAESTRI E FABIANI, 2008. p, 68).

Dessa forma, os autores estabelecendo uma distinção entre a horticultura e a agricultura, esta de caráter mais complexo, com o uso de instrumental um pouco mais trabalhado como o arado e a tração animal, cogitam que a horticultura quilombola teria suas origens nas práticas similares das populações tupi-guaranis e negro-africanas. Os tupi-guaranis, antes da chegada dos colonizadores europeus, já praticavam aqui a horticultura, a pesca, a caça e a coleta.

Utilizavam instrumentos simples, a energia humana e o fogo. A horticultura era geralmente praticada pelas mulheres e pelos filhos e filhas. Já produziam milho, batata doce, feijão e, sobretudo, a mandioca, excelente fonte de energia, pela sua riqueza

em amido. Cabe ainda lembrar que Senna (1946, apud CASTRO, 2008, p.112-114) destaca que a contribuição do índio reside no conhecimento da matéria prima para as refeições, listando um grande número de tubérculos, entre eles, aipim (macaxeira), batatinha, cará, mandioca e ainda: taioba, jerimum, mel de jataí, da mobuca e da urucu, banana pacova (ou pacovan); uma grande variedade de peixes: piaba, tainha, traíra, tucunaré, surubim, garoupa e bijupirá; as frutas, abacate, abacaxi, araçá, macaúba, tucum, mangaba, manga, pitomba, e muitas outras. Uma grande variedade de comidas, como pirão de farinha de mandioca, pipoca de milho, paçoca de carne, beijos de farinha de mandioca, entre outros e ainda as muitas bebidas fabricadas a partir das frutas.

O importante neste resgate histórico é menos a sua distinção entre “horticultura” e “agricultura” e mais a identificação da contribuição da experiência das populações tradicionais, no caso os índios tupis guaranis e os negros quilombolas no que podemos denominar de produção agrícola nos quilombos.

Retomando as questões diferenciais de abundância e diversidade, vale destacar um aspecto histórico no Engenho Siqueira que atesta em uma época passada, o que podemos chamar, similar ao que ocorreu nos quilombos, uma “abundância” da produção agrícola. Vários relatos dos entrevistados, lembram que há mais ou menos vinte anos atrás havia 12 casas de farinha em pleno funcionamento e ainda que o Engenho Siqueira abasteceu outros municípios com farinha. No relato de Moacir a seguir há também outras informações relativas a projetos governamentais que foram executados na comunidade:

No Governo de Arraes, o Engenho Siqueira produziu muita farinha, havia uma fome muito grande. As casas de farinha trabalhavam direto. Tinha 12 casas de farinha na comunidade. Tinha todo estilo de farinha. Abastecia Barreiros, Sirinhaém, Tamandaré, Rio Formoso e ainda tinha atravessadores. Foi 1982-1984. Foi quando chegaram os projetos Boi na Corda. Ainda hoje tia Dora tem uma herança desse projeto, uma vaca. Depois veio projeto da Banana Pacovã, veio adubo de cachaça da usina, veio calcário; depois veio projeto de embarcações, de rede, de pesca, entre outros.

Vale, no entanto destacar alguns aspectos que relativizam as afirmações, não só da abundância em Siqueira, mas também da fartura nos quilombos. Primeiramente como lembra Castro (2008), a região da Zona da Mata, inserida no que o autor chamou de Nordeste Açucareiro, conviveu com o “*contraste marcante entre as aparentes possibilidades geográficas e a extrema exiguidade de recursos alimentares*”, em detrimento de uma “*Zona de solo rico e profundo e com uma relativa abundância*

de chuvas, era primitivamente recoberta por um revestimento de floresta do tipo tropical...” (CASTRO, 2008, p. 96). Paisagem esta aos poucos substituída pela monocultura da cana de açúcar, como já mencionado no Capítulo 2, que com o estabelecimento dos Engenhos Centrais, precursores das grandes usinas atuais, promoveu a absorção das terras pelo latifúndio, aumentando a *miséria alimentar na região*. (Ibid., p. 103, grifo nosso). Porquanto o autor denominar esta fome de endêmica, pois: *“a maior parte das endemias reinantes no Nordeste que ceifam o grosso de vida de suas populações tem na fome um fator etiológico de alta significação.”* (Ibid., p. 150).

Se nos quilombos havia uma fartura, ela contrastava sobremaneira com a miséria da circundante monocultura da cana de açúcar. Se no Engenho Siqueira havia abundância de farinha e outros produtos, contrastava com a situação do proletário da cana de açúcar nos engenhos e usinas (morada), morrendo de fome “qualitativa e quantitativa” (Ibid. p. 110). Convém lembrar que mesmo a fartura da produção da mandioca é insuficiente para garantir uma alimentação rica em nutrientes.

De qualquer modo, Castro (2008), ao falar das influências das populações tradicionais na produção de alimentos, destaca a importância dos hábitos alimentares e de cultivo, pesca e caça dos índios e dá destaque especial à influência dos negros:

Outra influência favorável – a mais expressiva e valorizada dos hábitos alimentares desta região – foi, sem nenhuma dúvida, a do negro. A do escravo negro importado da África, em cuja área natural tinha obtido, pelo cultivo de variadas plantas, um regime alimentar dos mais saudáveis. (Ibid. p. 114)

Mais adiante, no próximo item, detalharemos as especificidades e diversidade dos cultivos e também dos produtos da pesca e coleta, que podem ilustrar essa assertiva de Castro para o Engenho Siqueira.

A diversificação de culturas nos quilombos chamava a atenção: além da mandioca e do milho, abóbora, algodão, amendoim, ananás, arroz, banana, cará, fava, feijão, fumo, macaxeira, melancia, batata-doce, cana-de-açúcar, etc. Tal diversidade e volume certamente propiciavam a produção de excedentes que não só contribuíram para *“a alimentação da população quilombola do mundo escravista acossada pela falta e carestia de gêneros de subsistência, nascidas da orientação monocultora e exportadora da sociedade colonial e imperial”*. (MAESTRI e FABIANI, 2008, p. 64). Mas também para a realização de trocas na região do entorno, por produtos de sua necessidade, como atesta Freitas (1982, p.73), quando se refere aos *“[...] palmarinos que desciam a Porto*

Calvo, Serinhaém, Ipojuca, Una e Alagoas com o milho, o fumo, a cana, o açúcar, as batatas, o azeite e artefatos manuais para trocá-los por armas, munições e sal.”

Note-se que no período citado (séculos XVI-XIX) por Maestri e Fabiani (2008), já havia uma identificação ou diferenciação entre a diversidade, produtora de alimentos da agricultura quilombola, face à plantação monocultora e de caráter exportador da cana de açúcar.

Os quase cinco milhões de africanos aqui desembarcados eram originados de várias regiões da África com uma riqueza histórica, cultural, linguística, étnica, e também um conhecimento muito rico relativo às práticas produtivas. Necessário chamar a atenção que, a despeito da enorme diversidade das populações expatriadas, prevalecia uma unidade da agricultura “africana tradicional”. Daí é possível vislumbrar, senão inferir, que há *“possíveis heranças e problemas legados pela tradição horticoltora africana quando da formação das comunidades quilombolas, constituídas fortemente pelos africanos, até o fim do tráfico transatlântico, em 1850.”* (MAESTRI E FABIANI, 2008, p.70)

Segundo relatos de Seu Luizinho, um dos moradores mais antigos da comunidade, a tradição e seu conhecimento sobre as ervas medicinais é uma herança das suas tias, com quem aprendeu a fabricar inclusive os remédios a partir das ervas. Os relatos das mulheres presentes no Capítulo 2 sobre a tradição culinária do Funji, aprendida com as mães e avós, se somam a este relato, assim como outros que serão tratados no item 4.5 mais adiante dedicado às origens do conhecimento tradicional quanto às práticas agrícolas.

Dessa forma, é possível afirmar que as comunidades quilombolas são portadoras de uma história que, entre outros aspectos, guardam uma memória onde se destacam não só os aspectos da resistência contra os senhores de engenho, milícias armadas, lutas pelo território, mas também de formas de lidar com a terra. É a “tradição horticoltora”, ou produção agrícola nos quilombos, anunciada pelos citados autores acima, cujo legado se mantém sob formas, manejo e práticas nas atuais comunidades remanescentes, reconhecidas ou não, com preocupações e focos nas atuais questões ambientais, como por exemplo, e de preservação de sementes crioulas.

Vale destacar que já existem iniciativas de preservação dessa memória, via o fortalecimento das sementes crioulas de comunidades remanescentes de quilombo no estado de Pernambuco. Comunidades remanescentes no Sertão do São Francisco (comunidade de Jatobá II), no município de Cabrobó (comunidade de Feijão), no Sertão

Central, no município de Mirandiba e outras comunidades no município de Salgueiro (Comunidades de Contendas, Conceição das Crioulas e Santana), estão realizando em parceria com a EMBRAPA, o Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF), a Secretaria de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR), do Governo Federal, com apoio da Agência Canadense para Desenvolvimento Internacional (CIDA) o *Projeto Semente Crioula*. O projeto consiste em pesquisa das espécies crioulas, formação de Bancos de Sementes e subsequente processo de produção a partir das sementes selecionadas.

Além da formação dos bancos de sementes, o Projeto também tem oportunizado a possibilidade de resgatar alguns itens da culinária das comunidades quilombolas do semiárido, por exemplo: buchada de galinha, farinha de milho²⁵. O que dá uma dimensão de como a culinária, a exemplo do Funji em Siqueira, é aspecto de identidade dessas comunidades remanescentes.

Outro aspecto que merece aqui ser tratado, face à dupla inserção produtiva (agrícola e pesqueira) dos moradores do Engenho Siqueira é a *pluriatividade* a partir de uma combinação de atividades agrícolas, (sobretudo o plantio de banana, coco, macaxeira, mandioca, abacaxi, manga e mamão, plantas medicinais, criação de abelhas, entre outras) com atividades pesqueiras (coleta de sururu, aratu, mariscos e pesca de espécies nativas, e também criação de tilápias em cativeiro). A combinação e prioridade de dedicação a uma atividade ou outra é dada pelo regime das marés e estações do ano. Além dessas atividades de manejo dos recursos naturais, que ocupam a maior parte da população da comunidade, alguns moradores têm a complementação da renda a partir de uma combinação destas com outras atividades, como empregos ou contratos com a prefeitura local e ainda aposentadoria.

Embora esta seja uma afirmação a partir dos 14 entrevistados, o fenômeno da pluriatividade é muito comum no meio rural, particularmente na agricultura familiar e na região estudada. A pluriatividade, como a define Schneider, (2003, p.112), é uma característica da Agricultura Familiar e se tornou uma das estratégias de sobrevivência deste segmento, entendendo-a como:

[...] um fenômeno através do qual, membros das famílias que habitam no meio rural, optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente pelo exercício de atividades não agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva com a agricultura e a vida no espaço rural.

²⁵ Diário de Pernambuco, Caderno Vida Urbana. *Cardápio dos quilombolas livre de agrotóxicos*. 19 de setembro de 2010, p. 11.

Há ainda na comunidade outras formas de atividades econômicas que podem ser classificadas como agrícolas, mas que se diferenciam um pouco das ocupações da maioria dos entrevistados e, ao que parece, do restante da comunidade. É o caso da sementeira de plantas ornamentais, que é gerenciada por uma família residente. Fausto cuja família mora na comunidade desde 1962, tendo adquirido uma das granjas com área de 17 ha, trabalha na sementeira há pelo menos um ano e meio. Fausto trabalhou durante 22 anos para o dono das terras da Praia da Pedra, sendo agora espécie de gerente da sementeira que pertence ao seu sobrinho. A área que ocupa a instalação é de mais ou menos 1 ha. Segundo Fausto, este local onde está localizada a sementeira, a Demanda, tem uma área de 30 ha onde moram 6 famílias, mas com uma população de quase 100 pessoas.

A sementeira é uma atividade diferenciada das outras atividades agrícolas e pesqueiras da comunidade. (Ver foto nº 12). São cultivadas plantas ornamentais e algumas frutíferas. A comercialização é realizada em Recife, sendo a maior parte da produção das mudas feita ali em Siqueira. Fausto relata que, com ele, trabalham mais três pessoas da própria comunidade e que existe uma variedade de 20 espécies de plantas entre ornamentais e fruteiras. No manejo da sementeira são usados agrotóxicos para as pragas e doenças e adubação química. *“Deu praga, a gente vem pulveriza. Tá faltando adubo, porque tá amarelado, a gente vai dá adubada. É assim.”*

Foto nº12 - Sementeira em Siqueira



Fonte: Pesquisa de campo, novembro/2010, acervo da autora

Dos 14 entrevistados, este foi o único relato que se diferenciou quanto ao objetivo e ao manejo. A produção se dá em escala comercial, diferenciando-se dos processos de comercialização em pequena escala que praticam os outros entrevistados trabalhadores da agricultura e pescadores. A utilização de insumos químicos externos (adubação com fertilizantes químicos e a utilização de agrotóxicos) também é exceção frente às técnicas tradicionais de adubação com esterco e uso de composto doméstico relatadas pelos outros entrevistados. Muito embora esta atividade possa se constituir um problema, face às práticas desenvolvidas pelos outros camponeses da comunidade, não foi percebido, no entanto, nenhum tipo de conflito em função das diferenciações apontadas. A sementeira parece fazer parte da paisagem da comunidade, possivelmente dado o caráter do empreendimento em escala comercial de produção de mudas e não ter como fim a produção de alimentos.

4.3 O estado da arte da produção atual: Reinventando os espaços da produção agrícola

Segundo relatos dos entrevistados, o dono do Engenho Amaragi e de Siqueira, “cedeu” a área onde hoje é o Engenho Siqueira e permitia que os trabalhadores plantassem culturas alimentares, como milho, feijão, mandioca, macaxeira, batata, entre outros. Porém o tempo livre para essas atividades, na prática não existia, ou existia para uns e não para outros, como no relato de Seu Nelson, no início deste capítulo. Era nas “brechas” de tempo e de espaço que se dava a produção de culturas alimentares e as atividades de cata de mariscos, caranguejos, siris, guaiamum e a pesca nas marés.

Esta situação revela que estes trabalhadores, viviam na condição de moradores, – aqueles que trabalham na palha da cana e plantam culturas alimentares nos interstícios permitidos pelo patrão – ou, analogamente, à “brecha camponesa”, em tempos da escravidão. (CARDOSO, 1979).

A experiência da morada foi registrada de forma rica e minuciosa por Dabat (2007, p.74). Segundo a autora, no que diz respeito à brecha camponesa, *“A ‘morada’, sua herdeira direta, articulava o trabalho assalariado na monocultura canavieira com a produção de alimentos em terra cedida.”* Fatos que podem ser constatados em Siqueira, a partir dos relatos.

Seu Dema, 55 anos, que trabalhou desde muito cedo na cana, na reinvenção do seu espaço de produção agrícola, relata que quando trabalhava na cana também trabalhava no Engenho Siqueira na sua “brecha” produtiva e camponesa, mas o tempo era pouco.

Plantava, minha fia, mai não trabaiaava feito agora. Porque não dava. Ou bem trabaiaá de ganho (por diária), ou bem trabaiaava pra se mantê (na sua roça). Agora tem muita lavoura. Tem essa malhada aí, tem essa aí, tem bananeira aqui, tem lá dentro, tem macaxeira lá dentro. (Parênteses nossos)

Este relato de Seu Dema aponta para um tema fundamental para este trabalho. Ele expressa o aumento da área de produção, dos produtos, das culturas, um aumento, portanto, da “brecha camponesa”. Como veremos abaixo, ele expressa a relação da comunidade com o território e o sentido de pertencimento, assim como de apropriação coletiva do Engenho Siqueira.

Toda vida foi da gente. Mas era um tipo de coisa que a gente não levantava a cabeça, né? Não sabia onde, como é que o tempo da vida, né? de vivê. Pensava que o mundo lá fora é melhor, mas aqui é melhor prá gente, porque é da gente. Não tratava nem nada, agora hoje em dia

não, agora é banana prá levá pra rua. Tem banana, tem manga prá vendê.[...] Hoje em dia, na graça de Jesus, sou um homem rico, na graça de Jesus. (Ver foto nº 13)

É patente, na avaliação de Seu Dema, a identificação da melhoria das condições de vida a partir da apropriação – não necessariamente da terra, mas dos resultados do trabalho agrícola – e da possibilidade da comercialização dos produtos. A percepção de ser “um homem rico” dá a exata dimensão de como ele identifica as diferenças entre o trabalho na cana e o trabalho na sua roça, na sua brecha camponesa expandida.

Foto nº 13: Seu Dema e os pés de macaxeira com apenas 4 meses de plantada



Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro/2011, acervo da autora

Outro entrevistado, Ramiro, 44 anos, filho de D. Dora, também destaca um aspecto importante não tratado até então, que diz respeito à segurança alimentar, de uma forma simples e curta: *“É que eu trabalho; na hora que eu preciso de uma macaxeira, eu tenho, de uma banana, eu tenho, de um coco, eu tenho”*. Ramiro ao se referir aos produtos alimentícios de sua área de plantio, estabelece uma diferença fundamental entre a monocultura da cana de açúcar e os plantios diversificados e alimentares da agricultura familiar e camponesa: o acesso direto aos alimentos pelos trabalhadores e,

com isso, a possibilidade concreta de melhoria e aumento da segurança alimentar nutricional.

Como veremos a seguir, não só da agricultura vivem os moradores de Siqueira. Há no estuário que perpassa toda a comunidade grandes possibilidades de alimentos e de complementação da renda com a sua comercialização.

4.4 Os “Negros de Siqueira”: camponeses-pescadores e suas possibilidades de interação com a agroecologia

A tradição de cultivo das famílias ao chegarem em Siqueira pode ser bem expressa na fala da D. Dora: “[...]que esse pessoal era tudo de plantação, tudo veio de roça, batata, macaxeira, milho, feijão, plantava tudo”. Este “plantar tudo” a que se refere D. Dora muito provavelmente tem a ver com o cultivo de culturas alimentícias que pudessem suprir ao máximo as necessidades de alimentos das famílias ali instaladas.

Ela também destaca que antigamente havia mais plantio dessas culturas e da pujança do Engenho Siqueira, já citada no item 4.2.: *“Há muito tempo atrás ali era mandioca, batata, cará, inhame, macaxeira, onde atualmente é a sementeira. No tempo do velho Valdênio. Toda semana levava 4 sacos de mandioca para Sirinhaém. Saía caminhão daqui, também com banana comprida”*.

Seu Dema, que trabalha na agricultura *“Derna que eu me entendi de gente. Com doze ano, comecei a plantá”*, é um agricultor que demonstra satisfação com as suas plantações de macaxeira, banana, batata, inhame, manga, e com o cultivo em tanques de tilápias. (Ver foto nº14) Antes trabalhou em 3 ou 4 engenhos no corte da cana: Engenho Amaragi e Engenho Novo, em Rio Formoso; Engenho Pontal em Sirinhaém e um outro Engenho que não lembra o nome, localizado em Gameleira. Foram mais de 6 anos cortando cana, o que é um tempo relativamente curto, em se comparando com os canavieiros da região, que não têm acesso à terra.

Foto nº 14 - Tanque de criação de tilápias de Seu Dema, em meio às fruteiras e pés de macaxeira



Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro/2011, acervo da autora

O que chama a atenção, no entanto, não só caso de Seu Dema, mas de todos os agricultores entrevistados é que, a despeito da experiência de trabalho na cultura da cana de açúcar, onde se usa sistematicamente fertilizantes químicos e agrotóxicos, a maioria dos entrevistados, afirma que nunca usou qualquer tipo de agrotóxicos. Seu Dema sequer usa adubo orgânico, *“eu junto o lixeiro aí, ó, quando tá naquele buraco, quando tá muito aí, eu boto fogo, e acendo e espalho pelo pé das lavora. É.”*. Perguntado se já usou adubo químico alguma vez ele diz que nunca usou e que se usar, *“Aí o bicho se acostuma com o adubo. E fica um negócio doentio. Aqui tudo são sadio, ó.”*

Seu Dedo, assim descreve o modo como planta: *“A gente planta.... assim.... eu peguei estrumo aí na Pedra (Praia da Pedra), aí machuco ele, daqui a pouco eu vou plantá, botá na semente do cará para botá uns mato em cima e deixá lá.”*

Seu Nelson, tio de Seu Dema, segue a mesma prática: *“Não, a gente nunca botô, não. Nada! Plantava assim mermo. Plantava assim e só dava da boa. A gente nunca comprô veneno pra botá em lavoura minha nenhuma. Eu não compro, não.”*

Todos três moram e plantam no aglomerado da Demanda e pertencem à mesma família os “Ferreira de Paula”, já mencionados acima, como sendo os que se diferenciam do restante da população do Engenho Siqueira e, ao que indicam as entrevistas, guardam mais fortemente a tradição quilombola–camponês já descrita por Almeida (2008) anteriormente.

A diversidade de cultivos, no entanto, ainda não é alta, embora não se limite ao cultivo de culturas alimentares, existindo processos diferenciados de comercialização em curso, aspecto que será tratado mais adiante. Seu Nelson, quando se refere ao que plantava com seu pai, relata: *“Macaxeira, batata, inhame, tudo nós plantava. Feijão.... de tudo um poquinho nós plantava.”* Seu Dedo e D. Amarina, também descrevem a diversidade dos seus plantios: *Cará, macaxeira, banana...Abacate. Tem uma hortazinha que planta uns coentrozinho[...].*

Seu Luizinho é um dos poucos que, além das atividades de plantio, cria juntamente com um dos filhos, abelhas italianas. Segundo o relato de ambos, em parceria com agricultores do Engenho Amaragi.

Mesmo com a redução da quantidade de casas de Farinha na comunidade, nos últimos sete anos – de 12 para apenas 1 – a tradição do cultivo de macaxeira e mandioca se mantém, aliada a outras culturas. Perguntado sobre o que faz com que hoje só exista uma única casa de Farinha, Seu Luizinho diz:

Foi o fracasso dos preços da farinha e a terra também, fraca. Uma conta quadrada, uma conta de terra prá se trabalhar nela, fica cem braças. Um quadro desse, dá 900 sachos, um sacho é um quadro prá gente botar a maniva. Um sacho desse dá um pé de maniva, a gente regula por 1 kg, é R\$ 1,00, são novecentos reais. Se vender nesse total. Agora, ali veio a roçagem do mato, veio a limpeza, escavação da terra, veio a primeira limpa, a segunda limpa, a terceira limpa. E o trabalho de arrancar. Vá somando, se não tiver um preço bom, fica pela metade do valor.

Pode-se inferir que a diminuição da quantidade de casas de farinha na comunidade, embora seja uma estrutura ligada ao cultivo tradicional da mandioca e fabrico de seus derivados, está ligada a pelo menos três problemas de sobrevivência de uma atividade produtiva rural: diminuição das condições de fertilidade do solo por várias causas, inclusive a degradação ambiental; a relação custo/benefício na atividade de comercialização e, especificamente, quanto ao fabrico da farinha e; a influência da produção de farinha industrial e demais produtos industrializados. Pode-se sugerir que a lógica do mercado, concorrência com produto mais industrializado e as consequências de não ter havido sistematicamente um cuidado no sentido de reverter o quadro da

fertilidade do solo, são motivos fortes e suficientes para a busca de alternativas produtivas.

Ramiro se considera mais agricultor que pescador, e quando fala modestamente do que planta diz: *“Olha, na agricultura, eu... é roça, é abacaxi, é pé de bananeira, pé de coqueiro.”* Um verdadeiro quintal produtivo, já que suas plantações estão num espaço contínuo de quintal-jardim. (ver foto nº 15). Como a maioria dos moradores de Siqueira, Ramiro trabalhou no corte da cana também. Perguntado sobre as diferenças entre um trabalho e outro, responde: *“Rapaz, o horário daqui é muito diferente. Pega a hora que quê, larga a hora que quê. Pode pegá até de quatro hora, ou quebrando, pode pegá, prá largá mai cedo”.*

Foto nº 15 – Quintal produtivo de Ramiro



Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro/2011, acervo da autora

Diferente da lógica quase proletária da cana de açúcar, este comentário de Ramiro revela a dimensão da liberdade do trabalho camponês em terra própria, em detrimento do trabalho assalariado. O trabalho para si, entre outras coisas, proporciona uma liberdade quanto aos horários, muito embora seja típico e característico que seu início seja cedo, até de madrugada, mas não tem a marca da subserviência e da precariedade do trabalho na cana, com o cabo junto medindo com uma braça o que já foi cortado, com a dependência do barracão, trabalhando aos domingos, às vezes e ganhando muito pouco.

Seu Nelson se lembra do horário ingrato de acordar para ir para o corte da cana: *“A minha mãe acordava de duas hora. Duas hora. Quando era três hora ela chamava a gente, tomava café, saía daqui de três e meia pá quatro hora. Quando a gente chegava aqui era essas hora assim, mais tarde. Era duas hora.”*

D. Antônia, 79 anos, relata o trabalho na roça quando era jovem. Perguntada se trabalhava, responde:

Muito, mia fia. Plantava batata, roça, era o que eu fazia.(...) Batata, roça, milho e feijão, se planta muito, não é? (...) Gostava, às vez ia a pulso, né? Era nova. Fazia farinha. Na casa de farinha, eu cevava, puxava mandioca, secava farinha. Aqui mermo tinha uma casa de farinha. Eu vinha pra cá mai meu irmão, fazia farinha mai os menino daqui. Era assim. Trabalhei muito nesse mundo, minha fia. Hoje em dia já não posso fazê mais nada.

O importante neste relato acima de D. Antônia, é a sua inserção no trabalho, a diversidade de culturas alimentícias, as atividades desenvolvidas na casa de farinha e o fato de ser uma jovem mulher envolvida em tantas e diversas atividades e menos a pouca vontade para o trabalho, certamente justificável pela sua juventude à época.

Além das atividades de cultivo e de beneficiamento da mandioca, nas casas de farinha, o Engenho Siqueira, cercado pelo mangue, local de pesca e coleta, tem suas atividades produtivas inseridas no estuário da região litorânea da qual faz parte Rio Formoso. Para esta população, o mangue é local da pesca e da coleta, fazendo parte de sua vida desde muito cedo, como atestam alguns relatos dos entrevistados.

O mangue é também espaço de aprendizagem, fonte de proteínas para a alimentação, mas também possibilidade de ganhos monetários, principalmente com a venda do aratu “quebrado”, do sururu e do marisco. Mas não sem grande esforço.

Segundo relatos, para se tirar um quilo de “carne” de aratu, precisa-se coletar 100 a 120 unidades, a depender do tamanho.

A relação com o mangue, que para alguns “chega na porta”, se dá precocemente. A maioria dos entrevistados, principalmente as mulheres, nasceu catando marisco no mangue. Cristiane que hoje tem 41 anos e é a filha mais velha de Seu João Correia e D. Alice, resumiu o início de sua experiência no mangue, com a seguinte frase: *“Acho que desde que eu comecei a andar”*.

Os homens e mulheres entrevistados, perguntados sobre qual a atividade produtiva tem mais importância e envolvimento dos moradores, todos afirmam que ambas são importantes: a pesca e coleta no mangue e a agricultura. Configura-se portanto, um modo de vida híbrido: agricultores-pescadores. Em outras partes do país (Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná), chama-se este tipo de “caiçara”. (DIEGUES, 2001, p. 140). Moacir entende que há uma certa divisão de trabalho entre homens e mulheres e assim descreve-a:

Veja bem, os que trabalham na agricultura, os homens vão pro roçado e as mulheres vão pro mangue, um planta e o outro, colhe. Um vai pro roçado e o outro vai prá maré. O mercado deles é aqui.(...) Ali, pesca o aratu, trás tudo, se achar um siri ele trás, se achar uma ostra, trás. Trás o marisco, trás o perdigão, trás o aratu. Então o que for de vender, eles vendem, o que for de comer, eles comem. Ali divide uma parte prá comer, uma parte pro consumo da casa e a venda.

Note-se neste relato, que aparentemente também há certa divisão quanto ao destino da coleta e pesca. Conforme observação, conversas informais e outras entrevistas realizadas na pesquisa de campo, pode-se constatar esta afirmação do entrevistado. Os produtos oriundos da atividade são para a comercialização, normalmente realizada em Rio Formoso, mas o que é importante destacar aqui é o fato de uma parte ser destinada ao consumo, o que pode significar pelo menos duas coisas: o enriquecimento nutricional da dieta, com a rica fonte de proteína animal desses produtos, mas também a possibilidade oferecida pelo estuário face à falta de outras opções, diminuindo os custos com a compra de produtos ricos em proteínas de origem animal como carne, frango, etc.

Seu Luizinho diz que a comunidade se envolve igualmente nas atividades de pesca e coleta como nas atividades da agricultura e que tanto homens, como mulheres e crianças vão para o mangue, é espaço democrático, portanto: *“É quase igual, porque aqui a gente planta na agricultura e a pesca direto. É quase igual. É mulé, é menino, é de dia, é de noite, senão, não tinha esses nego todo”*.

Este relato indica a democratização do espaço do mangue, mas também que existe uma necessidade, o que leva a um trabalho incessante, de alguma forma dependente da produtividade do ecossistema.

Todas as mulheres mais velhas entrevistadas relatam a importância que teve o mangue para a criação dos filhos e sustento da casa. D Alzira, 83 anos, se separou do marido e criou 14 filhos com o trabalho no mangue: *“Eu já trabalhei muito. Eu criei 14 fio. Na maré. Na maré, tirando coisa pra vendê. Aratu, siri, sururu, tudo isso, pegando essas coisa e vendendo na feira.”*

D. Dora, 68 anos, relata que trabalhou no roçado também, mas conta em detalhes o trabalho no mangue criando 18 filhos e enfrentando as dificuldades:

Eu trabalhava em roçado, trabalhava nas maré, pescando, tirando sururu, pegando aratu[...]. Vim descansar agora porque perdi a força das pernas, não tenho força mais prá andar no mangue(...) Eu fico com inveja quando vejo as pessoas indo trabalhar. As menina vão pro mangue, eu fico aqui na porta sentada, eu gosto muito de trabalhar... Sou mãe de 19 filhos. Foi 18 de tempo e um aborto. 9 mulher e 10 homem. Morreu 4 homem, ficou 6 homem e 9 mulher. Cada uma nega bruta... Eu ia prá maré, quando eu chegava da maré, meio dia, ia cozinhar (...) prá comer também, eu ia pescar bem cedo prá vender, de tarde ia pegar peixe no caná, ia pegar camarão em Amaraji de gereré, prá comer mais os meninos, quando eu chegava em casa tava tudo dormindo.

Dona Amara, diz que pescava *“Siri, de gereré. Botava o gereré n’água com isca, aí o siri vinha e pegava. Puxava aratu de linha, levava uma lata, me atrepava num gaitero, uma linha. Aí botava a linha assim, os aratu pegava, eu, vô! dentro da lata”*. D. Amara, 82 anos e D. Antônia, 79 anos, ambas não trabalham mais nem no mangue nem no roçado devido à idade, mas também às doenças que limitam o exercício dessas atividades produtivas, de modo geral, cansativas.

D. Alice faz um relato muito parecido com o das outras mulheres, perguntada sobre o que catava no mangue, responde:

Marisco, sururu, ostra, tirava guiamum também pá vendê, tudo isso, só nunca fô tirá caranguejo, procurava siri. Procurava assim, procurava siri, também, procurava siri com isso aqui, óia, por dentro do mangue. Ai quando via ele, tinha vez que ele tava deitadinho na lama, ai só era puxa aqui, pegá e encangá. E tinha vei que ele tava dentro do buraco, aí ia pocurando um jeito, tinha vei que num dava pá puxa com a bicheira, eu botava a mão, pegava direitinho, pegando assim do lado, no lemo dele, aí ele num morde, aí puxava pelo lemo e encangava. Peguei muito siri nesses mangue aí. Pescava de noite mai as menina, de redinha, arrastando pá pegá camarão, pegava bolsa de café petinho cheinha de camarão Vila Franca.

O trabalho no mangue, assim descrito por essas mulheres e homens, parece fazer parte da vida de forma muito intensa. O trabalho é, de forma geral, descrito como prazeroso e contado sempre com detalhes. Aparentemente, parece dar mais prazer do que a inserção em outros espaços produtivos, pelo menos para alguns, principalmente para as mulheres, embora algumas tenham criado filhos graças ao trabalho na maré, relatados que com muito sacrifício.

Como já anunciado em vários relatos, há uma divisão dos produtos pesqueiros e agrícolas em que uma parte vai para o consumo e outra vai para a comercialização. A comercialização é ao mesmo tempo a inserção dos camponeses-pescadores no mercado, transformação de produtos em mercadoria e aferição de renda, mas também é, desde as primeiras gerações, inserção na dinâmica socioeconômica da região, mesmo que numa perspectiva da pequena escala camponesa. Para muitas mulheres, foi devido à venda dos produtos do mangue, que elas conseguiram criar seus filhos.

Os relatos sempre falam da dureza e da dificuldade de realizar o processo de comercialização, dadas às condições da época de transporte e das estradas. Para as mulheres mais velhas, a venda sempre era feita para os locais distantes. D. Dora relata: *“Barreiros, Cucaú e Sirinhaém que vendia, nessa época não tinha feira em Tamandaré, era deserto. [...] No tempo do velho Valdênio. Toda semana levava 4 sacos de mandioca para Sirinhaém. Saía caminhão daqui, também com banana comprida”*.

Já para Seu Dema e Cristiane, pertencentes a uma segunda geração, atualmente existem duas feiras em Rio Formoso, a feira convencional nos sábados e a Feira Agroecológica que funciona às quartas feiras. Ramiro relata que toda vida vendeu seus produtos e que tem vantagens porque *“eu faço ou pouco ou muito, é meu”*. E comercializa de tudo o que produz, um pouco: *“Olhe, eu levo uma banana, levo; levo macaxeira, tem pouco, eu levo; faz um pouquinho, eu levo um pouquinho.[...]como o abacaxi, a macaxeira, a mandioca, levo prá feira. Eu mesmo vou levar.”*

Cristiane vende na Feira Agroecológica da agricultura familiar, às quartas feiras os produtos que ela e os pais produzem: *“Antes era na de sábado, mas agora eu saí da de sábado e fico só na de quarta, que é aquela da agricultura familiar, só dia de quarta-feira*. D. Alice, mãe de Cristiane, tem lembranças das dificuldades de criar 9 filhos:

[...] depoi que eu me casei, trabaei demai, viu? depoi ... 9 fio, não é brincadeira, não. Eu ia pro mangue pegá negócio no mangue pá ir

vendê em Cucaú. [...] Quando era dia de... a feira era domingo nesse tempo. Dia de sexta-feira feira e sábado eu já tava conduzindo os carros de mão de coco prá guardá na rua, prá quando fô sábado já tá tudo na rua. Aí, quando era três hora da manhã eu saía mai ela (a filha) por aqui a pé. Chegava lá, carregava as coisa pro ponto, pegava tudo botava em cima do caminhão, deixava, sentava eu e ela em cima do caminhão e ia pá Cucaú, negociá.

Seu João Correia, pai de Cristiane, comercializava os produtos do manguê, que lhe permitiu renda e a sobrevivência:

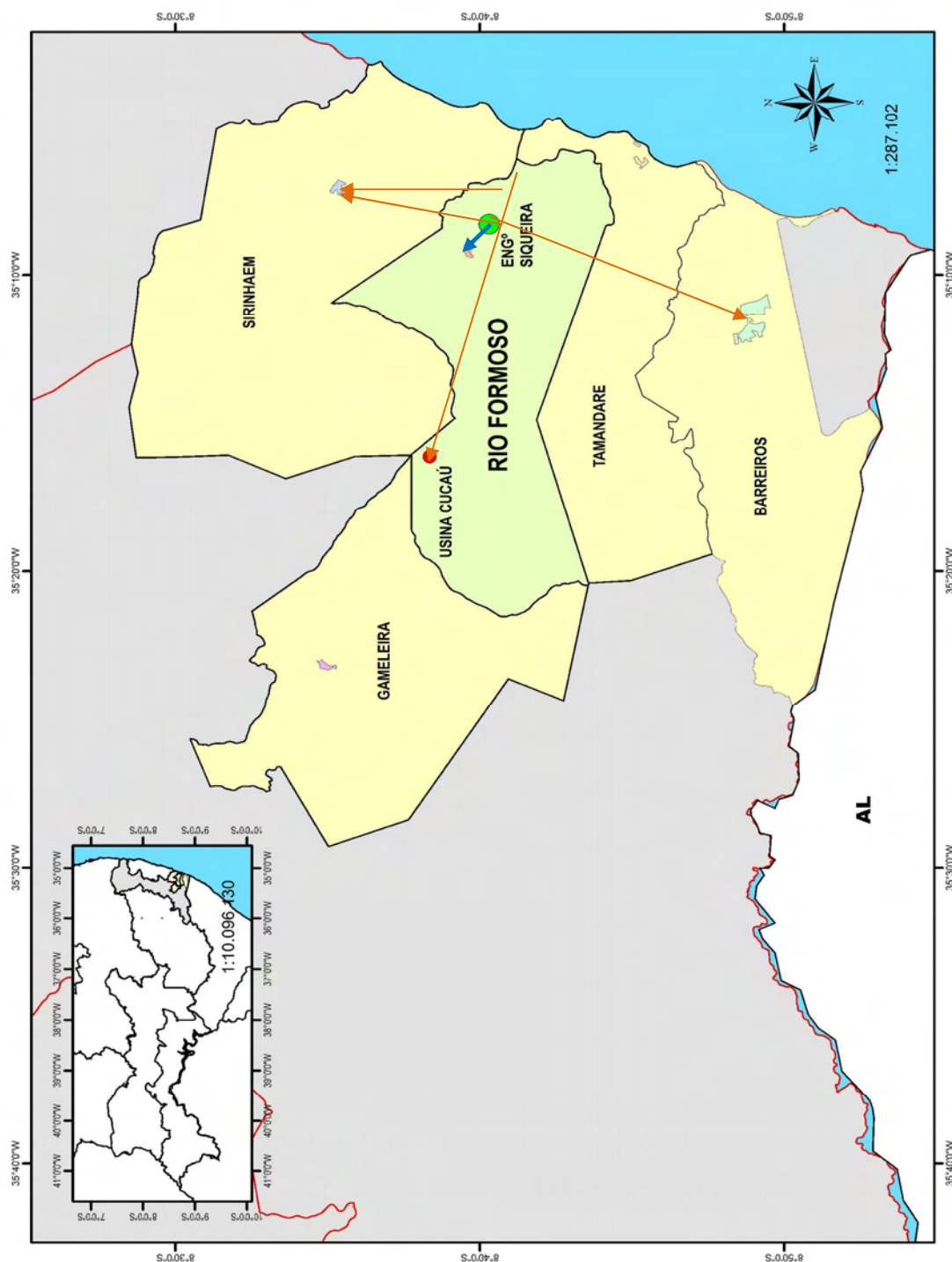
É, sobrevivia de pescaria. No comércio, na rua. Rio Formoso, Cucaú, tinha [...] que comprava e saía vendendo. Vendia [...] aqui que nem vendia fora. Qué dizê, vendia pá fora. Tinha os atacadista, que nem diz o oto. Sobrevivia de pescaria.”

Já D. Alzira também relata seu percurso para vender os produtos, lembrando das dificuldades de transporte na época. Ela traça um verdadeiro mapa com os roteiros de produção e comercialização:

Aratu, siri, sururu, tudo isso, pegando essas coisa e vendendo na feira. Era em Barreiro, era em Cucaú, em Sirinhaém, todo canto saía pra vendê. Saía de manhã, chegava.... da Pedra mermo saía de onze hora da noite, chegava em Cucaú 5 hora da manhã. a gente ia a cavalo, cinco hora a gente tava lá descarregando o cavalo. E nos outo... prá Barreiro ia de pé. De Siqueira também prá Sirinhaem, de pé. Do Guadalupe prá Sirinhaém, de pé. Daí da Pedra prá Cucaú, de pé; prá Barreiro, tudo era de pé. Carregando as coisa na cabeça. Todo santo dia. Começava de segunda até sexta. Quando era na sexta, começava cozinhá as coisa, arrumá prá saí prá feira.

No Mapa nº 06, a seguir, as rotas de comercialização descritas pelos entrevistados, da forma como era realizada há mais ou menos 40 anos atrás - feitas a pé, carregando os produtos na cabeça ou a cavalo - e as rotas atuais descritas pela geração seguinte. Importante considerar que as condições de transporte e das estradas são outras, além de serem outras as possibilidades criadas há pelo menos cinco anos, como é o caso da Feira Agroecológica, face às negociações de espaços para os produtos destes camponeses-pescadores.

Mapa nº 06- Rotas da comercialização dos produtos do Engenho Siqueira



Fonte: IBGE; ZAPE-EMBRAPA, com adaptações de Gírlan Cândido, 2011.

Dessa forma, pode-se visualizar as rotas percorridas pelas mulheres e homens, há mais ou menos 40 anos atrás (cor laranja), partindo do Engenho Siqueira a Sirinhaém e a Barreiros; da Praia da Pedra ao distrito de Cucau, em Rio Formoso e de

Guadalupe a Sirinhaém a rota atual, bem mais curta entre Engenho Siqueira e a sede do município (cor azul) onde funcionam a feira convencional aos sábados e a feira agroecológica às 4ª feiras, ambas na sede do município de Rio Formoso.

Os processos de comercialização desenvolvidos outrora e os que são feitos agora, desde a preparação às sextas feiras até a venda propriamente dita se dão mediante um aprendizado por parte dos camponeses-pescadores. Pode-se afirmar que as rotinas de produção e coleta são diferentes da preparação e venda dos produtos. Tem-se aí um percurso, onde se lança mão de outros elementos que não sejam os puramente típicos do manejo dos ecossistemas pesqueiro e agrícola. O item seguinte trata de como se deu os aprendizados ou a construção do conhecimento por parte dessa população, procurando entender quais as suas origens, partindo da hipótese que estas se localizam num passado distante, a partir da transmissão dos antepassados, mas também apreendidas mais recentemente de outras origens, fora da comunidade.

4.5 Os conhecimentos e suas origens: entre a persistência e as mudanças

Os aprendizados tanto para as atividades na agricultura como na pesca e coleta na maré, segundo as narrativas dos entrevistados, chamam a atenção pela precocidade em que se deram. No relato de Moacir, 41 anos, tem-se uma noção dessa precocidade: *“Minha sobrinha com dois anos quando vai prá maré... o pai não tem com quem deixar, a mãe vai também, bota a cabana na canoa e leva eles. Pesca siri, entendeu? Pequeninha, já tá no ramo. A pesca aqui é muito forte”*.

A hipótese desta pesquisa, sobre as origens dos conhecimentos a respeito das técnicas e os modos de produção agrícola e pesqueira, é baseada em uma linha do tempo na qual os conhecimentos foram repassados pelos antepassados de geração a geração. Estas origens podem ser melhor visualizadas nas narrativas a seguir, que ilustram como os moradores mais velhos se apropriaram do saber, o resignificaram, e o transmitiram para as próximas gerações.

As mulheres sempre citam sua mãe quando se trata dos aprendizados no mangue. Dona Alzira: *“Primeiro só. Mamãe, quando já era de boa idade, mamãe ia pra maré, levava a gente. Eu ia”*. D. Dora, perguntada com quem aprendeu a pescar e catar mariscos e crustáceos, responde: *“Com a minha mãe. Minha mãe ia pouco, eu peguei a ir prá mangue, mais as amigas, que o pessoal gostava muito”*. Cristiane, se referindo ao conhecimento passado de uma geração à outra, relata: *“Eu também aprendi com meu pai e minha mãe. Porque minha mãe ia, aí eu ia também. Ai eu*

aprendi pegá aratu, pegá siri, tirá ostra. Só teve uma coisa que eu não aprendi fazê, foi tirá o marisco”.

Dona Amara descreve o que fazia com a mandioca e os ensinamentos passados para as filhas. Aqui, ao que tudo indica, havia uma preocupação com a transmissão do conhecimento e também a necessidade de envolver toda família na produção, já que normalmente eram muitos filhos e os pais sozinhos não davam conta da produção dos alimentos para tantos filhos. Dessa forma o aprendizado é primo-irmão da necessidade.

Eu ia pá vage mais as menina, arrancava mandioca, rapava, puxava. E quando as menina ficou, Amara, Maria, que tava tudo mocinha, elas merma puxava mandioca. E tinha Mita e tinha Nino, mai era tudo pequeno. As menina puxava mandioca e eu mermo cevava. Cabá imprensava, quano tava enxuta a gente, na prensa, quano tava enxuta a gente, tirava, botava num cocho, penerava, botava, carregava a lenha, acendia o forno, quano o forno tava quente a gente sacudia dentro do forno e ia mexê. Aí eu ia mexê, pronto. Quano tava seca, a gente tirava, tirava a massa pra faze beju, cabá ia fazê beju. Aí isso eu fiz de muito.

Já D. Alice e Seu João Correia, descrevem o processo de aprendizado a partir “deles mesmos” e menos com os pais, avós, embora considerem que começou a partir destes. Diz D. Alice: *“Comigo mermo. Eu aprendi a fazê essas coisa comigo mermo.”*. Seu João Correia, descreve:

A pesca, praticamente eu comecei com meu pai, mas meu pai era mai atrasado do que eu, o tempo quem trouxe, né? que a pescaria não tem professô. Quem ensina é o tempo e intereço de quem veve dela, qué sobrevivê dela. Não precisa professô. Ela mermo é quem indica o camarada, como você vai hoje, prá esse lado, aí, vai vê otos movimento, outos lugá mai meio e vai naquela, quando vai, tudo vai trazendo. Tem gente que veve dentro da maré, morre véio e não aprende nada. Dentro da maré, não, em quase toda profissão, né? Aí nessas artura, eu aprendi comigo mermo. Sei fazê rede, sei pescá, toda classe de pescaria, eu sei. Armadia, seio praticamente de mistério e de fazer qualquer um tipo de armadia, prá qui, prá dentro do rio. Não sô pescadô de barra a fora, não.

No relato de Seu João Correia, várias questões merecem ser destacadas: a primeira diz respeito à origem do conhecimento que veremos mais adiante como sendo uma afirmação de outras pessoas. Parece conter nesta afirmação uma perspectiva de autonomia, talvez ela esteja sim, mas não pela ausência de quem ensine, demonstre as técnicas, como veremos mais adiante nos outros relatos. Segundo aspecto: a descrição de técnicas e de instrumentos utilizados na pesca que são tradicionais, como a

armadilha, os vários tipos de pescaria, confecção de redes, entre outros. A terceira questão diz respeito à localização das atividades de pesca, “*prá qui, prá dentro do rio. Não só pescador de barra afora, não*”, revelando um modo de vida estuarino, não no mar, o que também afirmaram todos os entrevistados. A identidade é com o mangue e os rios, córregos e riachos que cortam a comunidade e menos com o mar.

Seu Luizinho, por outro lado já exerceu a função de professor de técnicas de pesca, mas fala também da origem do aprendizado semelhante aos relatos anteriores:

[...] E depois, a gente aprende no dia a dia, mesmo trabalhando. [...] Olhe, aprendiz é a gente se juntar com outro que sabe em qualquer arte; agora na escola, no curso é que é feito, mais por estudo, né? Mas a Sra. sabia que a importância do saber é menos? Porque o que eu sei, que aprendi no campo, que a Sra. for aprender aqui no papel, não sabe. Nós que aprendeu no campo, tem uma estabilidade boa e não tem o direito, porque não tem um diploma. [...] fui professor de artesanato, do Estado. Fazer tarrafa, caceia, cesta, samburá... (ver foto nº 16). Quando o Estado mandou eu fazer, o pessoal que veio aí, eu já sabia, emendou, quando tinha uma orientação que a gente não sabia a gente às vezes, encaixa.

Este relato trás um aspecto importante que merece destaque: a perspectiva do aprendizado de forma coletiva. O aprendizado que se dá no cotidiano, com os outros, mas sem que lhe ensinassem formalmente. Aprendeu observando e tentando imitar. Aqui cabe mencionar o que afirma Paulo Petersen, na introdução do Caderno Construção do Conhecimento Agroecológico, quando constata a existência de racionalidades ecológicas em agriculturas camponesas, em que as famílias agricultoras

[...] possuam elevada capacidade de se auto-reproduzir técnica, cultural e ecologicamente. No enfoque agroecológico, essas agriculturas são apreendidas como a expressão de estratégias coletivas de produção econômica e de reprodução sociocultural. São, portanto, produto do exercício da inteligência criativa de populações rurais na construção de melhores ajustes entre os meios de vida e os agroecossistemas e não manifestação de um atraso cultural a ser superado. (ANA, 2007, p. 7, grifo nosso).

A inteligência criativa, por exemplo, de Seu Luizinho que, além de executar práticas de pesca, agricultura e construção, exercitou sua habilidade de educador, ou seja, seus conhecimentos tradicionais sobre a pesca e a agricultura, o colocaram no lugar quase “formal” de repassar o seu saber.

Foto nº 16 - Seu Luizinho e a rede de pesca *entraiada* por ele



Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro/2011, acervo da autora.

Seu Luizinho é um dos poucos que teve oportunidade para realizar cursos, tanto na agricultura como na pesca, e também como pedreiro: *“Fiz curso de pesca, fiz curso de pedreiro, fiz curso da agricultura”*.

Quase todos os entrevistados, homens e mulheres fizeram questão de descrever em detalhes, técnicas de pesca, de plantio, manejos na agricultura e receitas de comidas. Essa postura parece indicar disponibilidade para socializar os conhecimentos adquiridos, de modo geral partiu das pessoas mais velhas, talvez uma necessidade de passar adiante os conhecimentos para que estes possam sobreviver, para além de sua geração. Seu Luizinho:

A gente conhece a maniva da mandioca e da macaxeira, tudo pela prática do crescimento, a gente fica habilitado. Depois que aquelas pessoas começa aprendendo, a gente fica a mesma coisa. E assim é o estudo do código.

Ao se referir ao “código” desse conhecimento, Seu Luizinho oportuniza a discussão da existência de um código do lugar, ou, como denomina Godoi (1998), o “sistema do lugar”. Afinal de contas os “códigos” contidos no diferenciar a macaxeira da mandioca, na arte de fazer uma rede ou preparar uma armadilha, se aprendem com o tempo. Com a “prática do crescimento”, “fica habilitado”.

Um aspecto que interessa muito aos objetivos deste trabalho diz respeito à transmissão geracional dos conhecimentos tradicionais. Para Aguiar (2007) tradição, que significa “transmissão”, não é uma etapa para a modernidade, num movimento linear e evolucionista. Sobre os sentidos da tradição, a autora lembra:

O que dá sentido à tradição é a formalização de práticas, ritos e comportamentos permanentes, baseados em um tempo longo e lento, perpetuando-se por práticas fixas tais como a repetição, o que implica continuidade em relação ao passado. (AGUIAR, 2007, p. 31, tradução nossa).

A continuidade em relação ao passado, garantida pela transmissão dos conhecimentos, se deu de várias formas no Engenho Siqueira. Dentro de algumas das famílias, dos pais para os filhos. Seu João Correia assim responde, corroborando com a autora e com o relato de Seu Luizinho:

Ah, eles me acompanhava é por eles mermo, que isso aí é uma coisa que não precisa ninguém ensiná, o tempo é quem manda, e amostra. Eu vou pra maré hoje, e vejo o negócio os oto fazeno, não precisa escola. A escola de pesca é um ganha pão do mais sabido e ota, mas também não é pá aprendê pescá. É prá aprendê cuidá das armadia, entendeu?

Assim, nos relatos de Seu João Correia, percebe-se que

a tradição é também oralidade, transmissão de conhecimentos, modo de ser, estilo de vida e modo de fazer que se transmite de pai para filho e de avós a pais por meio da fala e da prática coletivamente apropriada”. (Ibid, tradução nossa).

A valorização do conhecimento tradicional também aparece aqui, relativizando o lugar de uma “Escola de Pesca”, como se o aprender a pescar estivesse condicionado a variáveis diferentes e menos complexas do que o “cuidar das armadilhas”, e precisasse ser ensinado. De qualquer maneira há de haver “código” em ambas as atividades.

Diferente de Seu Luizinho, Seu João Correia nunca fez cursos com pessoas de fora. Perguntado sobre isso, ele responde: “*É, por aqui mesmo fiquei. Nunca saí fora pá aprendê nada, não.*” (Ver foto nº17).

Foto nº 17 – Seu João Correia pescador tradicional e camponês do Engenho Siqueira



Fonte: Pesquisa de campo, março/2011, acervo da autora

A partir das entrevistas realizadas com 14 mulheres e homens dessa comunidade, pode-se sugerir que a transmissão dos conhecimentos tradicionais é prática comum. Tem sido feita, pelo menos no que diz respeito a uma terceira geração, considerando que a primeira geração desta comunidade tenha sido os pais da segunda geração que hoje se encontra na faixa compreendida entre os 60-83 anos de idade. Porém é importante considerar que os conhecimentos foram perpassados por algumas mudanças tecnológicas, mais fortemente na pesca, que na agricultura.

Seu João Correia é exemplo, ao mesmo tempo, de resistência e incorporação de técnicas, instrumentos necessários ao seu trabalho no mangue. Mas como já relatado acima, não fez curso fora. Para manter as suas atividades na maré, não precisou de uma especialização. Ele descreve as poucas mudanças que teve que processar nos seus instrumentos de pesca:

Tinha a embaicação, era tudo aberto lá, com o tempo. Eu mermo ainda uso do mermo jeito. Do tempo da minha infância de meu pai começou, ainda uso do mermo jeito. E ninguém mexe. Agora, por aí, eles faze uma segurança medonha, cerca de pau, tapa de..., só não pode tapá de barro, que a lei num cobre. Antigamente ninguém tinha motô, não. Tudo era manual ou pano, vela passa muito pano dobrado, nas corda, mai eu tirei do barco, porque hoje tudo é motô, e praticamente eu tô quase encostado.[...]Tem coisa modificada, porque faz tempo, antigamente a gente usava fio de algodão pá fazê as

armadia. Mai, hoje ninguém, só é nairo. Modificou porque a gente tirava uma tinta, dava uma tinta de [...] casca de pau, pá ela ficá mais resistente, pá aturá mai”

Nesta fala de Seu João Correia, se pode identificar algumas das mudanças feitas por ele, possivelmente impulsionadas pelas necessidades de adequação e, portanto, de disponibilidade de material para a confecção das armadilhas. Porém, é importante ressaltar que as mudanças implementadas, ainda convivem com certo saudosismo das técnicas e equipamentos antigos. Seu João ainda conserva a vela de “pano” que usava antigamente “do tempo da infância de meu pai começou.” (Ver Foto nº 18).

Foto nº 18 – D. Alice e a Vela de pano de Seu João Correia



Fonte: Pesquisa de campo, março/2011, acervo da autora

Destacando que “*já vem de outrora. E o que eu aprendi foi com a minha família e com os amigos que sabia, não sabe?*”, Seu Luizinho relata, ao seu modo a rotina nas marés:

Agora vamos para a maré: lá tem que saber os dias da maré, que tá boa ou tá ruim, o horário, o vento, e conhecer onde o peixe tá comendo, conhecer os cardumes. Olhe, o peixe come o cardume aqui, come outro aqui, come outro aqui, a senhora que não conhece vê a água bulindo, mas a gente sabe o grande e o pequeno.

Seu Luizinho ao se referir aos segredos da maré, está falando do “código”, como já mencionado anteriormente: é necessário saber o código, o “sistema do lugar”, que vai sendo transmitido e apreendido coletivamente pelas gerações mais novas, através das práticas, das falas do modo de vida, que a despeito das mudanças que se fizeram necessárias, convive com técnicas, saberes que vem do antigamente.

Cristiane, assim descreve as técnicas de coleta de marisco e unha de velho aprendidas com sua mãe, embora diz não ter aprendido direito a tirar o marisco: *“Com a foice, como se fosse tirá unha, né? Agora, a unha a gente cava; e o marisco, não, é batendo com a foice, aí a gente escuta o barulho. É, aí, não cava. Vai cavando, só cutucando. Quando escuta, bota a mão e tira. Já a unha é diferente.”*

No dizer de Moacir, o rio é berço e maternidade, mas também é hospital. Aqui o mangue do qual fazem parte os rios da região, é portador de vários significados e hoje convive com os problemas ambientais do entorno, de uma região que congrega uma série de atividades, tanto que preservam o ecossistema quanto de degradação de suas condições ideais de pesca e coleta.

O item a seguir, destacará alguns aspectos sobre o tema, coletados na pesquisa de campo e observação. Dedicamos um item a estes aspectos, por considerarmos de fundamental importância as questões que hoje conformam o que denominamos de ecologização do debate, não só por se constituir num tema surgido no processo de pesquisa, como também por identificarmos aí sinais de uma potencial ameaça ao meio ambiente e, portanto, à pesca e agricultura tradicional praticadas pela comunidade.

4.6 A importância do mangue e o atual quadro de degradação ambiental da região: “Ecologização do debate”

Segundo relatos dos entrevistados, os moradores possuem propriedades que variam de 5 a 17 ha. E, como já mencionado antes, dedicam-se às atividades de pesca, à coleta de crustáceos e de moluscos e à agricultura. Atualmente, das 140 famílias do Engenho Siqueira, segundo os entrevistados, todo mundo vai para a maré, mas não há certezas sobre quantos se dedicam também às atividades de agricultura.

No entanto, é importante destacar que, segundo Moacir, que é Agente Comunitário de Saúde da Prefeitura, mas também pescador, catador, agricultor e até artesão, há uma situação de grave degradação ambiental, com diminuição das espécies nativas de peixes, mariscos e crustáceos, por conta, entre outros, da circulação dos barcos a motor e da pesca predatória. Moacir relata que se chegou a coletar na comunidade 2.500 kg de aratu. Há atualmente em torno de 600 associados à Colônia de Pescadores Z-7 de Rio Formoso, embora ainda existam filiados – os mais velhos – à Colônia de Tamandaré. A juventude que não está associada e que desenvolve atividades de pesca representa em torno de 50% a mais desse número, ou seja, deve haver aproximadamente 1.000 pescadores atualmente em atividades em Rio Formoso para 100 ha de mangue. Não foi possível verificar o montante de pescadores da região que atuam na APA. Moacir nos relata que está na luta pela preservação do meio ambiente.

Havia um projeto, na década de 1980 para dragar o rio Formoso e pegar Unha de Velho (marisco), Perdigão (peixe). Esse rio foi todo degradado, ficou feito um campo de futebol, [...] a Usina derrubou tudo, era tudo de mata, até o Hospital, lá tem um ancoradouro, na parede do muro. Onde a barça ancorava, hoje é manguezal. Ninguém sabe para onde o rio foi; barco era o único meio de transporte antigamente. Hoje a gente tem um palmo de mangue e 22.000 pessoas para comer dele e mais outras centenas de pessoas da praia de Tamandaré e outras praias.

Ainda segundo relatos de Moacir sobre as causas da degradação ambiental, além da pesca predatória, existem outras atividades industriais como as que são praticadas pela Usina Cucaú, uma fábrica de palmito e uma unidade de beneficiamento da seringueira. Quando o veneno é jogado, acaba no mangue e mata tudo. O mero, peixe nobre da região, está em extinção. A poluição tem matado outras espécies, como a mututuca, murião, moreia. Estas espécies morrem dentro da lama do Rio Goicana. Segundo Moacir o rio é *“berço, maternidade e hospital”*.

Esta situação relatada por Moacir, pode ser comprovada em diagnóstico da APA-Guadalupe realizado pelo Governo do Estado em 1998, o qual identificava uma pressão sobre os recursos pesqueiros, particularmente dos

[...] rios Formoso, Ariquindá, Ilhetas e Mamucabas, cujo potencial econômico vem se reduzindo ano a ano, em decorrência da poluição e de outras formas de agressão praticadas contra tais ecossistemas. (GOVERNO ESTADO DE PERNAMBUCO, 1998, p. 4).

Porém, há que se destacar que, segundo os entrevistados, a maioria dos produtores da comunidade não possui a tradição de utilização de fertilizantes químicos e

agrotóxicos nas atividades agrícolas, conforme relato anterior no item 4.4. No entanto, perguntado sobre este tema, Seu Luizinho responde que sim, há quem utilize esses insumos, mas resguarda a ideia de que: “[...] *para sair uma lavoura bonita, com adubo químico sai, mas não é bom para a terra e é uma lavoura diferente, se a gente botar adubo na macaxeira, tem que dá fim logo a ela cedo, senão ela apodrece. E o gosto é outro*”. Convém lembrar que a sementeira existente na comunidade tem utilizado tanto fertilizantes como agrotóxicos nas mudas ornamentais e fruteiras.

Um dos maiores críticos da degradação ambiental na região e suas causas é Moacir, cujo discurso, embasado nas várias experiências como pescador, mergulhador e que assim se define: “*Sou Gari Marítimo, sou voluntário, sou mergulhador, sou voluntário em tudo*”, diz que:

Eu faço isso boca a boca, é um trabalho difícil, faço há 15 anos e bem poucos louros. A gente faz o trabalho de prevenção e leva 10 anos para colher os frutos. Tem uma espécie chamada Amoré de Garça, chega a uns 30 cm, tem muito, que pode pegar até “de braço”. Um kilo de aratu na época chegou a R\$ 10,00, foi uma febre, ninguém enriqueceu, hoje está a R\$ 25,00 o kg de aratu. Mas você precisa pegar 400 aratus grandes para dar 4 kg de “carne”. Não tem mais arraia, tinha aqui arraia de 5-6 kg; ela vem atraída pelo Amoré de Garça. A Saúna é vulnerável, frágil.

As informações sobre esta situação de degradação ambiental relatada por Moacir podem ser corroboradas pelo Diagnóstico Sócio Ambiental elaborado pelo Governo do Estado ainda em 1999, destacado no Quadro Síntese do Uso e Ocupação do Solo do Litoral Sul de Pernambuco, onde constam os problemas e as tendências atuais: “*redução do estoque pesqueiro estuarino (rios Formoso e Pirapama-Jaboatão); Aumento da ocupação urbana desordenada, comprometendo a preservação de Manguesais e Restingas.*” (GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 1999, p.46)

Quanto à qualidade ambiental de toda a região do Litoral Sul (refere-se aos municípios de Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Sirinhaém, Rio Formoso, Tamandaré, Barreiros e São José da Coroa Grande), o diagnóstico aponta que

“Dentre os conflitos ou pressões existentes no Litoral Sul sobressaem as da agricultura sobre os remanescentes de matas da área, pressões essas responsáveis pela destruição até o presente, de grande parte desses ecossistemas [...]”. (Ibid., p. 50).

Cabe lembrar que este diagnóstico foi realizado há mais de dez anos e a pressão antrópica só fez aumentar neste intervalo.

As impressões dos outros entrevistados quanto à degradação ambiental, apontam em várias direções, mas não chegam a revelar as causas. Cláudio Pajeú, assim como Moacir, aponta algumas causas no âmbito da comunidade, mas não à região como um todo, sublinhando que Siqueira é a única comunidade que não cultiva e vive da cana-de-açúcar:

Nunca teve. As terras nunca foram usadas para... apesar de pertencer à usina, mas ela nunca foi plantada cana de açúcar. Então, aí, é, por ter esse grande verde envolvendo fruta, ecossistema do manguezal, não é? Matas, é um ambiente bastante proveitoso. É um ambiente que, é, trazendo para a geografia, é o espaço ideal, é o espaço ideal em que não se está desmatado, [...]. Só que, veja, por falta de informação, a comunidade [...] por alguns anos passou a explorar mais este ambiente. Só que ela passou a explorar mais deste ambiente para plantar, para usar a terra como plantio. Ou seja, ele [...] teve que derrubar a mata para fazer o hectare de agricultura. Para plantar e colher seu próprio alimento, certo? Infelizmente fez queimada. Mas eles sabiam que queimada não era importante para o meio ambiente. Mas aí, veja, a comunidade, por falta de informação, [...] pega o seu lixo e joga dentro das bananeiras, em qualquer lugar. E não existe, fossas para eles fazerem as suas necessidades, suas necessidades pessoais. De uns tempos pra cá, algumas casas, sim, já tem fossa, tal, fazendo com que não atinja o meio ambiente. Mas ainda aquelas que fazem suas necessidades a céu aberto, a céu aberto, o que faz denegrir o meio ambiente, o qual vai levar para os rios e os deixam poluídos, não é? E também a questão da retirada das matas ciliares, das encostas do rio também faz denegrir o ambiente.

Os outros entrevistados, no entanto, perguntados sobre a já mencionada queda na produção e sobre as causas do fechamento das casas de Farinha deram respostas mais simples e superficiais, de certa forma. Vejamos: Dona Alzira, perguntada sobre a “produção” do mangue, responde:

Tinha demais! Naquele tempo havia fartura, que não havia tanta gente prá tirá dali. E hoje em dia é muita gente prá tirá dali, pra viver daquilo ali. Antigamente não tinha. A pessoa ia, mas pouco assim, prá comê. Não era que nem hoje em dia.

Resguardando que a maioria dos moradores de Siqueira não costuma usar agrotóxicos, mas sim uma minoria, Moacir argumenta que há uso de veneno no mangue, coisa que não existia antigamente, pelo simples fato de naquela época não existir esses venenos: “[...] porque antigamente não existia veneno, né? Dona Alzira, completa: “É isso aí. Hoje em dia querem acabá com tudo.” Sobre o camarão Vila Franca, D. Alice, diz:

Sim, aí nesse rio, tinha era do muito. Tem nada. [...] Mai no tempo que a gente ia, pegava uma bolsa cheinha, cada um camarão grande, era uma caçarola assim, ó. Torrava e ficava, as menina chegava a comê de brincadeira. Cada um! Ainda tem, né? Ainda tem, mai num é

que nem antigamente não. Porque antigamente pá pegá um balde de siri era um quadradinho. E agora você anda o mangue quase todo pá pegá uns 5 siri açu.

Porém, perguntados sobre as causas da degradação ambiental na região, D. Alice, responde, se referindo ao mangue: *“Eu não sei, eu não sei, num tenho ideia, não. Sei, não. Acho que é o tempo....”* E Seu Luizinho, se referindo à terra, tem uma explicação: *“A função de ir trabalhando e a chuva lavando, aí vai afracando...”*

Moacir, cuja posição é crítica quanto às questões ambientais na região, faz uma leitura do município:

Rio Formoso hoje é conhecido como a terra dos manguezais, é boato. A gente sai de manhã, com três horas a gente anda o mangue de Rio Formoso todo de pé, numa linha reta. Então um mangue desse não é grande. Tem apenas o comércio, o marketing, Rio Formoso, cidade dos manguezais. Isso me preocupa muito, que até hoje, um kg de aratu hoje tá R\$ 25,00, aqui, dentro da comunidade, que dá trabalho, dá, mas tão pegando todo, a ova todo.

Conhecedor do mangue, o entrevistado dá uma verdadeira aula sobre a cadeia produtiva desse ecossistema e ainda cobra posicionamento quanto às questões ambientais por parte do poder público:

A ova de Aratu, come o tamatião, o socó, o bentevi, come o baiacu, que é perverso, come a três cocos, que é chamado de Siri corá, come três espécies de maçarico (ave); são em média de dez aves, o maçarico, três espécies, pequeno, médio e grande, a garça, o socó, o bentevi, o tamatião, tem a três cocos, outros passarinhos pequenos. Ainda hoje existem; a maioria, como a três cocos e a garça, são aves migratórias. Eles voam durante a noite. [...]. É raro a gente vê, mas a gente sempre vê pássaros voando e cantando. Então essas espécies elas comem a ova do aratu, do caranguejo e do siri. Ainda tem, dos crustáceos que comem a ova do aratu, tem o siri, próprio aratu, o caranguejo, o chié, o guaiaumum, entre outros. Dos peixes que comem é muriongo, mututuca, o próprio baiacú, a baúna, a caranha, o mero, a moreia, o manequim, pacomã então essas espécies, tudo consome de uma ova, do aratu. Então quantidade que vai escapar é muito raro. Eu tenho me preocupado com frequência a esse respeito de como estão tratando o manguezal. Por sua vez os próprios munícipes não dão crédito, não olha a situação da comunidade e vivem assim, um batendo no outro. De dez anos acabou muito rápido. Quando o homem começou a conhecer o veneno. [...] Virou uma peste, bota em todo canto, ninguém vê.

A preocupação de Moacir, quanto ao manguezal e a situação de degradação com o uso do veneno, revela as mudanças no “sistema do lugar”, colocando em xeque todo um modo de vida “caiçara”. Confronta com os relatos dos entrevistados, com a

forma tradicional de cultivo, sem agrotóxicos e sem insumos químicos, com a “modernidade” do uso do veneno.

Moacir, que mantém um viveiro e, do seu jeito, executa um controle da população de crustáceos, diz: *“Nesse viveiro aqui eu tô criando siri, se minha irmã não pegou, tá tudo aí. Um tempo, eu solto eles, eles ficam proliferando ali, ficam dando cria ali dentro do viveiro aí depois eu solto prá controlar, sempre com resultado”*. (Ver foto 19).

Foto nº 19 – Viveiro de cultivo de crustáceos e peixes de Moacir



Fonte: Pesquisa de campo, novembro /2010, acervo da autora

Os depoimentos de Moacir sobre o mangue e as condições em que se encontram revelam o conhecimento acumulado ao longo dos anos, ao mesmo tempo em que percebe o entorno, para além do território de Siqueira. A APA-Guadalupe foi criada em 13 de março de 1997, pelo Decreto Estadual nº 19.635 e localiza-se na porção meridional do Litoral Sul de Pernambuco. A área total prevista é de 44, 255 hectares, sendo 71,4% de área continental e 28,6 de área marítima. Abrange parte da área, tanto continental como marítima, dos municípios de Sirinhaém, Rio Formoso Tamandaré e Barreiros, sendo que o município de Rio Formoso participa com 38,2% da área continental total da APA-Guadalupe, sendo o maior percentual entre os municípios participantes. Quanto à área do município, corresponde a 50,7% do território de Rio

Formoso – continental e marítima. (GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 1998, p.03). Ou seja, a APA-Guadalupe ocupa mais da metade do território do município, por isso é motivo de preocupação para alguns, desde a sua criação até hoje, já que tende a tornar-se parte da vida da população e assume importância de igual tamanho para o município.

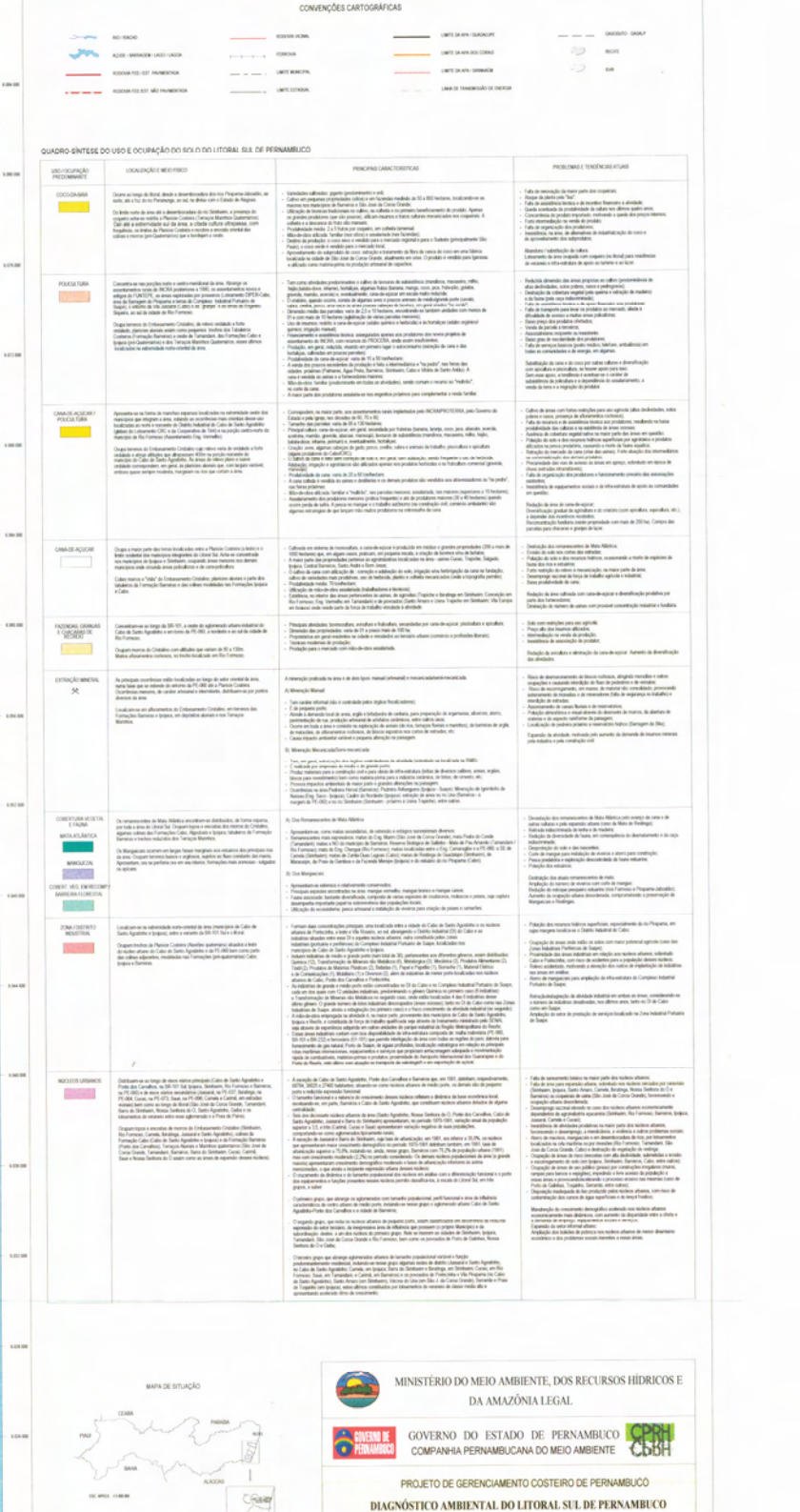
A APA – Guadalupe, cujos limites podemos observar na reprodução do Mapa nº 07, possui a seguinte definição:

Área de Proteção Ambiental é uma categoria voltada para a proteção de riquezas naturais que estejam inseridas dentro de um contexto de ocupação humana. Essa categoria de manejo possibilita a manutenção da propriedade privada e do estilo de vida tradicional da região onde programas de proteção à vida silvestre podem ser implantados sem haver necessidade de desapropriação de terras.²⁶

Vê-se pela definição acima, que a existência da APA Guadalupe poderia significar uma grande oportunidade para fortalecer o “estilo de vida tradicional da região”, aí inseridas as populações tradicionais, porém as percepções de um dos entrevistados, Moacir vão em outra direção, como veremos mais adiante.

²⁶Disponível em:

<http://www.cprm.gov.br/gestao/ppga_valedoribeira/Unidades%20de%20conserva%E7%E3%20ambiental/conceitosobjetivos.htm>. Acesso em: 30 mar. 2011.



Moacir, um dos maiores defensores na comunidade, do mangue, tem críticas fortes à existência da APA – Guadalupe:

Então, hoje eu acordei preocupado, porque a APA é Área de Prostituição Ambiental. Hoje a gente tá sentindo dificuldade porque milhões de filhotes de peixes por dia são executados, são mortos, porque a onda que passa, chama marola, que bate na praia ele é misturado à areia, à lama, e as espécies não resistem ao impacto de 5 minutos batendo a onda na costa e ficam sem oxigênio e terminam morrendo. Aí é a queda também, o fracasso da produção pesqueira, sem contar que o peixe tá desaparecendo do rio, ruído é muito forte, 24 horas. O jet ski, já tá vindo aqui, é área que nunca vieram. Tem uma ilhota ali, tem 4-5 jet ski, lancha de 200 HP dentro do rio dessa largurinha. As ondas passa, capaz de derrubar os pescadores com as suas jangadas, com o pão de cada dia, entendeu? Então eu continuo dizendo a área de Guadalupe é uma área de um penico ambiental, é um absurdo, a área do plâncton acabou, o que tinha, (...), não tem mais. Então eu tô preocupado em relação a isso, infelizmente, a própria comunidade tá em risco de perder o pão de cada dia.

Segundo o Art. 15 da Lei nº9.985, de 18 de abril de 2000, que regulamenta o Art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII, da Constituição Federal, e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências, a

Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.²⁷

Perguntado se a APA – Guadalupe não tem funcionado como foi proposto inicialmente, Moacir, reage e faz uma proposição, ao que parece alinhada com os movimentos sociais da região:

A APA é horrível, esse negócio de APA, até hoje os governadores só investem dinheiro em conversa. E esse dinheiro podia ser investido nos profissionais, nos filhos dos prisioneiros que estão nas ruas expostos a marginalidade, poderia ser investido nisso aí, poderia ser investido nos agentes multiplicadores, como professor, agente de saúde. RESEX (Reserva Extrativista) Ipojuca-Sirinhaém. A gente queria um modelo desse aí, eu tô cheio de APA. Quando fala em APA dá vontade de partir pra longe, mas eu não posso abandonar o pessoal daqui porque eu nasci e me criei aqui, mas é um absurdo muito grande.

²⁷ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm>. Acesso em: 30 mar. 2011.

Cláudio Pageú, junto com outra representante da Associação, faz parte do Conselho Gestor da APA – Guadalupe e tem opinião um pouco diferente da de Moacir:

[...] nem a RESEX nem a APA de Guadalupe, beneficia, beneficia a população. Em alguns aspectos não beneficia. Em alguns aspectos, sim; mas em outros, não. Nós somos, eu sou o titular, gestor conselheiro da APA. Eu sou representante da comunidade quilombola na APA de Guadalupe.[...]. Eu e Carmem Lúcia. Eu sou titular, ela é suplente, certo? Assim, nós fomos convidados para a APA de Guadalupe para, tendo em vista que Siqueira está dentro da APA de Guadalupe. Pela questão, é, do grande ecossistema do manguezal e também por ter uma grande área verde que continua sendo preservada, a APA incluiu a comunidade quilombola no seu conselho.

A percepção, no entanto, a partir dos relatos nas entrevistas é de que essa discussão sobre a APA-Guadalupe e Reserva Extrativista (RESEX), e até a compreensão mais alargada das questões ambientais da comunidade, é reservada a alguns, sobretudo aos membros da associação e lideranças, como Moacir. Cláudio revela a consciência quanto ao seu papel enquanto membro do Conselho Gestor da APA – Guadalupe e as consequências para a comunidade, embora ao final na declaração revele certa esperança de que esta área de proteção colabore com o meio ambiente.

Aí, veja, a gente tá lá, enquanto representante, enquanto, é... representante de quilombola, a gente vai votar, vai decidir o que é melhor para a comunidade. O que não vai atingir ela. Agora, algumas áreas nossas precisam ser preservadas. E precisa a população ser conscientizada de que tem algumas áreas que ela não deve ser mexida, ela tem que ter essa consciência. Por exemplo, se eu pesco, se eu faço uma pesca num determinada área de manguezal por muito tempo, por muito tempo, o que é que acontece? Eu vou ter que deixar aquela área ali se preservar mais um pouco para que aconteça a reprodução dos crustáceos e dos cardumes, e ir para outra área. E deixar aquela prá depois, pra que ela possa ali se frutificar. Então, assim, é preservação do manguezal, a APA de Guadalupe. Na verdade, as críticas APA de Guadalupe é que alguns empresários, alguns empresários devido ao fluxo de turismo que tem na Mata Sul e, principalmente, ali no Guadalupe, na praia dos Carneiros, por exemplo, existe uma grande área, área de preservação ambiental. Sendo que essa área de preservação ambiental, é, algumas partes querem que seja vendidas para empresários portugueses, franceses, italianos, estrangeiros, para ali eles construam hotéis, hotéis. Se é uma área de preservação ambiental, como é que se vai construir um hotel ali? Vai se prejudicar, né? Mas assim, existe a negatividade da APA e existe também o lado positivo. O lado positivo enquanto preservação, direito de preservar o ambiente....

A APA – Guadalupe ou uma futura RESEX, podem significar uma oportunidade de, além do fortalecimento das práticas tradicionais e valorização do território de comunidade remanescente de quilombo, contribuir com a discussão sobre

preservação do mangue e do estuário desta região costeira onde se encontra o município de Rio Formoso. Mas também pode gerar expectativas que sejam frustradas por não contribuir efetivamente com esses objetivos e na verdade ampliar o fluxo de turismo que, segundo relatos de alguns entrevistados, tende a ser mais predatório do que valorizador e preservador dos atributos culturais e ambientais da região.

Assim, a partir dos documentos consultados e das entrevistas com os moradores, camponeses-pescadores, cabe ressaltar, ainda é embrionária a percepção sobre todas as questões que estão envolvidas quanto à existência da APA - Guadalupe. É de um grupo muito restrito, como já mencionado, a leitura da situação e compreensão de todos os impactos para o cotidiano e sua reprodução econômica e social.

A título de considerações e análise deste capítulo, na tentativa de sistematizar as descobertas e indícios, a partir dos depoimentos e da observação, podemos dizer que há um potencial agroecológico, apesar dos problemas que foram percebidos. A seguir um quadro sintético com os elementos que podem configurar uma estratégia agroecológica²⁸:

Quadro nº 01 – Síntese dos problemas e potencialidades no manejo do sistema produtivo agrícola-pesqueiro

Elemento técnico/social	Problemas	Potencialidades
Técnicas de diversificação	. Agricultores praticam a diversidade de cultivos, mas ainda com poucas variedades de plantas; . A rotação temporal de culturas não foi observada; . Há ainda poucos animais que fornecem biomassa para os cultivos.	. Quintais diversificados com fruteiras (Banana, coco, manga, abacate, abacaxi, jaca, mamão); . Plantio de culturas alimentares, como macaxeira, inhame, cará, batata doce, milho, feijão, jerimum; . Criação de abelhas italianas; . Cultivo de plantas medicinais; . A maioria das técnicas e instrumentos de coleta das espécies do mangue e rios pode ser considerada tradicional.
Reciclagem de nutrientes e matéria orgânica	. Há poucas alternativas no uso de biomassa de plantas (adubo verde, resíduos de colheitas) e de animal (esterco, urina).	. Uso de biomassa proveniente de restos cultura; . Uso de esterco animal originado das proximidades – Praia da Pedra.
Proteção de cultivos e saúde animal	. Não foi observada a execução de práticas de controle biológico natural nem artificial na agricultura; . A existência da sementeira	. Há iniciativas de controle e proteção às espécies de crustáceos, moluscos e peixes; . Não há utilização de agrotóxicos e fertilizantes

²⁸ Alguns dos elementos técnicos e sociais da estratégia agroecológica foram inspirados em ALTIERI, (2001, p. 20).

	que utiliza agrotóxicos e fertilizantes químicos; . Deposição de dejetos de indústrias e usinas no mangue; . Alguns pescadores utilizam veneno no mangue.	químicos na agricultura por parte da maioria dos camponeses-pescadores.
Organização social	. Envolvimento de poucos diretores nas ações desenvolvidas pela associação, além de pouca participação da comunidade.	. Associação mais antiga do município; . Inserção da associação na dinâmica organizativa do município; . Representação em Conselhos de Desenvolvimento e no Comitê Gestor da APA Guadalupe.
Comercialização	. Ainda são poucos camponeses-pescadores que ocupam espaço nas feiras convencional agroecológica.	. Existência de pelo menos dois pontos de comercialização dos produtos: Feira agroecológica (4ª feira) e Feira convencional (Sábado).
Valorização da Cultura Tradicional	. Há ainda pouca apropriação pela comunidade sobre a importância da valorização dos aspectos culturais tradicionais.	. Ponto de Cultura inaugurado em 2011, com proposições de fortalecimento da cultura quilombola.

Fonte: Pesquisa de campo, 2010-2011.

Faz-se necessário, portanto, cotejar as afirmações sobre as heranças culturais que não se mantiveram ou sofreram alguma interrupção na transmissão, com a tradição das práticas na agricultura já relatada anteriormente. As práticas tradicionais que caracterizam o regime policultor e, diria, agroecológico, dos camponeses-pescadores do Engenho Siqueira, são compatíveis com o que se praticava nos quilombos, ou com as experiências agroecológicas em curso na região, a literatura citada confirma, assim como as práticas de coleta e pesca no mangue, o que nos leva a crer, que sim, existem práticas, que foram transmitidas naturalmente de geração em geração e que sofreram modificações, com o tempo, mas não na sua essência, que tendem a promover a preservação dos recursos naturais.

Recorremos agora aos princípios definidos para a Etnoecologia por Toledo (1996, p. 2), para o desenvolvimento de comunidades camponesas, contidos no Capítulo 1 deste trabalho, com o fim de dialogar com o Quadro nº 01 acima e com os resultados das análises das entrevistas e das visitas realizadas no processo de pesquisa de campo deste trabalho.

Quadro nº 02 – Princípios da Etnoecologia aplicados à comunidade de Siqueira

Dimensão	Princípios	Situação atual da Comunidade de Siqueira
Territorial	Tomada de controle do seu território: estabelecimento dos limites, reconhecimento do seu território por parte do Estado e das comunidades e vizinhos.	Processo em fase inicial, mas já deflagrado, quanto à delimitação e titulação do território. Há reconhecimento pelo município.
Ecológica	Uso adequado e não destrutivo dos recursos naturais (flora, fauna, solos, águas) que formam o território.	Uso dos recursos naturais está sendo feito de forma adequada por alguns, convivendo, no entanto, com formas inadequadas e potencialmente prejudiciais ao meio ambiente.
Cultural	Controle cultural: tomada de decisões que salvaguardem os valores culturais da comunidade.	A existência de Ponto de Cultura pode fortalecer os valores culturais, mas não por si só. É desejável que haja apropriação da necessidade de fortalecimento por toda a comunidade.
Social	Incremento da qualidade de vida: controle social, incluindo alimentação, saúde, educação, habitação, saneamento, informação, entre outros.	Há algumas iniciativas e estabelecimento de parcerias com instituições governamentais quanto a projetos para melhoria da habitação, saneamento e educação.
Econômica	Regulação dos intercâmbios econômicos: trocas que a comunidade mantém com o resto da sociedade e com os mercados.	Há intercâmbios econômicos estabelecidos com mercados locais, embora deles não participem a maioria os camponeses-pescadores.
Política	Tomada de controle político: criação de organização da comunidade.	Associação mais antiga e fortalecida, embora necessite envolver mais outros membros.

Fonte: Trabalho de campo, 2010-2011.

Como visto acima, do ponto de vista das dimensões propostas por Toledo (1996), há uma perspectiva de controle por parte da comunidade, salvo algumas dimensões (territorial e ecológica), ainda em processo inicial de tomada de controle, inclusive que envolvem agentes externos na decisão e controle. Convém, no entanto, lembrar que o completo e efetivo controle por parte da comunidade só pode ser conseguido, envolvendo as seis dimensões integralmente.

Os entrevistados que hoje trabalham e desenvolvem técnicas de manejo na agricultura, pesca e coleta no mangue, como já relatado anteriormente, foram unânimes em afirmar que não têm utilizado insumos químicos e externos em suas práticas e que não pretendem usar. Apesar da prática de pesca com utilização de veneno que uma

minoria tem feito. Se essa é uma tendência que se manterá no futuro, não é possível afirmar, no entanto, a partir do que foi investigado neste trabalho.

A possibilidade de projetos de financiamento para atividades agrícolas e pesqueiras e para ações de melhoria das condições sociais, e a presença de vários mediadores, quer sejam de organizações governamentais ou não governamentais, podem se constituir numa variável que contribua para o desenvolvimento social, econômico e o pretendido resgate dos aspectos culturais, como deseja Cláudio Pajeú, ou uma ruptura com o passado e assimilação de técnicas “modernas” e degeneradoras da cultura e do meio ambiente. A mediação, ao fim e ao cabo, pertence à Comunidade Remanescente de Quilombo do Engenho Siqueira, que, se estiver apropriada do que pretende e deseja para seu desenvolvimento sócio-econômico e fortalecimento cultural, poderá ‘resistir’ e se manter atenta à preservação de sua cultura, que constitui um aspecto fundamental de sua própria existência e reprodução social, enquanto população tradicional.

5 Considerações finais e inquietações teóricas que o processo de pesquisa suscita

As intenções iniciais deste trabalho, antes de falar sobre a utilização e especificidades da mão de obra, seja indígena ou africana, eram dar visibilidade à base de conhecimentos, práticas e acontecimentos que podem cimentar atualmente os modos de produção sustentáveis, configurados na agroecologia, particularmente na Comunidade Remanescente de Quilombo Engenho Siqueira. Em face da especificidade da pesquisa com populações tradicionais, foi necessária uma imersão maior no universo dos quilombolas, o que pode não ter favorecido um maior aprofundamento das práticas agrícolas e pesqueiras por eles desenvolvidas.

Em se tratando de um trabalho de caráter exploratório, o processo de pesquisa pode dar conta relativamente das hipóteses que foram aventadas. Uma constatação inicial de grande importância que percebemos, diante dos relatos dos entrevistados, mas que precisa de um maior aprofundamento, é que há uma herança mais permanente de uma tradição camponesa-pescadora na relação que esta população mantém com os ecossistemas, do que das marcas do assalariamento na monocultura cana-de-açúcar, especificamente no que diz respeito às formas de cultivo e manejo e de cuidados com o meio ambiente em que estão inseridos. Fato que serve como indicador desta constatação é a ausência de plantio comercial de cana de açúcar no engenho. O que foi observado nas visitas a algumas áreas, é um plantio de alguns espécimes para consumo próprio.

Quanto à brecha camponesa, durante o processo de pesquisa, tanto nas fontes primárias – as entrevistas com os moradores e observação em campo – quanto nas fontes secundárias, surgiram algumas constatações, mas também algumas inquietações.

Seria a agroecologia uma nova “brecha” na hegemonia do agronegócio sucro-energético da cana de açúcar na Zona da Mata? Faz-se necessário cotejar este fenômeno das “brechas camponesas” com as heranças que hoje marcam o campesinato especificamente na Zona da Mata Pernambucana, o que não era a intenção inicial deste trabalho. Parece haver uma permanência das formas camponesas e sustentáveis de produção, mescladas a outra herança perversa do escravismo, do assalariamento nas plantações monótonas e industriais da cana de açúcar do agronegócio na Zona da Mata, mas que, cabe destacar, particularmente neste trabalho de pesquisa, revelou-se menor ou

quase inexistente no que diz respeito aos camponeses-pescadores remanescentes de quilombo do Engenho Siqueira.

Como quer que seja, brecha radical no sistema *plantation* ou apenas uma forma subordinada de uso da terra e da força do trabalho, a possibilidade de existência da policultura, realizada com o uso dos conhecimentos tradicionais, se revestem de importância para o debate da agroecologia, no que diz respeito aos sistemas de produção, nas comunidades tradicionais ou mesmo na morada dentro dos latifúndios. A brecha camponesa contribuiu, na constituição de relações com o meio ambiente, de forma relevante para a cultura e a sociedade. Talvez, sem o evento “brecha camponesa”, saberes e formas de relação com a natureza e o mercado não pudessem ser transmitidos e apropriados por camponeses e populações tradicionais.

Quanto à identidade, importante registrar que há uma comunidade no município de Rio Formoso que se auto imagina diferente e tem um modo de vida próprio, preservando hábitos, costumes, modos de conviver com natureza que são muito diferentes das outras áreas que se encontram sob domínio e massacre da monocultura da cana. Esta forma de se auto identificar torna-se mais importante do que uma “filiação” afrodescendente. Há na comunidade uma territorialidade, um “sistema do lugar”, que, seja fortalecida com o reconhecimento de Comunidade Remanescente de Quilombo ou existência de Ponto de Cultura, é uma população negra rural, que se diferencia das outras comunidades rurais do município.

A comunidade tem inscrito sua história na microrregião da Mata Sul, impulsionada pelo reconhecimento, convém destacar, mas a despeito da complexidade e do longo caminho a ser percorrido para a regularização e titulação do território, contribui para a mudança do cenário e da história desta região, marcada pelas precárias relações de trabalho e hegemonia da monocultura da cana de açúcar.

Em todo o processo de pesquisa, a leitura sobre como se deram as práticas agrícolas desenvolvidas nos quilombos foi fundamental para compreender os sistemas produtivos agrícola-pesqueiro da comunidade do Engenho Siqueira, não só pelas compatibilidades aí encontradas, mas também para compreender, de forma ainda inicial, o percurso do aprendizado ao longo dos anos que não se perdeu, considerando o contexto da região em que estes sistemas produtivos se encontram atualmente.

A hipótese inicial sobre as mudanças ocorridas neste percurso em que se deu a transmissão dos conhecimentos deve ser cotejada, no caso específico da pesca e coleta no mangue, com as necessidades de adequação e disponibilidade de material para

a confecção dos vários instrumentos e equipamentos utilizados, muito embora esta pesquisa não tenha dado conta de toda a complexidade e riqueza das técnicas tradicionais e “modernas” que hoje são utilizadas. Porém, é importante ressaltar que as mudanças implementadas a partir das entrevistas e observação em campo, ainda convivem com certo saudosismo das técnicas e equipamentos antigos.

A propósito das mudanças nos sistemas produtivos, ainda quanto às atividades pesqueiras, o uso de veneno nas áreas do mangue – mesmo que por uma minoria, segundo um dos entrevistados - pode constituir uma ameaça aos ecossistemas, já que, aparentemente, não há qualquer controle ou fiscalização dessas ações na região, portanto junta-se a todas as outras ações que ameaçam o equilíbrio do meio ambiente.

As atividades agrícolas desenvolvidas, a partir dos relatos e das visitas realizadas, encontram-se num estágio que poderia ser denominado de potencialmente sustentável, mas assim como as atividades da pesca e coleta, também podem estar sofrendo ameaças – mesmo considerando a área ocupada – das práticas convencionais da sementeira instalada na área central da comunidade, a Demanda. O uso de agrotóxicos e de fertilizantes químicos podem em alguma medida estar causando contaminações no solo e nos corpos hídricos da comunidade e até da região. Trata-se de uma suposição, já que não se pode afirmar esta contaminação sem rigoroso exame das condições do solo, plantas e água, assim como dos produtos agrícolas e pesqueiros nas áreas de plantio e mangue.

O Quadro nº 01 ao final do Capítulo 4, com as potencialidades e problemas quanto a uma estratégia agroecológica, nos oferece indícios, da existência de uma relação positiva, entre a agroecologia e as práticas desenvolvidas pela Comunidade Remanescente de Quilombo de Siqueira. Podemos sugerir que estamos diante de um processo de transição agroecológica? Uma imersão pode dar respostas mais precisas sobre isso. Como estamos diante de um trabalho exploratório e dado o universo pesquisado, ainda não podemos fazer tal afirmação.

Por fim, o Quadro nº 02, sobre os princípios etnoecológicos (dimensões, técnicas, sociais, territoriais, ecológicas políticas e culturais), definidos por Toledo, (1996, p. 2), complementado pelo quadro anterior, dá uma ideia das possibilidades de interação com outras experiências agroecológicas existentes, assim como de outras parcerias, na efetivação e no caminho longo que está por ser trilhado, pela Comunidade Remanescente de Quilombo do Engenho Siqueira, a fim de concretizar o pleno reconhecimento dos direitos humanos e do seu território.

Referências

AGUIAR, Maria Virgínia de Almeida. **El aporte del conocimiento local para el desarrollo rural**: Un estudio de caso sobre el uso de la biodiversidade en dos comunidades campesinas tradicionales del estado de Mato Grosso – Brasil. Tesis Doctoral. Córdoba, España: Universidad de Córdoba. Escuela Técnica Superior de Ingenieros Agrônomos y de Montes. Instituto de Sociologia y Estudios Campesinos, 2007.

ALBARELLO, José Evanir; SILVA, Marciano Toledo da; GÖRGEN, Frei Sérgio. **Casa de Sementes Crioulas**. Caminho para a Autonomia na Produção Camponesa. Porto Alegre: Instituto Padre Josimo, 2009.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In PINSKY, Carla B. (org.) in **Fontes Históricas**. 2ª Edição, São Paulo: Editora Contexto, 2006. (p. 155-202).

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. **Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto**: Terras tradicionalmente ocupadas. 2ª Edição. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2008.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 3ª. Ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001. (Síntese Universitária, 54).

_____. **Por que estudar na agricultura tradicional?** In Revista de CLADES, Número Especial II, Chile: Março de 1991.

ALTIERI, Miguel A. & Nicholls, Clara I. **Agroecologia, Teoría y Práctica para una agricultura sustentable**. 1ª edición. México: PNUD, 2000.

ALVEOAL, Carmen & GUIMARÃES, Elione. Brecha Camponesa, in MOTTA, Márcia (Org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste. Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste.** 7ª edição revisada e aumenta. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

_____. **Espaço e Tempo na Agroindústria Canavieira de Pernambuco.** Recife: Estudos Avançados 15, 2001. (p. 267-280).

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Construção do Conhecimento Agroecológico.** Novos papéis, novas identidades. Rio de Janeiro, 2007. Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia.

BAQUERO, Fernando Soto; FAZZONE, Marcos Rodríguez; FALCONI, César (Editores). **Políticas para la Agricultura Familiar en América Latina y El Caribe.** Resumen Ejecutivo. Santiago, Chile: Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura/ Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2007.

BELIK, Walter et al. O emprego Rural nos anos 90. in PRONI, Marcelo W. e HENRIQUE, Wilnês (org). **Trabalho, Mercado e Sociedade.** São Paulo: Editora UNESP, 2003.

BLOG A Botija de Rio Formoso. **O Relato da descoberta da “suposta” botija.** Disponível em <<http://abotijaderioformoso.blogspot.com/2010/07/o-relato-da-descoberta-da-suposta.html>>. Acesso em: 02 mai. 2011

BRASIL. **Acompanhamento de Safra Brasileira: Cana-de-açúcar, terceiro levantamento, janeiro 2011.** Brasília: CONAB, 2011.

_____. **Censo agropecuário 2006. Agricultura Familiar. Primeiros Resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.** Rio de Janeiro: IBGE, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2009.

_____. **Lei Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm>. Acesso em 30 mar. 2011.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis**. Brasília: 2009.

CAPORAL, Francisco. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. 2ª Edição. Brasília: MDA: SAF: DATER-IICA, 2007.

CARDOSO, Ciro Flamarion S., **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Escravo ou Camponês? O protocampesinato negro nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. O dilema brasileiro: pão ou aço. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CÉSAR, Ana Maria Roux V. C. **O Método do Estudo de Caso (*Case Studies*) ou Método do Caso (*Teaching Cases*)**. Uma análise dos dois métodos no Ensino e Pesquisa em Administração. [2005]. Disponível em:
<http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/remac/jul_dez_05/06.pdf>.
Acesso em 14 mai. 2011.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Como se titula uma terra**. Disponível em: <<http://www.cpisp.org.br/terras/html/comosetitula.asp>>. Acesso em: 21 jan. 2011.

CONTAG. **Encontro de Avaliação da Campanha Salarial dos Canavieiros em 1993. Relatório**. Recife: 1993.

CORREIO DO ESTADO. **Safra de Cana de Açúcar bate recorde**. Da redação em 06/01/2011. Disponível em: < http://www.correiodoestado.com.br/noticias/safra-de-cana-de-acucar-bate-recorde_93998/>. Acesso em: 07 mar. 2011.

CRUZ, Valter do Carmo. **Territórios, identidades e lutas sociais na Amazônia** in Araújo, Frederico G. B. de & Haesbaert, Rogério. **Identidades e territórios: Questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access Editora, 2007.

DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho**. Relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e dos próprios atores sociais. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Cardápio dos quilombolas livre de agrotóxicos**. 19 de setembro de 2010, Caderno Vida Urbana, p. 11.

DIEESE/CONTAG. **Estudo Setorial: O setor Sucro-alcooleiro no Nordeste do Brasil**. s/d. 28 p.

DIEGUES, Antônio Carlos S. **O mito da natureza intocada**. 3ª Edição. São Paulo: Hucitec, 2001.

FETAPE. **Realidade Social, Econômica e Ambiental na Zona da Mata de Pernambuco**. Efeitos e impasses da atividade agroindustrial da cana. Recife: FETAPE, 2005. 11p. Documento produzido pela FETAPE e a partir da reunião realizada entre a CONTAG e as FETAGs do Nordeste, entregue na Reunião Interministerial realizada em 21/03/05 em Recife – PE.

FREITAS, Décio. **Palmares - a Guerra dos Escravos**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

FUNDARPE. **Pontos de Cultura**. Disponível em: <http://www.fundarpe.pe.gov.br/politicacultural_pontos.php>. Acesso em: 04 mai. 2011.

GODOI, Emília Pietrafesa de. O sistema do lugar: História, território e memória no sertão. In NIEMEYER, Ana; GODOI, Emília Pietrafesa de. (Orgs). **Além dos territórios**: Para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos. São Paulo: Mercado das Letras, 1998. p. 97-131.

GODOI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo. (orgs.). **Diversidade do campesinato**: Expressões e categorias. Estratégias de reprodução social. Volume 2. São Paulo: Editora UNESP; Brasília-DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

GONÇALVES, Flávio José. **Negros de Poções**. Feitiços e outros Caxangás em seus processos sociais: Historicidade, identidade e territorialidade em Brejo das Almas – MG. Dissertação de Mestrado. Montes Claros – MG: Universidade Estadual de Montes Claros- MG, 2007.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Diagnóstico Sócio-Ambiental da Área de Proteção Ambiental de Guadalupe (APA - Guadalupe) - síntese**. Recife: Secretaria de Ciência e Tecnologia/CPRH, 1998.

_____. **Diagnóstico Sócio-Ambiental & ZEEC – Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro**. Litoral Sul de Pernambuco. Recife: Secretaria de Ciência e Tecnologia/CPRH, 1999.

GUEDES, Cristiane Montalvão. **Religiões afro-brasileiras**: reflexões histórico-culturais e a influência sobre o ensino religioso. Publicado em 23/08/2009. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/23708/1/religioes-afro-brasileiras-reflexoes-historico-culturais-e-a-influencia-sobre-o-ensino-religioso/pagina1.html#ixzz1lptniliq>>. Acesso em: 04 mai.2011.

GUZMÁN CASADO, Gloria; GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel; SEVILLA GUZMÁN, Eduardo(Coord.). **Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 1999.

http://www.cprm.gov.br/gestao/ppga_valedoribeira/Unidades%20de%20conserva%E7%E3o%20ambiental/conceitosobjetivos.htm. Acesso em 30 mar. 2011.

INCRA. **Ordenamento da Estrutura Fundiária**. Quilombolas. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=252&Itemid=274>. Acesso em: 21 jan. 2011.

INCRA. **Quadro da Atual Política de Regularização de Territórios Quilombolas no INCRA**. Coordenação geral de Regularização de Territórios Quilombolas. Disponível em <http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/institucional/quilombolas/quadro_atual_da_politica.pdf>. Acesso em: 03 mai 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa de Pobreza e Desigualdade - Municípios Brasileiros 2003**. Disponível em

<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=pe>>. Acesso em: 28 abr. 2011.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DE PERNAMBUCO, CONDEPE, Governo do Estado de Pernambuco – Secretaria de Planejamento, Ciência tecnologia e Meio Ambiente. **Rio Formoso**. Série Monografias Municipais, 34, Recife, 1992.

JORNAL DO COMMERCIO. **Lenda diz que ex-escravo era o dono do engenho**.

Recife - 08.08.99. Regional. Comportamento II. Disponível em

<http://www2.uol.com.br/JC/_1999/0808/rg0808b.htm>. Acesso em: 02 mai. 2011

_____. **Usina Central Barreiros deixa de moer**. 21.02.99. Por Angela Fernanda Belfort. Recife, 1999. Disponível em:

<http://www2.uol.com.br/JC/_1999/2102/ec2102o.htm>. Acesso em: 30 mar. 2011

_____. **Terras da Zona da Mata ainda guardam botijas**. Recife - 08.08.99. Cidades. Comportamento III. Disponível em:

<http://www2.uol.com.br/JC/_1999/0808/cd0808g.htm>. Acesso em: 02 mai. 2011.

KHATOUNIAN, Carlos Armênio. **A reconstrução ecológica da agricultura**.

Botucatu-SP: Livraria e Editora Agroecológica, 2001.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas**.

Santa Catarina: Etnográfica, Vol IV(2), 2000, p. 333-354.

LODY, Raul G. da Motta. **Dicionário de Arte Sacra & Técnicas Africanas**. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2003.

MAESTRI, Mário & Fabiani, Aldemir. O mato, a roça e a enxada: a horticultura quilombola no Brasil escravista (séculos XVI –XIX). P. 63-83. in Motta, Márcia & Zarth, Paulo (Orgs.). **Formas de resistência camponesa**: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. Vol.1. Concepções de justiça e resistência nos Brasis. Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

MAIA, Luciano Mariz. **O Direito das minorias étnicas**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/lucianomaia/lmaia_minorias.html>.

Acesso em: 04 mai. 2011.

MANZINI, José Eduardo. **Entrevista semi-estruturada**: Análise de objetivos e de roteiros. Disponível em: <<http://www.sepq.org.br/Isipeq/anais/pdf/gt3/04.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2011

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo: Editora HUCITEC, Universidade de São Paulo, 1993.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário – Secretaria de Agricultura Familiar. **Estudo Regional dos Mercados Institucional e do Pequeno Varejo de Produtos Ecológicos nos Estados do PR, RS e PE**: Potencialidades e Limites. Brasília, Execução: Centro Ecológico, 2006.

MINTZ, Sidney W. Era o escravo de Plantação um Proletário? In MINTZ, Sidney W. **O Poder Amargo do Açúcar**: Produtores escravizados, consumidores proletarizados. Recife: Editora Universitária – UFPE, 2003. p 117-145.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. Tudo é História, vol. 12.

NACIONES UNIDAS. **Informe del Relator Especial sobre el Derecho a la Alimentación, Sr. Olivier Schutter**. Asamblea General, dez /2010.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Terras de Quilombo**: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento. Sergipe: Revista TOMO nº 11, 2007. Revista do Núcleo de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. p. 43-58.

_____. Os Quilombos do Trombetas e do Erepecuru-Cuminá. in O'DWYER, Eliane Cantarino(org.). **Quilombos, Identidade Étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: ABA –FGV Editora, 2002. p.255-280.

PETERSEN, Paulo e ALMEIDA, Sílvia Gomes de. **Rincões Transformadores. Trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro – uma perspectiva a partir da Rede PTA** – (versão provisória). Rio de Janeiro, 2004.

PLANETA SUSTENTÁVEL. **O que é Permacultura?**. Disponível em: <http://planetasustentavel.abril.com.br/blog/auxina/permacultura-alternativa-197672_post.shtml>. Acesso em: 07 nov. 2010.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Ranking do IDH dos municípios do Brasil. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/atlas/tabelas/>>. Acesso em 28 abr. 2011.

PREFEITURA Municipal de Rio Formoso. **Plano Diretor de Rio Formoso**. Rio Formoso, 2002.

REDE DE ONGS DA MATA ATLÂNTICA; Instituto Socioambiental e Sociedade Nordestina de Ecologia. **Dossiê da Mata Atlântica 2001**. Projeto Monitoramento Participativo da Mata Atlântica. Brasília, maio de 2001.

ROMEIRO, Marilene, CURI, Nilton, RESENDE, Mauro, MOTTA, PAULO E. F. da, OLIVEIRA, Alcione de, e SANTANA, Derli Prudente. **Interpretação e Caracterização Adicional de um Mapa de Solos**. Pesq. Agrop. Bras.: Brasília, vol. 33, nº 10. P. 1633-1643. Out 1998. Disponível em: <[http://webnotes.sct.embrapa.br/pab/pab.nsf/20ef942c7775878a03256508004f3f7c/21edfaff1f4bbc9360325686a0042021b/\\$FILE/pab008-96.pdf](http://webnotes.sct.embrapa.br/pab/pab.nsf/20ef942c7775878a03256508004f3f7c/21edfaff1f4bbc9360325686a0042021b/$FILE/pab008-96.pdf)> Acesso em: 07 de abr. 2011.

SCHLESINGER, Sérgio. **Lenha nova para a velha fornalha**. A febre dos agrocombustíveis. Rio de Janeiro: FASE, 2008.

SCHNEIDER, Sérgio. **Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade**. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 11(32): 99 -192, 2003.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SEBRAE-PE. **Inventário do Potencial Turístico de Pernambuco**. Rio Formoso. Recife, dezembro de 1998.

TABARELLI, Marcelo; MELO, Maria das Dores de V.C.; LIRA, Osvaldo C. de. **Os estados da Mata Atlântica**. Nordeste. In CAMPANILLI, Maura e PROCHNOW, Miriam (Org. e Ed.). *Mata Atlântica. Uma rede pela floresta*. Brasília: Rede de ONGs da Mata Atlântica, 2006. Disponível em http://www.amane.org.br/download/mata_atlantica_nordeste.pdf. Acesso em: 20 mar. 2011. p. 149-164.

TOLEDO, Victor M., **Agroecología, sustentabilidad y reforma agrária: la superioridad de la pequeña producción familiar** in Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre: v.3 n.2 abr/jun 2002.

_____. **La memória tradicional: La importância agro-ecologica de los Saberes locales**. LEISA Revista de Agroecologia, abril 2005.

_____. **Principios etnoecologicos para el desarrollo sustentable de comunidades campesinas e indígenas**. México: Red Latino Americana y Caribeña de Ecología Social. Documentos, 1996.

TOLEDO, Victor M. & BARRERA-BASSOLS, Narciso. **La memoria biocultural. La importancia de las sabidurias tradicionales**. Barcelona: Icaria Editorial, 2008.

TRINDADE, Carina Carreira. **Sementes crioulas e transgênicos, uma reflexão sobre sua relação com as comunidades tradicionais**. Manaus, s/d, 15 p. Disponível em http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/manaus/estado_dir_povos_carina_carreira_trindade.pdf.> Acesso em: 27 abr. 2011.

UNESCO. MAB. **Reserva da Biosfera da Mata Atlântica**. Disponível em http://www.rbma.org.br/mab/unesco_03_rb_mata.asp.> Acesso em: 20 mar. 2011.

WEZEL, A. et al. **Agroecology as a science, a movement and a practice**. A review. in *Agronomy, Sustainable Development* n° 29 (2009). P. 503–515.

WOLF, Eric R., **A Europa e os povos sem história**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

ZUIN, Luís Fernando S. e ZUIN, Poliana Bruno. **Produção de Alimentos Tradicionais**. Extensão Rural. São Paulo: Editoras Ideias e Letras, 2008.

ANEXO A – Roteiro de perguntas para Entrevista Semi-estruturada

1. Nome, idade e localidade onde nasceu.
2. O que sabe sobre o início, a formação e história da comunidade de Siqueira?
3. Como você, o senhor/ a senhora vê a combinação das atividades de pesca e da agricultura aqui na comunidade? Alguma delas é mais forte que a outra?
4. A senhora/ o senhor trabalha em quais atividades?
5. Sobre a sua experiência, onde e com quem aprendeu a desenvolver?
6. Na agricultura ou pesca, utiliza algum insumo químico? Agrotóxico, fertilizante?
7. Há outras atividades produtivas na comunidade?
8. Você tem ideia de quantas pessoas se dedica às atividades de pesca, agricultura ou outra atividade produtiva na comunidade?
9. Como vocês se identificam aqui? (Agricultores/as, pescadores/as, negros de Siqueira?)
10. Como costumam ser chamados/as pelas pessoas das outras comunidades?
11. Sobre o fato de a Comunidade agora ser reconhecida como Remanescente de Quilombo? O que pensa e sabe sobre isso?
12. O que sabe sobre os antigos escravos? Já ouviu de seus pais e avós alguma história de escravos, ir para o tronco, etc?
13. Há outras pessoas que podem falar sobre isso?
14. O que é para você ser do Engenho Siqueira?
15. O que sabe sobre as origens dos nomes dos "bairros" de Siqueira?
16. Vocês se acham diferentes das pessoas do município? Ou o que é diferente nas pessoas da comunidade de Siqueira?
17. Já ouviu falar de quilombo ou mocambo?
18. Já trabalhou no corte da cana? Como era o trabalho? Como era a relação entre os patrões (usineiros) e os trabalhadores? Havia homens e mulheres no trabalho?
19. Quais as diferenças para você do trabalho no corte da cana e do trabalho que hoje faz em Siqueira?
20. Pode indicar alguém mais que pode falar sobre esse assunto?

ANEXO B – Certidão de
Auto-Reconhecimento



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade de Engenho Siqueira**, localizada no município de Rio Formoso, Estado de Pernambuco, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 002, Registro n. 181, fl. 86, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.**

Declarante(s): Processo nº 01420.000.361/2005-91

Eu, **Maria Bernadete Lopes da Silva** (Ass.)....., Diretora da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília, DF, **08 de março** de 2005.

O referido é verdade e dou fé

UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO
Presidente da Fundação Cultural Palmares

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF - Brasil
Fone: (0 XX 61) 424-0106(0 XX 61) 424-0137 – Fax: (0 XX 61) 326-0242
E-mail: chefiadegabinete@palmares.gov.br <http://www.palmares.gov.br>

“A Felicidade do negro é uma felicidade guerreira” (Wally Salomão)